



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO



PATRICIA SANTOS DE JESUS

TESSITURAS, TRAMAS E TERRITORIALIDADES DAS CATADORAS DE
MANGABA NA BARRA DOS COQUEIROS - SE

SÃO CRISTÓVÃO

2017

PATRICIA SANTOS DE JESUS

**TESSITURAS, TRAMAS E TERRITORIALIDADES DAS CATADORAS DE
MANGABA NA BARRA DOS COQUEIROS - SE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

ORIENTADOR: Profa. Dra. Gicélia Mendes

CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar

SÃO CRISTÓVÃO

2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE LAGARTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

J58t Jesus, Patricia Santos de.
Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros-SE / Patricia Santos de Jesus; orientadora Gicélia Mendes. – São Cristóvão, 2017.
180 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Comunidades agrícolas – Barra dos Coqueiros, SE. 2. Trabalhadoras rurais. 3. Turismo. 4. Territorialidade humana. 5. Mangaba. I. Mendes, Gicélia, orient. II. Título.


CDU 502:338.43(813.7)

PATRICIA SANTOS DE JESUS

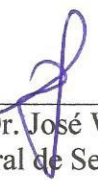
**TRAMAS, TESSITURAS E TERRITORIALIDADES DAS CATADORAS DE
MANGABA DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS - SE**

Dissertação apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.


Aprovada em 7 de abril de 2017



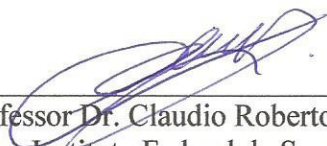
Professora Dra. Gicélia Mendes
Universidade Federal de Sergipe
Orientadora



Professor Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Universidade Federal de Sergipe/Instituto Federal de Sergipe
Co-orientador




Professor Dr. Hélio Mario de Araújo
Universidade Federal de Sergipe
Examinador Interno




Professor Dr. Claudio Roberto Braghini
Instituto Federal de Sergipe
Examinador Externo

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

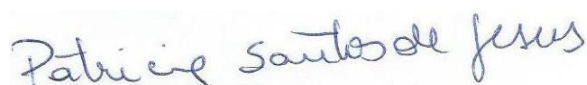


Professora Dra. Gicélia Mendes
Universidade Federal de Sergipe
Orientadora




Professor Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Universidade Federal de Sergipe/Instituto Federal de Sergipe
Co-orientador

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.




Patricia Santos de Jesus

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS



Professora Dra. Gicélia Mendes
Universidade Federal de Sergipe
Orientadora



Professor Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Universidade Federal de Sergipe/Instituto Federal de Sergipe
Co-orientador

Dedico este trabalho a meus pais, dona Branca e seu Miúdo. A meu dengo, Pedro Davi. A minha tia Nalvinha. A minha avó, dona Pracida (*in memoriam*) e a todos os segmentos de povos e comunidades tradicionais.

AGRADECIMENTOS

A trajetória do mestrado acadêmico em minha vida me mostrou que tenho muito a agradecer. Deus, Amoroso Universo, muito obrigada. Nossa Senhora, Mãe Divina, Protetora e Intercessora muito obrigada. Imensa gratidão por todas as bênçãos e aprendizados. Aos Mestres Ascencionados, Seres de Luz, plantas e mestres pela ajuda nos processos de transmutação, eu sou muito grata e imensamente agradecida por isso. Muito grata por mais essa conquista.

Descobri que durante o mestrado ou em qualquer fase da vida pode-se de um tudo, inclusive se perder. O fato mais relevante nesse processo é encontrar o caminho de volta. E para isso tive uma penca de pessoas que não me deixaram desistir, mesmo quando eu já havia desistido. Assim, vou me atrever a agradecer citando nomes, mesmo correndo o risco de esquecer alguém. Afinal, cabrunco, estou feliz. Então vamos lá com mais agradecimentos.

Aos meus amados e preciosos pais, que contam para todo mundo sobre meu mestrado. Ana Maria Santos de Jesus (mãe Branca) e José de Jesus (Seu Miúdo). Muito obrigada por vir nessa família. Obrigada pelos ensinamentos, ajuda e compreensão. Muito obrigada por tudo e perdoe os momentos de preocupação. A toda minha família que inconscientemente, a partir da minha vivência e experiência contribuíram para determinar a escolha de minha pesquisa. Aos meus irmãos, José Ricardo Santos de Jesus, Moisés Santos de Jesus e minha irmã Crislaine Santos de Jesus pelas colaborações.

Agradeço imensamente a Pedro Davi Santos Barboza, meu filho, que por muitas vezes me perguntou: “Quando é que a senhora vai acabar essa dissertação?” Mas ao mesmo tempo dizia: “Calma madrinha, vai dar tudo certo. A senhora consegue”.

Aos meus amados e dedicados orientadores. Meu Deus, muito obrigada por tê-los em minha vida. Orientadora Gicélia Mendes muito obrigada por me mostrar da necessidade de encerrar os ciclos da vida, haja o que houver. Ao meu co-orientador José Wellington Carvalho Vilar por não desistir de mim. Agradeço imensamente a ambos pela parceria, paciência, ajuda na jornada da dissertação e pela direção do caminho de volta a pesquisa. Certo dia, minha mãe sugeriu que os orientadores fossem psicólogos. Eu respondi a ela que os meus orientadores são verdadeiros terapeutas. Tratam não só de direcionar a pesquisa, mas também agem para que o discente encontre o caminho.

A Ednalva de Jesus (Tia Nalvinha). Estou muito feliz por fazer parte desse momento em minha vida.

A Adriana de Jesus Pereira. Ô minha comadre te agradeço tanto pelos diálogos, comidas e assistências que fizeram tão bem ao meu corpo e mente.

Aos sobrinhos e sobrinhas, afilhadas e afilhados que através das brincadeiras, carinhos, gritos, conversas e dengos sempre me mostram que estou viva.

As minhas comadres e compadres que me proporcionaram momentos de diversão.

A Silvana Correia dos Santos, minha comadre e grande liderança presidente da ACMBC.

A Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba do município de Barra dos Coqueiros (ACMBC).

As catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros participantes das oficinas no povoado Capoã. Meu Deus, sou muito grata ao aprendizado e lembranças marcantes que estas pessoas me concederam.

As catadoras de mangaba do estado de Sergipe.

Ao Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe.

As lideranças de povos e comunidades tradicionais que compõe a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM).

A todas e todos que participam da Rede de Educadoras e Educadores em Educação Popular e Economia Solidária de Sergipe.

Ao querido Robson dos Santos pela companhia durante visitas as casas dos “turistas” no povoado Capoã.

A Maria das Dores Silva Cavalcante Bezerra e família pelos dengos recebidos.

A Talithona, Talitha Silva Cavalcante Bezerra pelo carinho e palavras de incentivos. Sou muito grata a você gata.

A professora Maria José Nascimento Soares pelo apoio e ensinamentos.

Ao Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pelo aprendizado.

A Capes pela bolsa de estudos que tanto contribuiu para minha permanência e conclusão do mestrado no PRODEMA (UFS).

A Turma de mestrado de 2015 do PRODEMA (UFS), formada por pessoas maravilhosas, extraordinárias, sábias e por me proporcionarem tantas alegrias, confraternizações, discussões e confusões.

As professoras e professores do PRODEMA pelos ensinamentos.

Ao Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN) do qual agradeço imensamente fazer parte.

A Eline Almeida Santos, Ana Maria Severo Chaves, Douglas Vieira Gois, Geisedrielly Castro dos Santos que me proporcionaram conversas produtivas.

A professora Rosemeri Melo e Souza pelos ensinamentos e acalantos durante nossas conversas no GEOPLAN.

A Marina Franca Lelis Bezerra, ô nega muito obrigada.

A Hudson Jorge de Souza Santos e Kleber Firpo Prado Valença muito obrigada pela ajuda.

A meu compadre Leandro Zacarias que mesmo achando chato os assuntos relacionados ao mestrado, sempre me lembra o quanto é importante celebrar os bons momentos da vida.

Ao apoio do professor Jailton de Jesus Costa.

A Rita Simone Liberato pelas mensagens de força.

A Aneilde Batista de Menezes pelas sessões de cura.

A Tatiana de Aquino Lima pelos encontros e comilanças.

A Neide Alves dos Santos Silva pelas conversas acaloradas.

A Sheila Tatiane dos Santos pelo carinho.

A Unidade de Coordenação de Projetos de Sergipe da Secretaria de Turismo pela disponibilização das informações sobre Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional em Sergipe.

A Andreia da Silva Santos e Francisco da Silva Nascimento e a Associação dos Artesãos de Barra dos Coqueiros (ACMBC).

A Mary Almeida e a Associação de Canoeiros e Usuários das Tototós do Estado de Sergipe (ASTOTOTOS).

A Roberto Lacerda pela disponibilização de materiais relacionados às comunidades tradicionais.

A Larissa, agente de Saúde dos povoados Olhos D'Água e Capão.

A todas e todos, meu muito obrigada!

Mulheres e Mangabeiras

Mulheres e Mangabeiras

Nascentes e mananciais

Nutrem a Natureza

São riquezas reais

Embelezam, dar alegria

Entre Deus e os animais

Mulheres e Mangabeiras

Vivem em harmonia

Uma perfuma à noite

A outra enfeita o dia

Uma caça o sustento

A outra traz garantia

Mulheres e Mangabeiras

Se encontram no

amanhecer

Uma dando seu fruto

A outra vai pra colher

Deus garante a vida

Todas precisam viver

A mangabeira é boa

Os frutos no paladar

Biscoitos, sucos, sorvetes

O povo pra degustar

Também na medicina

Pode a você curar

Mangabeira quer carinho

É só saber lhe dar

Elas florescem dar frutos

Seus galhos a balançar

Esperando nós todos os

dias

Posso lhe abraçar

Nos galhos das

mangabeiras

Os pássaros vão para

cantar

Também fazem seus

ninhos

Querendo nos ensinar

A vida é tão bela

Por que vamos derrubar?

Nas flores as abelhas

Na festa fazem o mel

Carregam pra lá e pra cá

Completando o seu papel

As formigas fazem sua

trilha

Sem tinta e sem pincel

As mangabeiras

criancinhas

Felizes que vai viver

Adorna a Natureza

Pensando que vai crescer

Balançam os seus

galhinhos

Nem sabe que vai morrer

De repente vem o

homem

Começa a derrubar

Dizendo vou construir

Aonde é pra preservar

A tristeza acaba tudo

Agora só resta chorar

Mulheres com muita luta

Tentando sobreviver

Pula, grita e alerta

Ninguém procurar

entender

Cada um paga o que deve

Um dia você vai saber

Pense nisso um dia

Enquanto o futuro não

vem

Prevenir do que remediar

O homem só vale o que

tem

Se a Natureza explodir

Eu vou você vai também

Mulheres e Mangabeiras

A história vou encerrar

A Natureza ainda luta

Tentando se equilibrar

O homem e o orgulho

Nem tenta se educar

Maria Pureza Correia

RESUMO

As catadoras de mangaba durante muito tempo tiveram suas práticas extrativistas mantidas no anonimato. No decorrer dos anos além do reconhecimento enquanto grupo diferenciado por esta comunidade tradicional, modificações territoriais nas áreas nativas de mangabeiras foram identificadas. Diante disso, o objetivo central da pesquisa foi de analisar as novas territorialidades constituídas pelas catadoras de mangaba a partir da inserção do PRODETUR no município de Barra dos Coqueiros - SE. Nesse sentido, a preocupação do estudo girou em torno da dinâmica territorial e ambiental recente, bem como das interferências de políticas territoriais turísticas no município no território utilizado por estas mulheres extrativistas da mangaba. As técnicas de pesquisas empregadas foram bibliográfica e documental, estudo de campo, observação direta, registros fotográficos, aplicação de entrevista estruturada, realização de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e utilização dos instrumentos da Cartografia Social. Conforme diagnóstico verificou-se que o autoreconhecimento e a relação identitária que as catadoras de mangaba mantêm com espécies endêmicas e com o “chão” do município barra-coqueirense reforçam aspectos importantes para construção de defesa de seus modos de vida. Outro importante dado resultante da pesquisa aponta que no município de Barra dos Coqueiros o processo de territorialização das áreas remanescentes de mangabeiras foi constituído pelas catadoras de mangaba. A desterritorialização dessas áreas teve contribuições significativas diante dos incentivos de políticas governamentais para desenvolvimento turístico no município e em melhorias das estradas que resultaram em profundas transformações nas formas de acesso dos recursos naturais pelas extrativistas da mangaba. Assim, por conseguinte, a reterritorialização surge como ameaça à permanência desta comunidade tradicional e as suas formas de saberes e práticas advindas das relações íntimas com os ecossistemas presentes na localidade.

Palavras-Chave: Território; Extrativismo; Investimentos turísticos.

ABSTRACT

The mangaba collectors for a long time had their extractive practices kept anonymous. In the course of the years beyond the recognition as a group differentiated by this traditional community, territorial modifications in the native areas of mangabeiras were identified. Therefore, the main objective of the research was to analyze the new territorialities constituted by the mangaba collectors from the insertion of PRODETUR in the municipality of Barra dos Coqueiros - SE. In this sense, the concern of the study turned around the recent territorial and environmental dynamics, as well as the interferences of tourist territorial policies in the municipality in the territory used by these extractive women of the mangaba. The research techniques used were bibliographical and documentary, field study, direct observation, photographic records, application of structured interview, performance of Rapid Participatory Diagnosis (DRP) and use of Social Cartography instruments. According to the diagnosis it was verified that the self-recognition and the identity relation that the mangaba collectors maintain with endemic species and with the "ground" of the Barra-Coqueirense municipality reinforce important aspects for the construction of defense of their ways of life. Another important result of the research indicates that in the municipality of Barra dos Coqueiros the process of territorialization of the remaining areas of mangabeiras was constituted by the pickers of mangaba. The deterritorialization of these areas had significant contributions in the face of government policy incentives for tourism development in the municipality and in road improvements that resulted in profound transformations in the access ways of the natural resources by the mangaba extractivists. Thus, reterritorialization appears as a threat to the permanence of this traditional community and its forms of knowledge and practices arising from the intimate relations with the ecosystems present in the locality.

Keywords: Territory. Extractivism. Tourist investments.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Etapas do trabalho.....	p. 26
Figura 2: Parque Eólico localizado no Jatobá, Barra dos Coqueiros.....	p. 68
Figura 3: Sítio Arqueológico do Parque Eólico, povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros.....	p. 69
Figura 4: Muros da Usina Termoelétrica, povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros.....	p. 70
Figura 5: Dunas e mata de restinga em área proposta para criação do Parque Estadual das Dunas, povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros.....	p. 71
Figura 6: Localização da Área de Estudo	p. 74
Figura 7: Outdoor Hotel Prodigy, Barração do Artesão, Praia da Costa, Barra dos Coqueiros.....	p. 96
Figura 8: Orla de Atalaia Nova, Barra dos Coqueiros.....	p. 97
Figura 9: Praça Luiz Gonzaga e Praça Bom Jesus dos Navegantes na Atalaia Nova, Barra dos Coqueiros.....	p. 98
Figura 10: Antigo Porto Praia Hotel na Atalaia Nova, Barra dos Coqueiros.....	p. 98
Figura 11: Placa de sinalização turística; Rodovia José de Campos; Condomínios Damha e Complexo Alphaville, Barra dos Coqueiros.....	p. 99
Figura 12: Porto das Tototós; antigo Terminal Rodoviário e Tototós, Barra dos Coqueiros.....	p. 99
Figura 13: Praça Santa Luzia de frente as Tototós, Barra dos Coqueiros.....	p. 100
Figura 14: Orla do rio Sergipe e antigo Porto das Balsas, Barra dos Coqueiros.....	p. 100
Figura 15: Sinalização turística; estrada de acesso e Praia do Jatobá; resíduos sólidos na Praia do Jatobá, Barra dos Coqueiros.....	p. 101
Figura 16: Mangabas lavadas após coleta pelo extrativista no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 118

Figura 17 Frutas: (a) murici povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros; (b) carrasco povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros; (c) manipuçá, Lagoa Redonda, Pirambu.....	p. 120
Figura 18: Ensinamentos da cata da mangaba passada da avó para neta no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 121
Figura 19: Coleta da mangaba com gancho e com as mãos no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 123
Figura 20: Coleta da mangaba; mangaba com olho e mangaba de caída no povoada Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 124
Figura 21: Flor da mangaba e mangaba de botão no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 125
Figura 22: Derrubadas de mangabeiras para venda do terreno no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 130
Figura 23: Mudas de mangueiras, cajueiros e mangaba por germinar no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 135
Figura 24: Mapeamento social do povoado Olhos D'Água e parte do povoado Capoã...	p. 139
Figura 25: Mapeamento social do povoado Olhos D'Água sentido praia e sentido manguezal.....	p. 140
Figura 26: Mapeamento social parte do povoado Capoã sentido praia e sentido manguezal 1	p. 141
Figura 27: Mapeamento social parte do povoado Capoã sentido praia e sentido manguezal 2	p. 142
Figura 28: Mapeamento social parte do povoado Capoã e Jatobá sentido praia e sentido manguezal.....	p. 143
Figura 29: Mapeamento social parte do povoado Jatobá sentido praia e sentido manguezal	p. 143
Figura 30 A - D: Reconfiguração da Rodovia SE 100 Norte no povoado Olhos D'Água, Barra dos Coqueiros.....	p. 144
Figura 31 E - H: Reconfiguração da Rodovia SE 100 Norte nos povoados Olhos D'Água e Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 145

Figura 32 I - L: Valorização dos terrenos ao longo da SE-100 Norte.....	p. 146
Figura 33 M - P: Terrenos de catadoras e a especulação imobiliária no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 147
Figura 34 Q - T: Uso econômico da SE- 100 Norte no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 147
Figura 35 U - X: Condomínios exclusivos e os territórios da mangaba sob ameaça no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 148
Figura 36 Y – B2: Catadora da mangaba em atividades no Povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 149
Figura 37 C3 – F7: Áreas de coleta de frutas tropicais no Povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 150
Figura 38 G8 – I10: Áreas de coleta de mangaba no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 151
Figura 39 J11 – M14: As cancelas e o domínio territorial no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 152
Figura 40 N15 – Q18: As cancelas e a dificuldade de acesso ao território das mangabas no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.....	p. 152
Figura 41 R19 – U22: Áreas de Coleta de mangabas e outras frutas nos povoados Capoã e Jatobá, Barra dos Coqueiros.....	p. 153
Figura 42 V23 – W24: Áreas privadas de Coleta de Murici no povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros.....	p. 153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais conquistas relacionadas às catadoras de mangaba.....	p. 87
Quadro 2: Investimentos turísticos provenientes do PRODETUR no município de Barra dos Coqueiros.....	p. 101
Quadro 3: Investimentos turísticos complementares ao PRODETUR no município de Barra dos Coqueiros.....	p. 102
Quadro 4: Identificação das famílias extrativistas da mangaba do povoado Capoã.....	p. 112
Quadro 5: Identificação das famílias extrativistas da mangaba do povoado Olhos D'Água.....	p. 113
Quadro 6: Descrição das frutas e dos produtos beneficiados.....	p. 127
Quadro 7: Produtos beneficiados e preços.....	p. 127
Quadro 8: Reterritorialização das áreas nativas de mangabeiras no município de Barra dos Coqueiros.....	p. 154

LISTA DE SIGLAS

a. C.	antes de Cristo
AABC	Associação de Artesãos de Barra dos Coqueiros
ACMBC	Associação das Catadoras de Mangaba do Município de Barra dos Coqueiros
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
ASTOTOTOS	Associação de Canoeiros e Usuários das Tototós do Estado de Sergipe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
CCLIP	Linha de Crédito Condicional
CEASA	Central de Abastecimento de Aracaju
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
COOPMESE	Cooperativa de Economia Solidaria de Mulheres Extrativistas de Sergipe
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
ECMS	Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GPS	Global Positioning System
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MCM	Movimento das Catadoras de Mangaba
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MPF/SE	Ministério Público Federal em Sergipe
MTur	Ministério do Turismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDSP	Plano Diretor Sustentável Participativo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PNPSB	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PRODETUR Nacional/SE	Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional em Sergipe
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRODETUR-SE	Programa de Desenvolvimento do Turismo em Sergipe
PRONAF	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural
PSF	Programa Saúde Familiar
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SEIDES	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
SEMARH/SE	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC/SE	Serviço Social do Comércio
SETESP	Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte de Sergipe
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCU	Tribunal de Contas da União
TDR	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
UC	Unidades de Conservação
UCP/SE	Unidade de Coordenação de Projetos em Sergipe
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 OS PROCESSOS CONSTRUTIVOS PARA A PESQUISA	25
1.1 A Pesquisa Qualitativa.....	25
1.2 Os Caminhos Percorridos para a Pesquisa	26
2 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O TURISMO	35
2.1 Território e Territorialidades: em busca de bases teóricas de análise	35
2.2 Comunidades, Comunidades Tradicionais e Extrativismo.....	45
2.3 Turismo e Políticas Públicas Turísticas para o Litoral	54
3 A BARRA DOS COQUEIROS, AS CATADORAS DE MANGABA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	62
3.1 Barra dos Coqueiros: a ilha, o extrativismo da mangaba e os conflitos ambientais	62
3.2 Características dos Povoados Olhos D'Água e Capão	73
3.3 O Movimento das Catadoras de Mangaba: antecedentes, breve contexto histórico e finalidades.....	79
3.4 O PRODETUR: investimentos e transformações no município de Barra dos Coqueiros..	88
4 O TERRITÓRIO DA MANGABA: ENTRE ÁRVORES, MULHERES E FRUTOS.....	107
4.1 Caminhos da Territorialização da Mangaba.....	107
4.2 Relações de Poder e os Caminhos da Desterritorialização da Mangaba	111
4.3 A Reterritorialização da Mangaba	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTORES PÚBLICOS PRODETUR/SE.....	172
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA LIDERANÇAS DAS CATADORAS DE MANGABA DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS.....	173
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA MORADORES LOCAIS “TURISTAS”	174
APÊNDICE D: DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO: PERFIL DOS PARTICÍPIES.....	175
APÊNDICE E: ROTEIRO DE QUESTÕES APLICADAS ÀS CATADORAS DE MANGABA PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO .	176
APÊNDICE F: INVESTIMENTOS TURÍSTICOS IDENTIFICADOS PELAS CATADORAS DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO	178
APÊNDICE G: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	179
APÊNDICE H: TERMO DE ANUÊNCIA	180

INTRODUÇÃO

As populações tradicionais no decorrer dos séculos acumularam conhecimentos decorrentes de suas relações com o meio ambiente. Ambientes estes, extremamente necessários para a existência destas comunidades nos processos para desenvolver atividades extrativistas.

As comunidades tradicionais concebem o extrativismo, animal ou vegetal, como atividade relevante na geração de renda que a partir das relações sociais produzem e perpetuam conhecimentos através das formas de trabalho, ricos em práticas e saberes sobre ecossistemas, e ressaltam o aproveitamento de diferentes aspectos ambientais evidenciando suas potencialidades e adversidades desenvolvidas em seus territórios.

O conhecimento adquirido pelas comunidades locais demonstra que o fato de poder utilizar-se da coleta direta dos recursos naturais resulta na construção de relações simbólicas determinando valores e crenças para estes grupos.

No município de Barra dos Coqueiros é possível encontrar comunidades locais que demonstram que ao usufruir diretamente da mata de restinga, manguezais, do estuário e do mar, puderam adquirir conhecimentos específicos para cada ambiente. A coleta de frutos e a pesca artesanal em momentos oportunos e alternados garantiram formas de trabalho, mas também maneiras peculiares e características destas populações.

Com o passar dos anos, a partir de mudanças na infraestrutura urbana do município de Barra dos Coqueiros verificou-se modificações territoriais e nas formas de acesso ao extrativismo pelas comunidades tradicionais existentes.

Nesse contexto, a escolha do tema de pesquisa deveu-se às mudanças perceptíveis nas formas de acesso às áreas de extrativismo pelas catadoras de mangaba. Outro ponto a destacar é a relação da pesquisadora, enquanto catadora de mangaba, na observação das modificações territoriais e nas formas de acesso ao território para coleta da mangaba na mata de restinga, da pesca, em áreas de várzeas, manguezal, estuário e no oceano Atlântico.

É sabido que a construção da ponte Construtor João Alves, que conecta o município de Barra dos Coqueiros com a capital sergipana, Aracaju, trouxe consigo significativas transformações territoriais ao município barra-coqueirense. A concretização deste empreendimento de grande porte pode ser justificado através do discurso voltado para o desenvolvimento turístico do município de Barra dos Coqueiros-SE. Outrossim, o referido município é parte integrante do Polo Costa dos Coqueirais com investimento direto do PRODETUR – SE.

Entretanto, anterior aos investimentos no município, através da inserção de projetos e programas para o turismo, as comunidades tradicionais já utilizavam o território de várias formas. Nesse contexto, segmentos de comunidades, a exemplo das pescadoras(es) artesanais, marisqueiras, quilombolas e catadoras de mangaba, reproduzem modelos de conhecimento no território através de formas próprias identitárias, ricos em diversos saberes e práticas tradicionais que identificam seus modos de vida.

O universo da pesquisa corresponde às territorialidades criada pelas catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros, especificamente dos povoados Olhos D'Água e Capoã. De acordo com o Decreto Lei nº 7.082/2010, as catadoras de mangaba são reconhecidas enquanto grupo tradicional e diferenciado e por isso suas formas de organização social e reprodução territorial devem ser protegidos (SERGIPE, 2010). Este grupo social nos últimos anos destacou-se nos estudos acadêmicos relacionados aos modos de vida associados à interdependência dos ecossistemas de restinga, do manguezal e do mar.

Durante muito tempo, as atividades desempenhadas pelas catadoras de mangaba foram mantidas no anonimato, em virtude do desconhecimento e a desvalorização de suas práticas presentes no litoral. Entretanto, atualmente nota-se que ocorreram algumas mudanças neste quadro, a exemplo do autorreconhecimento das catadoras de mangaba, a valorização econômica da mangaba, a criação de formas organizativas em defesa desse extrativismo e no acesso e uso dos territórios. Nesse sentido, o foco da presente pesquisa corresponde às catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros que apresentam algumas características peculiares das extrativistas presentes no estado de Sergipe.

Para delimitação da área de estudo, a pesquisa focalizou-se em termos territoriais, nos povoados barra-coqueirense de Olhos d'Água e Capoã, onde se registrou concentração de ocorrência natural de mangabeiras (SANTOS, 2007). Estes dois povoados possuem distâncias relativamente curtas entre si e aproximadamente 44 famílias tinham no extrativismo da mangaba a principal fonte de renda (VIEIRA; RODRIGUES, 2009), sendo a prática da coleta desenvolvida em sua maioria por mulheres.

A relação que as catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros tem com o lugar e o ambiente evidencia significados em defesa da uma identidade constituída em processos históricos, cheio de simbolismo e manifestação de cultura. Estas territorialidades são manifestadas em territórios que ao mesmo tempo são únicos, múltiplos e sobrepostos pela diversidade de participação de atores sociais e grupos atuantes. É nesta perspectiva de configuração que se constituem os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, evidenciando assim, a necessidade de análises mais detidas.

A pesquisa consiste em um processo contínuo na busca pelo conhecimento. Por sua vez, o conhecimento constitui-se de modo constante, dinâmico e complexo. Toda pesquisa parte da ideia central na perspectiva de conseguir respostas ao(s) questionamento(s). Na construção da presente pesquisa não foi diferente.

As motivações para fundamentar esta pesquisa se basearam nos seguintes questionamentos:

- a) Quais as interferências do PRODETUR nos territórios das catadoras de mangaba no município de Barra dos Coqueiros - SE?
- b) De que modo às catadoras de mangaba se reorganizaram após as ações do PRODETUR?
- c) Houve desterritorialização das catadoras de mangaba em função da infraestrutura construída ou projetada?

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as novas territorialidades constituídas pelas catadoras de mangaba a partir da inserção do PRODETUR no município de Barra dos Coqueiros - SE.

Para isto, na perspectiva de responder ao objetivo central da pesquisa foram elencados três objetivos específicos:

- a) Caracterizar o perfil socioeconômico e cultural das catadoras de mangaba do município da Barra dos Coqueiros - SE;
- b) Analisar as interferências do PRODETUR no município de Barra dos Coqueiros - SE;
- c) Analisar o processo territorialização, desterritorialização e reterritorialização das catadoras de mangaba no município de Barra dos Coqueiros – SE.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, traz os caminhos trilhados durante o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, abordou-se a pesquisa qualitativa e as técnicas utilizadas que prioriza os saberes e conhecimentos diversos do público-alvo pesquisado, as catadoras de mangaba.

O segundo capítulo a discussão gira em torno da fundamentação teórica que está centrada nas configurações de território e territorialidades, nas comunidades tradicionais e no turismo e no contexto da política para o litoral.

No terceiro capítulo trata da perspectiva do município de Barra dos Coqueiros e as principais características envolvendo o extrativismo da mangaba, os conflitos socioambientais e a descrição dos povoados Olhos D'Água e Capoa enquanto área de estudo. Ainda neste

capítulo discorreu sobre as relações sociais extrativistas das catadoras de mangaba, a constituição do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe e as principais interferências dos investimentos turísticos como também do PRODETUR em Barra dos Coqueiros.

Para o último capítulo transcorreu-se sobre os territórios da mangaba desde o processo de territorialização das áreas remanescentes de mangabeiras pelas catadoras de mangaba, as relações de poder constituídos, e os processos de desterritorialização e reterritorialização do extrativismo da mangaba no município de Barra dos Coqueiros.

1 OS PROCESSOS CONSTRUTIVOS PARA A PESQUISA

1.1 A Pesquisa Qualitativa

As pesquisas surgem da motivação em responder questionamentos e dúvidas relacionadas a determinado tema e assunto. Nas pesquisas acadêmicas, os estudos têm o papel principal que visa contribuir com o processo de aprendizagem, sendo necessária a comprovação através de procedimentos científicos.

Para Demo (2000, p. 20), “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento”. Neste sentido, as pesquisas resultam para além de respostas, contribui também para o processo de aprendizado contínuo.

Lakatos e Marconi (2007, p. 157) consideram a pesquisa como “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Desta forma, a pesquisa não investiga apenas a verdade, mas contribui para alcançar respostas e soluções de forma científica.

Para realização da pesquisa é necessário um planejamento de investigação. Segundo Prodanov e Ernani (2013), as pesquisas tem como base central uma teoria que serve como motivação para poder investigar o que se pretende. Neste contexto, tem-se a procura por respostas para as indagações em uma busca incessante pelo conhecimento.

Para este estudo, tratamos a pesquisa com caráter qualitativo que tem como foco principal os sujeitos envolvidos. Para Lakatos e Marconi (2009, p. 269), a “metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.”.

Na presente pesquisa foi selecionada como sujeito principal as catadoras de mangaba através da dinâmica existente entre suas relações sociais no ambiente natural, bem como as interferências de políticas territoriais turísticas no município de Barra dos Coqueiros no território utilizado por estas mulheres extrativistas da mangaba. A escolha da pesquisa qualitativa se deu pela possibilidade de interpretação dos significados. Outro fator da escolha refere-se ao fato das pesquisas qualitativas serem mais adequadas para temáticas mais complexas e descritivas. Neste contexto, optou-se por compreender os sentidos das relações

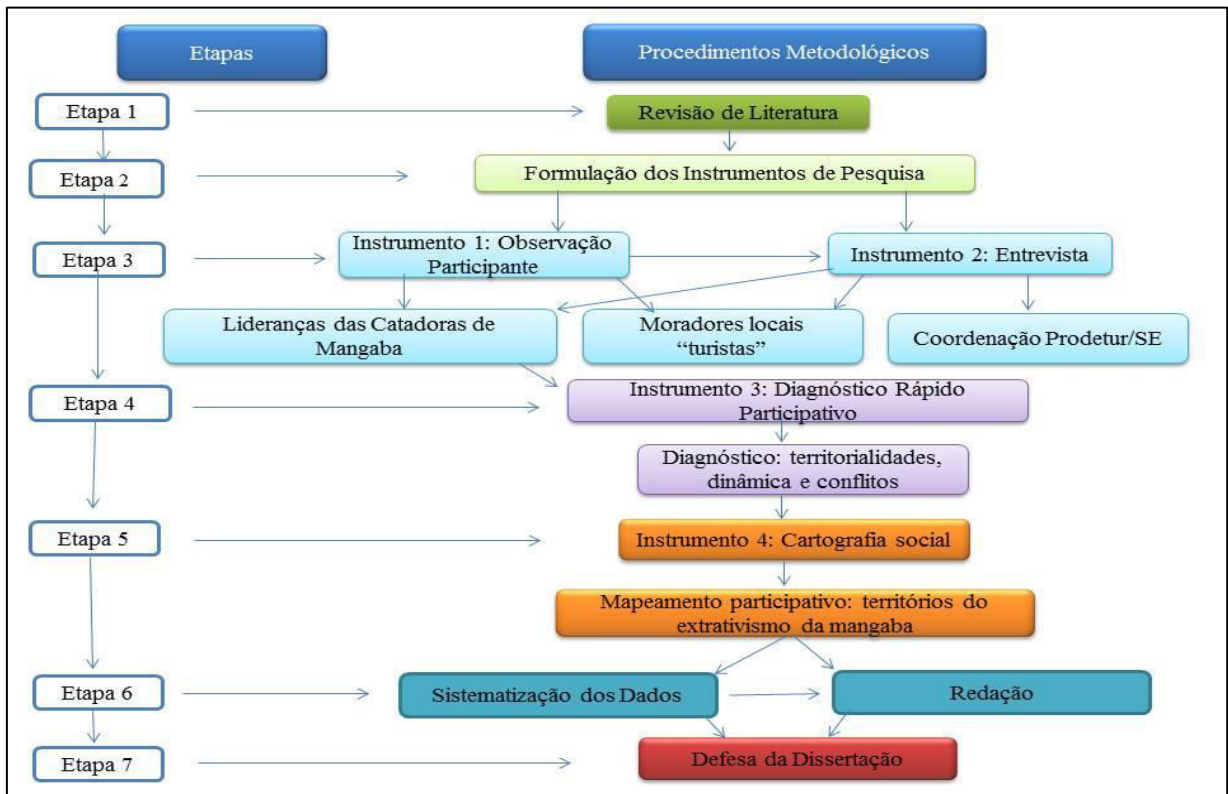
sociais estabelecidas pelo grupo social em um ambiente ainda com características naturais evidentes, mas antropizado pelas ações econômicas e pela valorização sociocultural.

Segundo Lakatos (2006, p. 271), “o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Assim, a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão do grupo social em seu meio, explica os significados mais profundos dos fenômenos, centra-se nos aspectos simbólicos da realidade, considera as falas dos sujeitos e os processos vivenciados pelo grupo como forma de coleta de dados em seu ambiente natural.

1.2 Os Caminhos Percorridos para a Pesquisa

No desenvolvimento do trabalho foram selecionadas técnicas de pesquisas, no sentido de basear o aspecto teórico e os fatos da realidade em estudo, focados também em um modelo conceitual. Com isto, foram utilizados procedimentos técnicos na perspectiva de não somente para quantificar, mas para entender o significado e a complexidade do estudo. Nesse sentido, para construção da pesquisa foram definidas várias etapas, conforme figura 1.

Figura 1: Etapas do trabalho.



Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus, 2016.

No desenvolvimento do trabalho foram utilizados procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisas alinhadas aos objetivos do estudo. A pesquisa bibliográfica foi feita conforme verificação em livros, publicações em periódicos e artigos científicos, teses, monografias, dissertações e outros; a pesquisa documental centrou-se em leis, decretos, estatutos, relatórios, pesquisa de campo, material cartográfico e outras.

Os procedimentos de coleta de dados para essa etapa inicial da pesquisa permitiu a revisão de literatura tornando-se essencial para discussões que levaram ao entendimento a respeito dos conceitos de território, territorialidades, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Esta etapa constituiu basicamente da discussão das teorias das relações sociais e de poder a partir do espaço na construção do território e as manifestações das territorialidades de um grupo social, como também os processos de T-D-R vividos pelas catadoras de mangaba.

Ainda relacionado às bases teóricas da dissertação as abordagens sobre comunidades, comunidades tradicionais e extrativismo compuseram elementos fundamentais para ampliar as considerações pertinentes aos conceitos, características e estratégias de enfrentamento das extrativistas da mangaba em relação à terra e às relações sociais vividas no território tradicional das mangabas.

No que concerne à fundamentação teórica foi também discutido o turismo, o litoral e os conflitos em uma análise conceitual com referências aos aspectos de inserção de projetos e programas e as consequências destas ações quando não dotadas de planejamento ambiental adequado.

Como visto anteriormente, esta pesquisa tem um caráter qualitativo, e no que compreende ao presente estudo foram empregadas as seguintes técnicas: Estudo de campo; Observação direta; Entrevistas semiestruturadas; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e Cartografia Social: mapeamento participativo.

Trabalho de Campo e Observação Direta

O trabalho de campo traduz para o pesquisador a possibilidade de verificação dos fenômenos estudados no local em que ocorrem naturalmente. É colocado então a oportunidade de compreensão das manifestações, tais como são postas através do contato direto do estudo que se pretende.

A pesquisa de campo preocupa-se com a observação dos acontecimentos de maneira espontânea na coleta de dados, nos registros das informações e no grau de importância para

analisá-los. Nesse sentido, as atividades realizadas pelas catadoras de mangaba puderam ser verificadas e compreendidas no espaço que se processa e dessa maneira se propiciou um melhor entendimento sobre a pesquisa.

Na perspectiva do trabalho de campo desenvolvido, foram empregadas técnicas de pesquisas qualitativas através da observação participante, registros fotográficos, realização de entrevistas semiestruturadas, cartografia social e Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.190), “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”. Nesse processo, a observação participante consiste no envolvimento efetivo que possibilita o conhecimento da vida comunitária de um grupo específico.

No tocante à fase de observação participante realizada por meio da observação em que o pesquisador tem papel de interação na comunidade, pode-se perceber que algumas catadoras de mangaba, inclusive lideranças mais antigas, consideram os moradores com menos de 20 anos de residência na comunidade enquanto “turistas”. As residências destes moradores mais recentes são normalmente de maior tamanho em comparação aos dos moradores mais antigos e aparentemente apresentam poder aquisitivo superior quando relacionados aos moradores locais. Por esse motivo, após a utilização da observação participante pode-se incluir os moradores locais “turistas” enquanto sujeitos da pesquisa com aplicação de entrevistas.

A seleção do uso dos registros fotográficos foram inseridos no intuito de apresentar a situação atual dos locais que receberam investimentos turísticos provenientes do PRODETUR e de outras fontes, que tem o intuito de promover o desenvolvimento turístico no município de Barra dos Coqueiros. O recurso das fotografias também foi empregado com a finalidade de observação dos locais de extrativismo da mangaba.

Entrevistas

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados qualitativa que está voltada para direcionar com eficácia o conteúdo de forma sistemática e leva o informante a discorrer sobre um tema específico resultando em informações que serão utilizados na pesquisa, através de questionamentos específicos (ROSA; ARNOLDI, 2008).

Na realização da entrevista almejou-se coletar informações para concretização da pesquisa frente a frente do entrevistado como forma de complementar os dados não coletados nas pesquisas bibliográficas ou em outras fontes (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa utilizou-se à técnica de entrevista com roteiros semiestruturados, com questões abertas e fechadas, no intuito de que os indivíduos pudessem discorrer verbalmente sobre interpretações a respeito do tema proposto e que tem caráter qualitativo dos discursos dos informantes.

Durante as entrevistas foram envolvidos três sujeitos: a) gestores públicos da coordenação do PRODETUR-SE (Apêndice A); b) lideranças das catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros (Apêndice B); c) moradores locais “turistas” (Apêndice C).

A entrevista foi realizada com três assessores diretamente ligados ao PRODETUR Nacional em Sergipe na Unidade de Coordenação de Projetos (UCP/SE) inserida na Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte (SETESP), no dia 09 de agosto de 2016. O foco foi investigar as mudanças do PRODETUR-NE I e II e PRODETUR Nacional/SE, as ações atuais do programa, os investimentos para o município da Barra dos Coqueiros e da possibilidade de inserção do programa para as comunidades tradicionais locais. Nas entrevistas foram utilizados o recurso de gravador de voz através de um celular e posteriormente as falas foram transcritas e analisadas para criação de quadros demonstrativos com dados pertinentes ao programa de desenvolvimento turístico. Na ocasião, além da realização da entrevista foram coletados relatórios e decretos referentes ao PRODETUR-SE.

Em relação às entrevistas semiestruturadas direcionadas às lideranças das catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros, os questionamentos referem-se à construção histórica do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), como também, as ações pautadas por este movimento social que é configurado por representação de mulheres extrativistas da mangaba. As catadoras de mangaba selecionadas para aplicação das entrevistas possuem papel de representatividade em relação à organização comunitária que exercem frente ao MCM e à Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba no Município de Barra dos Coqueiros (ACMBC). Outro elemento chave para seleção das entrevistadas correspondem à participação no acompanhamento e na execução das ações do MCM desde a fundação em 2007. A partir desses critérios qualitativos foram selecionadas cinco mulheres extrativistas da mangaba, acima de 30 anos de idade, que estão ou estiveram inseridas na participação nas funções organizativas do MCM e na diretoria da ACMBC, como também, praticam extrativismo a mais de 20 anos.

Já aos moradores locais “turistas” que possuem menos de 20 anos que residem na comunidade, foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas das cinquenta casas localizadas na Rua Nova no povoado Capoã. As entrevistas foram gravadas, transcritas, analisadas e tiveram a finalidade de análise do quanto estes sujeitos interagem e conhecem as mudanças ocorridas na localidade que influenciaram nas atividades desenvolvidas pelas catadoras de mangaba e como se dá a interação entre moradores mais recentes com as pessoas residentes a mais tempo na comunidade.

Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) é uma ferramenta que se utiliza da participação do conhecimento de indivíduos ou grupos sociais que estão diretamente ou cotidianamente envolvidas naquela realidade dos acontecimentos em um determinado ambiente.

O DRP é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite levantamento de dados participativo e que tem como objetivo central “compreender a percepção da realidade da comunidade” (VERDEJO, 2010, p. 28). Segundo Kummer (2007), o DRP é um método que se realiza com o uso de um ou mais instrumentos de pesquisa e tem-se a população local na participação.

Por envolver uma comunidade tradicional com conhecimentos específicos sobre sua realidade, nessa etapa do estudo em questão foi feito uso da ferramenta do DRP para que membros da comunidade construíssem suas próprias vivências extrativistas. Ao empregar o DRP, o foco foi a construção das territorialidades das catadoras de mangaba observando as mudanças relacionadas ao extrativismo das catadoras de mangaba nos povoados Olhos D'Água e Capoã em Barra dos Coqueiros – SE.

Para a fase do diagnóstico realizou-se visita prévia nas comunidades Olhos d'Água e Capoã e apresentou-se a proposta do estudo as catadoras de mangaba. Verificou-se a disponibilidade destas extrativistas na participação de identificação das transformações ocorridas na dinâmica do extrativismo da mangaba e nos conflitos existentes. Nesse processo foram feitas perguntas envolvendo as práticas extrativistas desenvolvidas pelas catadoras de mangaba e as mudanças percebidas pelas mulheres extrativistas, a partir das ações do PRODETUR-SE. As visitas prévias às comunidades também serviram para agendamento do dia e horário para aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo e da técnica da Cartografia Social. Foram estabelecidas a realização de ambas atividades de coletas de dados a serem

direcionadas ao mesmo grupo-alvo, e que durante a manhã seria realizada a fase do DRP e durante a tarde do mesmo dia, o mapeamento participativo.

Anterior ao início do DRP apresentou-se os objetivos desta fase da pesquisa e foi feita explanação sobre os procedimentos utilizados para coleta dos dados. O diagnóstico foi realizado durante o período matutino na Unidade Produtiva do Povoado Capoã, onde são feitos beneficiamentos de produtos a partir da mangaba, murici, cambuí e caju. A realização do diagnóstico contou com a participação de quinze catadoras de mangaba dos povoados Olhos D'Água e Capoã.

Durante o diagnóstico, as catadoras de mangaba participantes foram esclarecidas a responder questionamentos e com o uso de pincel atômico de cores variadas, as respostas foram escritas no papel kraft com quadros de perguntas fixadas. No mapeamento, enquanto pesquisadora, teve-se o papel de facilitadora tanto ao fazer os questionamentos quanto em colocar no quadro demonstrativo as respostas.

O diagnóstico foi dividido em três momentos. No primeiro, as catadoras de mangaba partícipes da pesquisa responderam perguntas com o intuito principal de conhecer as características socioeconômicas das participantes da construção do Diagnóstico Rápido Participativo (Apêndice D).

No segundo momento do DRP, os membros das comunidades responderam aos questionamentos relacionados às mudanças ocorridas e sua influência na prática extrativista e como a comunidade identifica o trabalho desenvolvido por elas (Apêndice E).

No terceiro momento do diagnóstico, atendeu-se aos questionamentos relacionados aos investimentos turísticos nos povoados ou no município de Barra dos Coqueiros (Apêndice F).

Cartografia Social: mapeamento participativo

Segundo Acselrad (2013, p.17), a cartografia social “pode ser entendida como a apropriação das técnicas e modos de reprodução cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão”. Nesse entendimento, é proposto construir um conhecimento de um determinado ambiente através da associação de instrumentos técnicos com vivências e experiências de sujeitos sociais.

Na presente pesquisa, utilizou-se o mapeamento social no intuito de analisar as territorialidades constituídas pelas catadoras de mangaba, através do retrato das práticas de extrativismo da mangaba na comunidade estudada e as relações sociais empregadas em seus

territórios. Nesse contexto, as mulheres catadoras de mangaba puderam construir o mapeamento participativo com a representação dos seus próprios espaços vividos que representa a comunidade.

Durante a construção do mapeamento, as catadoras de mangaba envolvidas na pesquisa, puderam contribuir com a cartografia social. A partir das relações sociais e das formas de organização as extrativistas da mangaba, os sujeitos do estudo desenharam os locais e a delimitação de seus territórios vividos na comunidade tradicional pertencente.

Utilizou-se a cartografia social com o foco na aplicação da oficina em que as pessoas participantes desenharam os locais que constituem suas práticas extrativistas e assim, construíram suas próprias territorialidades. A metodologia participativa teve como grupo-alvo as catadoras de mangaba que desenvolvem as atividades de extrativismo da mangaba nos povoados costeiros de Olhos D'Água, Capão e Jatobá e ao mesmo tempo permite demonstrar as novas territorialidades no desenvolvimento de suas práticas e formas de reprodução social, econômica e cultural.

Os procedimentos metodológicos para o mapeamento participativo tiveram como base alguns questionamentos que estão inseridos na metodologia utilizada para construção do “Mapa do Extrativismo da Mangaba: ameaças e demandas” que contém informações referentes à “importância do extrativismo da mangaba como fonte de renda, as formas de acesso às plantas, as ameaças e as demandas das comunidades para melhorias da atividade” (VIEIRA; RODRIGUES, 2009, p. 12).

Para a fase do mapeamento social foram realizadas visitas prévias nas comunidades Olhos d'Água e Capão e apresentou-se a proposta do estudo as catadoras de mangaba. Verificou-se a disponibilidade destas extrativistas na participação de identificação dos locais que se configuram as territorialidades através dos questionamentos sobre a localização da coleta dos frutos da restinga e como se dá este processo atualmente. As visitas prévias às comunidades também serviram para agendamento do dia e horário para aplicação da cartografia social na construção dos mapas das territorialidades.

Para essa etapa da pesquisa, foram divididos três fases do mapeamento centrado na cartografia social. A primeira fase foi utilizado uma ortofotocarta compreendendo todo o perímetro do município de Barra dos Coqueiros para observação pelos participantes. Na segunda fase foram utilizados papel 40kg e lápis de cores variadas para construção do mapa dos desenhos representando os territórios do extrativismo para as mulheres catadoras. À terceira fase consistiu no registro fotográfico dos locais de extrativismo apontados pelas próprias extrativistas.

Anterior ao início do mapeamento participativo em que os partícipes pudessem construir as territorialidades das extrativistas da mangaba, foram apresentados os objetivos da pesquisa e foi feita explanação sobre os procedimentos utilizados para a metodologia para coleta dos dados.

A utilização da ortofotocarta do município de Barra dos Coqueiros na escala detalhada de 1:10.000, em formato A1 para reconhecimento dos envolvidos na pesquisa sobre os limites territoriais. As catadoras foram instigadas ao reconhecimento da imagem do perímetro municipal tomando como referência a Rodovia SE 100 Norte que praticamente corta ao meio a Barra dos Coqueiros.

Por meio dessa imagem, visualizou-se o limite territorial de Barra dos Coqueiros e em um segundo momento, houve a indução de construção dos desenhos dos locais de extrativismo pelos próprios participantes. O mapeamento foi realizado na Unidade Produtiva do Povoado Capoã, onde são feitos beneficiamento de produtos a partir da mangaba, murici, cambuí e caju. A oficina contou com a participação de quinze catadoras de mangaba (homens e mulheres) dos povoados Olhos D'Água e Capoã, tendo uma liderança das catadoras que reside no povoado Jatobá.

Na segunda fase, duas folhas de papel 40kg foram emendadas, unidas umas as outra e colocadas na mesa. Aos participantes foram explicadas a condição de criação de legendas para identificação dos desenhos. Os desenhos foram feitos pelos partícipes com o uso de canetas coloridas, lápis de cor e lápis grafite. Vale ressaltar que a pesquisadora, teve o papel de facilitadora para nortear as questões do mapeamento participativo na aplicação dessa cartografia social.

No momento posterior às orientações para construção do mapeamento, focou-se nos desenhos relacionados às práticas atuais do extrativismo pelas catadoras de mangaba orientadas pelos seguintes questionamentos:

- a) Quais os locais onde são feitas as atividades de coletas: mangaba e outros frutos?
- b) Em quais dos locais de coleta de mangaba e outros frutos, o acesso se dá em áreas privadas através de contrato de compra?
- c) Quais dos locais de coleta de mangaba e de outros frutos, o acesso é impedido por causa do desmatamento?
- d) Em quais dos locais de coleta de mangaba e de outros frutos, o acesso atual é livre, em áreas privadas?
- e) Quais dos locais de coleta de mangaba e de outros frutos, o acesso é impedido por proibição do proprietário?

f) Quais dos locais de coleta de mangaba e de outros frutos, o acesso se dá em sítios próprios de catadora?

g) Quais dos locais de coleta de mangaba e de outros frutos, a cata da mangaba é de meia?

h) Quais dos locais de coleta de mangaba e de outros frutos, o acesso atual é livre, em áreas públicas ou da União?

i) Quais os locais que dá acesso às atividades do extrativismo (pesca, mangaba e outras frutas)?

j) Quais os locais que as catadoras usam para comercialização?

l) Quais os locais de beneficiamento dos produtos?

m) Quais os locais de investimentos do PRODETUR?

Após cada questionamento, os participantes deram início à construção dos desenhos para o mapeamento da cartografia social. Os desenhos foram feitos a mão e no momento em que se sentia dúvidas dos pontos as serem construídos nas folhas, repetia-se os questionamentos no intuito de dar clareza a realização dessa etapa da pesquisa. Assim, diversos desenhos foram feitos no intuito de delimitar as áreas relacionadas principalmente ao extrativismo da mangaba.

Em relação aos questionamentos sobre os locais de investimentos do PRODETUR e outras fontes para o desenvolvimento turísticos no município de Barra dos Coqueiros os participantes fizeram apenas um apontamento, mas de forma verbal a relataram sobre as interferências advindas da atividade turística para a comunidade. Assim, além dos registros dos desenhos pelos participantes foram gravadas as falas com posterior transcrição e análise das informações obtidas.

Ao final do mapeamento e dos registros das falas, constituindo a terceira fase, os partícipes foram induzidos a indicar duas pessoas que participaram do mapeamento na tentativa de sinalizar, através da Rodovia SE 100 Norte, os locais de extrativismo da mangaba. Nessa fase da pesquisa, as mulheres que se disponibilizaram e puderam mostrar os locais que são feitos a coleta da mangaba associado com outras frutas, os locais em que a mangaba pode ser coletada sobre sistema de meia, compra ou áreas livres, como também os locais que tiveram derrubadas de mangabeiras. Os registros fotográficos forma feitos simultaneamente em que as catadoras de mangaba faziam considerações com descrições e características pertinentes às áreas.

2 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O TURISMO

2.1 Território e Territorialidades: em busca de bases teóricas de análise

Por muitos anos, as principais questões e discussões relacionadas ao território giraram em torno da ciência geográfica. Durante algum tempo ao tratar do conceito de território muitos pesquisadores, principalmente geógrafos, faziam referência ao Estado-Nação sem considerar a pluralidade e a diversidade permanente ou transitória acerca das múltiplas formas de manifestações em determinado tempo e espaço.

Nos últimos anos, houve muitas pesquisas em ciências sociais que envolveram discussões acerca do território. Essa ampliação da temática territorial pode ser percebida a partir do momento em que o território passa a ser considerado não só como Estado-Nação, através de suas fronteiras visíveis e definidas, mas também no tocante às questões que se concebe o território como formas de relações sociais transformadas em um determinado período de tempo e espaço, e que apresentam igualmente delimitações visíveis e fisicamente não demarcadas.

Estas mudanças a respeito do entendimento em torno do território possibilitam a elaboração de estudos não só vinculados ao Estado-Nação, mas estreitamente relacionados às sociedades, organizações, povos e comunidades que desenvolvem suas relações em espaços distintos, seja no litoral, na montanha ou no amplo universo do mundo rural e urbano.

Neste contexto, os mais recentes entendimentos do território podem contribuir para uma gama de novas possibilidades de discussões que incluem sujeitos transformadores de espaços que não necessariamente necessitam de fronteiras pré-estabelecidas e demarcadas, mas construídas através de representações sociais, de identidades culturais e das clássicas relações de poder.

A compreensão de território perpassa pela discussão da categoria espaço, pois o território possui a sua formação a partir do espaço, sendo que o território apresenta inicialmente maior inclinação para a questão político-administrativa, ou seja, como território nacional, espaço físico em que ele se encontra uma nação, espaço que exige delimitação por uma vertente jurídica e política, onde existe uma demarcação pela execução do trabalho do homem, seus limites e fronteiras. Segundo Raffestin (1993, p. 143):

É essencial compreender bem que **o espaço é anterior ao território**. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (Grifo nosso).

Neste sentido, o espaço por si somente não pode e não constitui o território. Para a estruturação do território parte-se do espaço transformado e se requer a consolidação de fatores firmados e construídos nas relações cotidianas, nas distintas formas de trabalho e também nas relações de poder.

Segundo Santos (1994), os espaços podem ser definidos como o conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações submetidos a novas qualificações que tendem a preferências de atores hegemônicos relacionados à economia e sociedade ligados a globalização. Santos (2006) ainda demonstra que é necessário o conjunto de meios instrumentais e sociais em que o ser humano transforma e produz espaços por meio de categorias técnicas.

O espaço, conforme Saquet (2009, p. 77), é interpretado enquanto “[...] uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento”, ou seja, as relações e as modificações do homem na natureza são desenvolvidas no espaço. Assim sendo, “[...] o espaço é produzido pelas ações dos homens sobre o próprio espaço, que aparece como paisagem artificial”.

Por sua vez, Haesbaert (2009) elucida questões referentes à distinção entre os conceitos de espaço e território, sendo ambos, por diversas vezes usados como sinônimos, porém, conforme o viés apresentado pelos autores citados, são distintos; no território cabe analisar as relações de poder, já no espaço as relações existentes são de uma dimensão mais social, econômica e cultural e também física.

Conforme Haesbaert (2001), as questões do território carregam em suas matrizes conceituais uma dimensão simbólica e material, pois:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2001, p. 67).

Vale ressaltar que a dimensão simbólica do território se refere claramente ao poder e à identidade de uma dada localidade, pois são as relações sociais desenvolvidas no cotidiano do

território que esclarecem a identidade social e ou cultural de um determinado espaço, principalmente na escala local e regional.

Quando relacionada à questão de construção do território, Raffestin (1993) demonstra que as relações são marcadas pelo poder, ou seja, tornam-se de suma importância categorizar e compreender o poder exercido pelo ser humano ou grupos sociais, pois sem essa categorização não se consegue chegar à essência do conceito de território. Para Saquet (2009, p. 83), “o espaço é indispensável para apropriação e produção do território”. Desta forma, é realçada a questão do poder na discussão conceitual a respeito do território:

[...] é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização (...). O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à uma unidimensionalidade e à transcendência: o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares. Por tanto, seria inútil procurar o poder na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiaria formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

A breve discussão sobre o poder apresentado acima leva a entender que no caso do território o espaço surge na vertente de agregador de valor das relações sociais ocorridas, gerando assim valor de uso e de troca, valores relacionados à produção e reprodução do local, sendo complementada com o seguinte pensamento:

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume apenas a uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Raffestin (1993) salienta que o poder se constitui enquanto elemento fundamental para formação e entendimento do território. Por sua vez, a partir das relações multidimensionais de poder o território é formado e como consequência destas relações forma-se um produto sempre provisório que é denominado de territorialidade. Estas relações se destacam por serem complexas e multilaterais. Ainda para o referido autor, podem existir vários tipos de poder, não se limitando apenas ao poder do Estado:

Sendo co-extensivo de qualquer relação, tornar-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural, etc. Sendo um lugar de poder, isso significa

que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia, e a informação (RAFFESTIN, 1993, p. 54).

Souza (1995, p. 78) relaciona a questão territorial com o poder e discute “a importância capital do espaço enquanto instrumento de manutenção, conquista e exercício do poder”, ou seja, as relações de poder são exercidas, desenvolvidas e executadas com e a partir do território. Assim, tanto a manifestação do poder quanto o território se definem através das somas das relações sociais, associadas à cultura aos símbolos, identidade, significados, representações, cotidiano, meio ambiente, economias e processos de trabalho.

Nesta perspectiva podemos compreender o poder como uma associação de fatores geradores de relações sociais, em que o ser humano enquanto grupo ou indivíduos exerce papel fundamental na relação poder político/territorial atuando como protagonista das transformações sociais, econômicas e políticas dispostas no território no qual se encontra inseridas. Neste processo, Mendes (2012, p. 45) enfatiza que:

Cada indivíduo presente no território elabora as suas estratégias de produção de acordo com seus interesses, recursos disponíveis e objetivos a alcançar. Contudo, dentro destas relações estão envolvidas diversas relações de poder que se chocam com outras estratégias de produção. Nesse embate de interesses, a produção do espaço vai se configurando.

Os territórios são construídos e desconstruídos a todo tempo. Os indivíduos têm seu protagonismo nas mudanças e nas transformações territoriais através do poder que modela o território. De acordo com Mendes (2012, p. 55), “os territórios devem ser diferenciados de acordo com os sujeitos que os constroem, individualmente ou em grupo. Os sujeitos podem ser grupos sociais, Estado, empresas, instituições não-governamentais”. Neste contexto, para cada grupo existe uma forma de manifestação das relações sociais de maneira diferenciada, mesmo ao tratar de um único território. Segundo Saquet (2003, p. 24):

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

Porém, Souza (2009) salienta que este poder não pode ser confundido com violência. O autor explica que o poder deve ser considerado enquanto formas de relações entre pessoas em um contexto social. O poder como pertencimento de um grupo que age coletivamente.

Souza (2013, p. 84) exemplifica que o poder sempre foi confundido com o Estado, uso da violência ou autoridade, porém se “consubstancia sob a forma de um conjunto de normas”.

Neste contexto, o poder aqui apresentado está relacionado ao conhecimento e habilidades adquiridas por grupos que mantem relações sociais no território a partir da construção de suas formas identitárias. Este poder pode ser percebido nas formas em que grupos se relacionam com determinados ambientes.

Ainda de acordo com Souza (1995), o território emerge como um espaço concreto em si com seus atributos naturais e socialmente construídos que é apropriado por um grupo social. Ainda de acordo com o referido autor, a ocupação do território é vista como algo gerador tanto de raízes quanto de identidade, e desta maneira, indivíduos ou grupos não podem mais ter sua compreensão sem a existência do seu território, no sentido de que a identidade social e cultural das pessoas está intimamente ligada aos atributos do espaço concreto, cheio de significados e representações. Tais ideias se coadunam com o pensamento de Haesbaert (2013, p. 22) ao defender que “a territorialização do espaço ocorre pelos processos de apropriação, seja ela concreta ou simbólica”.

Silveira (2013, p. 39 e 44) entende o território “como uma extensão apropriada e usada”. Para essa autora, o território “não pode ser entendido sem levar em conta a identidade e o pertencimento, desiguais em função da diversidade de situações existenciais dos atores”. Já Haesbaert (2009) nos mostra que as manifestações de território se traduzem nas relações sociais, no contexto histórico e nos sujeitos envolvidos, sendo a contextualização histórica fundamental nessa categoria.

Souza (1995, p. 108) salienta que “o espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalizador cultural-simbólico e nessa qualidade, indispensável fator de autonomia”. Observa-se, assim, a forte imbricação entre as categorias espaço e território, entendidos a partir de uma dimensão material ou dos significados.

Ao analisar estes aspectos concretos e simbólicos, o território torna-se essencial a existência de determinados grupos concebidos através das relações sociais no espaço vivido e desenvolvido pelos mesmos, e torna-se também matéria-prima nas formas identitárias. A ausência do espaço assim configurado resulta em perdas para o conhecimento das relações existenciais e de autossuficiência dos grupos sociais e isto pode ocasionar a extinção ou modificação das maneiras de relações anteriormente criadas.

Nesta perspectiva, existe a necessidade de “defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do

grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação” (SOUZA, 1995, p. 110). Dessa forma, é necessário entender o território como mantenedor e como garantia para as relações dos povos ou sociedades, e também nas relações entre comunidades onde o espaço é matéria-prima para constituição das territorialidades.

Ao aprofundar sobre as razões e motivações para conquista, apropriação, posse e defesa do território, Souza (2009) advoga pelo caráter cultural e econômico e não somente de ordem política. O processo de territorialização, ou seja, o processo de construção do território perpassa por diversos motivos e intenções que vão desde a base econômica e histórica até às dimensões política e cultural nas relações e uso do espaço. Para Souza (2009), estas motivações podem estar atreladas a defesa de uma identidade ou disputa por recursos, riquezas e pelo próprio espaço/território.

Em relação a existência dos territórios, Souza (1995) explica que estes são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, seja nacional ou internacional, e dentro dos mais diversos períodos de tempo; podem ter caráter permanente ou não, e podem também ter existência recorrente. Contudo, o território pode “formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, ser antes instáveis que estáveis ou, mesma ter existência regular mas espessas periódica, ou seja, em alguns momentos” (SOUZA, 1995, p. 87).

Outro autor que aborda a temporalidade e a transitoriedade do território é o geógrafo norte americano Sack (2013, p. 73). Para este autor, “[...] um lugar pode ser um território em um momento e não o ser em outro, e um território pode criar um lugar em outro que não existia antes”.

Neste sentido, o território não pode ser considerado como algo inerte e definitivo. No território existe uma transitoriedade e por isso está propenso a mudanças constantes. Estas modificações variam de acordo com o tempo e/ou com as relações sociais manifestadas pelos grupos sociais existentes. Desta forma, o território não é finito, mas sim mutável, sensível às transformações das relações dos atores no espaço que pode constituir-se de uma determinada maneira a depender do lugar, assim como, das circunstâncias históricas.

Durante o processo de constituição do território, a partir do espaço vivido, evidencia-se a manifestação de uma territorialidade única ou várias territorialidades. Tal como o território, transitório e temporal, a territorialidade, na visão de Sack (2013), pode ser entendida somente por um tempo limitado.

Assim, a territorialidade, singular ou plural, possui variações em que o tempo, o próprio território e os grupos sociais são fatores determinantes da sua existência. As

territorialidades através da manifestação das relações no território também podem ser transformadas. O que agora pode ser manifestada enquanto territorialidade com o passar dos anos podem constituir-se como nova territorialidade ou novas maneiras de se apresentar a relação sociedade-espço.

Segundo Silveira (2013, p. 39), “a territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence”. Como se vê, a territorialidade além do sentimento de pertença também está ligada as relações essenciais vinculadas às práticas espaciais, afinidades e vivências, seja entre indivíduos ou entre grupos.

Na visão percuciente de Sack (2013, p. 63), a “territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área”, configurando-se como “uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados”.

Sendo assim, a territorialidade é considerada um fenômeno associado à organização do espaço, base do poder de determinado grupo e determinada área, estratégia espacial para afetar, influenciar, controlar o espaço geográfico, seus diferentes usos, formas de apropriação e variados recursos. A territorialidade está relacionada assim com as diferentes formas de apropriação do espaço por diferentes grupos.

Para Gil (2004, p. 3), a territorialidade possui diversas maneiras conotativas para ser descrita. Para a referida autora, entende-se por territorialidade “a totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas”, possuindo transformação em escala (nível local, regional) fomentando assim dinâmicas sociais próprias. Este pensamento da autora se relaciona com o pensamento de Sack (2013), que entende a territorialidade como o modo como as pessoas fazem uso, apropriação e controle do espaço, como as mesmas organizam a armadura territorial e como se dá significado e significância a um determinado lugar.

Sack (2013, p. 76) esclarece que a territorialidade envolve a “tentativa por parte de um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre cada área geográfica”. O referido autor também aponta a territorialidade como estratégia na tentativa de estabelecer relações e acesso entre pessoas e coisas e entende que a área da territorialidade não necessita necessariamente ser definida concretamente, mas sim ser objeto de defesa.

Haesbaert (1995) também demonstra que a territorialidade é algo abstrato onde as relações de poder espacialmente delimitadas operam sobre um substrato referencial. Já para

Raffestin (1993), a territorialidade se manifesta nas características dos indivíduos e grupos sendo necessário tanto energia quanto informação.

[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema [...] tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação (RASFFESTIN, 1993, p. 161).

Raffestin (1993) e Saquet (2009) ressaltam que a territorialidade significa relações sociais simétricas ou dessimétricas produzidas em cada território. Saquet (2009, p. 87) salienta ainda a existência de territórios e territorialidades contíguos ou horizontalizados e que também se manifestam verticalmente, ou seja, em redes.

Há redes nos territórios e territórios em redes bem como movimento do território e das redes. Os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais. Há, em cada território, tempos históricos e tempos coexistentes (ritmos) presentes, em unidade, a mesma unidade da relação espaço-tempo e da relação ideia-matéria. Pela nossa concepção, há rompimento das delimitações e áreas; sobreposições; uma miríade de atores e redes sociais; movimento do e no território; movimento entre os territórios; transtemporalidade e transescalaridade; unidade entre sociedade e natureza (SAQUET, 2009, p. 87).

Assim, para Saquet (2009) o território e a territorialidade são compreendidos nas diversas formas de relações humanas seja na natureza e na sociedade construindo as relações sociais. Desta forma:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

Na visão de Saquet (2009), para que haja a efetivação da territorialidade é preciso diferentes escalas espaciais que se modificam de acordo com o tempo, nas relações de poder, redes de circulação, comunicação, dominação, identidades, resultantes entre e pelos sujeitos no seu lugar de vida, seja na forma econômica, política, social e nitidamente cultural.

Os processos de constituição dos territórios e territorialidades se dão através de motivações, interesses, desejos e necessidades, através dos processos de territorialização. Souza (2013) entende que as motivações e os interesses para territorialização sempre estarão conectadas ao substrato espacial material e aos significados culturais atribuídos as imagens do

lugar, ao desejo, a necessidade ou cobiça em relação aos recursos. Neste contexto, o par território/territorialidade se manifesta na defesa de uma identidade, na disputa por riquezas ou recursos, na contextualização histórica, no simbolismo e nas variadas manifestações culturais. Assim, todas estas relações sociais devem ser consideradas enquanto processos teleológicos da territorialização.

Para Saquet (2009), apesar da multidimensionalidade, a territorialidade pode ser descrita através de desigualdades ou diferenças espaciais, porém é unitária, e se manifesta através de identidades. A territorialização se constitui por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidades. Assim, “a territorialização é o resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional” (SAQUET, 2009, p. 83).

Haesbaert (1995) demonstra que o processo de territorialização se configura como característica essencial para existência das relações sociais dos grupos presentes no território.

[...] se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais da apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e “sem pátria” (HAESBAERT, 1995, p. 178).

Por conseguinte, o inverso poderá acontecer, desta forma na desterritorialização estes grupos tem a desconstituição das relações sociais resultantes em transformações das características anteriormente existentes. Souza (2009) defende que a desterritorialização está vinculada ao desenraizamento de indivíduos e grupos sociais o que pode implicar na privação do acesso aos recursos, perda das trocas simbólicas e identidade nos espaços vividos e percebidos.

Porém, Haesbaert (1995, p. 168) enfatiza que se incorporar “à dominação política uma apropriação simbólico-cultural, veremos que a desterritorialização não deve ser vista apenas como desenraizamento no sentido de uma destruição física de fronteiras e um aumento da mobilidade, em sentido concreto”.

Justificado pela contemporaneidade do mundo, que Haesbaert (1995, p. 166) considera enquanto modernização arrasadora, os espaços são padronizados. Estes espaços consistem para o referido autor em “aglomerados de exclusão para os espaços ocupados por esses grupos”. Esta dinâmica consiste no processo de desterritorialização, pois configura um processo de mudanças das características que antes existia para um novo arranjo espacial. Porém a produção destes espaços envolve tanto a desterritorialização como a

reterritorialização, à medida que ocasionaram novas mudanças nas características do espaço vivenciado.

Em síntese, os processos de desterritorialização podem ser entendidos enquanto perda simbólica, dos marcos históricos, seja material ou imaterial, e pela destruição de laços antigos. Para Haesbaert (1995), é importante distinguir as escalas de difusão de desterritorialização, tanto espaciais quanto temporais, uma vez que pode ocorrer ao mesmo tempo territorialização, desterritorialização e reterritorialização, aumentando exponencialmente a complexidade da análise territorial.

Ao tentar dar prioridade aos sujeitos que fazem História e muitas vezes contrapondo-se às formas de poder dominante, por meio de múltiplas resistências, Haesbaert (2013) demonstra entender a multiplicidade de territórios e territorialidades em uma perspectiva mais complexa da relação de poder e espaço dentro do movimento contemporâneo.

Nesse sentido, o referido autor destaca processos interessantes que surgiram no Brasil na busca por outras formas de gestão territorial e de seus recursos através da luta de movimentos sociais. Haesbaert (2013) defende que diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais, ao respeitar as particularidades de seus modos de vida, vem conquistando seu território, através de reivindicação de formas específicas e particulares de territorialidade e territorialização.

Igualmente, Haesbaert (1995) demonstra que as mudanças na forma de organização ocasionam-se em processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização. De maneira didática, o autor demonstra que para territorialização, as dimensões sociais fundamentais estão ligadas à política e à dimensão cultural, já no processo de desterritorialização estas dimensões estão voltadas para a vertente econômica e política. Já nos processos de reterritorialização pode-se encontrar diferentes abordagens, seja econômica, política ou mesmo cultural.

Para Haesbaert (1997), os processos de destruição dos territórios tornam-se fundamentais para formação de novos territórios, caracterizados pelas reterritorialização.

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se a terra”, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

No olhar de Mendes (2012), a desterritorialização não quer dizer exatamente o “fim dos territórios”. Vale ressaltar que todo processo de desterritorialização ocasiona reterritorialização, evidenciando a dinâmica e a continuidade do território, mesmo com outra configuração espacial. Verifica-se uma reconstrução das relações sociais que podem ser dos mesmos grupos que sofreram mudanças ou da inserção de novos grupos com novas relações sociais. Assim, a territorialização envolve processos através dos quais se constroem territórios e territorialidades. A desterritorialização desconstrói territórios e a reterritorialização permite a reconstrução de territórios em uma escala diferente.

2.2 Comunidades, Comunidades Tradicionais e Extrativismo

As comunidades se constituem muitas vezes em nosso imaginário como algo pequeno, simples, de pequeno alcance territorial e atrasado. Todavia as sociedades são postas como complexas, rebuscadas, notórias e com diversos níveis de organização. Este dualismo empregado para conceituar comunidades e sociedades não necessariamente representa de fato as particularidades e complexidades que ambas apresentam. “Na verdade, enquanto instrumento de análise do real, o par comunidade-sociedade indica configurações sociais contrastantes, tais como o arcaico e o moderno, o afetivo e o racional, o sagrado e o secular” (ALBURQUERQUE, 1999, p. 50).

Neste sentido, o aspecto de dualidade posta nas determinações entre comunidade-sociedade poderá encobrir significados resultantes de considerações analíticas prévias, como se já soubesse de tudo que estas representam.

Bauman (2003), ao abordar a comunidade, nos remete ao sentimento de pertencimento através de sensações, de conotação de prazer. Esta comunidade também é determinada enquanto lugar de aspecto desejável para viver e que nós seres humanos desejamos possuir.

Essa comunidade dos sonhos é uma extrapolação das lutas pela identidade que povoam suas vidas. É uma “comunidade” de semelhantes na mente e no comportamento; uma comunidade mesmo que, quando projetada na tela da conduta amplamente replicada/copiada, parece dotar a identidade individualmente escolhida de fundamentos sólidos que as pessoas que escolhem de outra maneira não acreditariam que possuísem (BAUMAN, 2003, p. 61).

Assim, para Bauman (2003), a comunidade passa a ter aspecto desejável diante do distanciamento das pessoas e o crescente aumento da violência nas sociedades. Com o

advento da modernidade as comunidades foram postas em um patamar aquém das sociedades, consideradas até então inferiores, determinado assim que necessitavam sofrer modificações, mais precisamente a modernização.

Albuquerque (1999) destaca que o fator modernidade contribuiu para proveitos concretos e simbólicos relacionados a qualidade de vida e a liberdade, e permite também “atualizar” as comunidades.

[...] esse conjunto de características configura os indicadores empíricos da noção de sociedade; retratam, ao mesmo tempo, uma categoria explicativa e uma imagem de sociedade desejável, mas retratam também a hostilidade intelectual à comunidade tradicional, aos grupos e associações da Idade Média, aos quais a modernidade se apresentava como antítese (ALBURQUERQUE, 1999, p. 51).

Lifschitz (2011) demonstra que o conceito de comunidade nasce em oposição ao conceito de sociedade a tal ponto que a comunidade se caracteriza como algo mais orgânico, contrapondo-se à ideia de sociedade, mais mecânica. Visto que a comunidade faz referência ao território, ao identitário e ao peculiar e emprega-se as semelhanças. Já nas sociedades, dominam as diferenças.

As imposições do modelo para modernização das comunidades e sociedades puderam refletir em muito mais do que almejar a possibilidade do ser humano tornar-se livre. Repercutiram-se também nas formas de produção e consumo de recursos naturais em que o homem ganhou status histórico de dominação e exploração sobre os recursos da natureza.

Diante dos dilemas vividos pela sociedade atual que se refletem em comunidades tradicionais que trabalham com formas de produção e consumo, Diegues (2001, p. 40) enfatiza que “há necessidade de se pensar vários tipos de sociedades sustentáveis, ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si”.

Não pretendemos aqui elaborar uma discussão profunda sobre o modelo de desenvolvimento capitalista que está posto, mas abordaremos alguns aspectos pertinentes e que influenciaram os modos de vida de comunidades tradicionais que se utilizam de recursos naturais de forma direta e que tem maneiras próprias de se relacionarem com certos tipos de ambientes. Ecossistemas esses que garantam sobrevivência e ainda permitem trocas de conhecimento.

Para Acosta (2016), a maioria dos seres humanos não alcançou o bem-estar material, não tem segurança, liberdade e identidade. O referido autor pontua que o

desenvolvimento nasceu em crise, na realidade em sua própria crise. E para que o tal desenvolvimento pudesse chegar para todos e todas foi necessário a elaboração de planos, projetos, programas, construção e aplicação de metodologias, investimentos e financiamento. Diante do fracasso do desenvolvimento, ao invés de buscar outros modelos ou questionar as referências vigentes procurou-se mascarar através da busca por faces de desenvolvimento, a exemplo do desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, desenvolvimento social e tantos outros.

Diante da necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento posto para sociedades-comunidades, Diegues (2001) propõe um novo paradigma baseado no conhecimento da diversidade ecológica e cultural e no respeito às populações humanas tradicionais. Neste contexto, é necessária a busca não só por um único modelo para a sociedade, mas por diversos modelos de sociedades que enxergam os recursos naturais como finitos e entendam a inevitabilidade de redução e manutenção destes recursos.

Acosta (2016) concorda com a mudança do modelo de desenvolvimento das sociedades. Conforme o referido autor, não se fala adequadamente das contradições para o desenvolvimento relacionado ao desemprego e subempregos, degradação ambiental e desigualdades sociais. O desenvolvimento como forma de superar atraso trouxe conflitos sociais, acentuou as desigualdades territoriais e os problemas ambientais.

A partir do modelo de desenvolvimento, baseado na dimensão econômica, tem-se uma busca incessante pelo consumo, investimentos e incentivos para comprar, comprar, comprar, consumir, consumir, consumir, aumentando assim cada vez mais produtos que a natureza rejeita e não consegue decompor em seus ciclos naturais de curto e médio prazo, sendo necessário longos anos, séculos e alguns milhares de décadas para sua recuperação.

Diegues (2001) ressalta ser mais apropriado utilizar-se do conceito de sociedades sustentáveis, pois permite uma definição em relação à produção e consumo baseados no bem-estar cultural dos povos e dos recursos naturais e possibilita a diversidade de sociedades baseadas nos princípios da sustentabilidade ecológica, social e política. Neste sentido, a natureza e os seres humanos passam a ter valor intrínseco e não de dominação e exploração de um sobre o outro. Assim,

A conceituação de sociedades sustentáveis, baseada na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e dos modos de vida nos parece não somente mais substantiva, mas portadora dos grandes desafios (DIEGUES, 2001, p. 55).

Corroborando com Diegues (2001), Acosta (2016) enfatiza que os países considerados desenvolvidos refletem sintomas que o desenvolvimento unidimensional não é um modelo mais adequado para as sociedades. Existe a necessidade de construção de outros tipos de sociedades, que tenham como base a convivência harmoniosa entre seres humanos com a natureza, combinados com o reconhecimento dos valores culturais existentes no mundo. E isto não se consegue somente a partir de leis constitucionais. Ainda segundo Acosta (2016), é importante a criação de um pacto de convivência ambiental e social, e se faz necessário construir espaços menos desiguais e gerar modos de vida que não sejam pautados na acumulação do capital. Em poucas palavras, é oportuno imaginar outros mundos.

Para Acosta (2016), contra o capitalismo surge a alternativa para superá-lo através de outras experiências do bem viver. Esta experiência é baseada, por exemplo, nas formas de relações dos povos indígenas e das comunidades tradicionais com os ecossistemas. Diegues (2002) também aponta que estudos demonstram que comunidades tradicionais de segmentos diferentes são de grande relevância para manter a diversidade biológica com a qual estas populações mantêm interdependência.

Brandão e Leal (2012) retratam que as comunidades tradicionais são descendentes de povoadores ancestrais e que mesmo que não encontremos registros na História, os sucessores destas populações mantêm viva em suas memórias características bastante semelhantes à das comunidades tradicionais mais antigas. Assim, as manifestações permanecem visíveis nas formas culturais e identitárias.

Estas comunidades tradicionais possuem culturas próprias relacionadas ao respeito aos ciclos da natureza na qual se utilizam dos recursos naturais como forma de sustento das famílias, mas também como formas de reprodução social. Durante estes processos é importante salientar a construção de sistemas de representações, símbolos e mitos e com base nisto se apropriam do ambiente (DIEGUES, 2002).

Arruda (1999) faz menção a cultura rústica ao abordar sobre comunidades tradicionais, mesmo quando estas comunidades possuem relações com áreas urbanas. Segundo o referido autor, a utilização de técnicas indígenas para o plantio, o uso de conhecimentos únicos dos hábitos de espécies de animais e vegetais e o usufruto da terra através do sistema de meeiros e pequenos proprietários, sistema existente desde a época da colonização, ressaltam características pertinentes a estas populações locais até os dias atuais. Este modelo de cultura rústica foi construído a partir da forma em que as populações se refugiavam em locais menos povoados e utilizavam-se de recursos naturais que lhes possibilitavam a sobrevivência.

As comunidades tradicionais apresentam organização territorial, social e econômica que se utilizam de recursos naturais na qual adquirem conhecimentos específicos sobre os ecossistemas existentes. Dentre as características destas comunidades estão relacionadas à autodefinição e o autoconhecimento enquanto grupo diferenciado, e as formas de conhecimento adquiridos através das relações com o ambiente, que é repassado para as novas gerações (DIEGUES, 2002).

Em síntese, esse conhecimento tradicional é a base para se entender essas comunidades. Diegues (2004, p. 14) afirma que o “conhecimento tradicional pode ser definido como o saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural gerados no âmbito da sociedade não urbana/industrial, transmitidos, em geral, oralmente de geração em geração”.

Nas formas para a reprodução das sociedades tradicionais são necessários o uso dos ecossistemas, e a utilização dessa base natural exige conhecimento específico. Estes ambientes são considerados territórios para estas sociedades que são distintas das sociedades industriais em função da relação que se trava com a base material oriunda da natureza natural, da primeira natureza, e dos valores sociais a ela relacionados.

Ao mesmo tempo em que as comunidades tradicionais possuem características de povos indígenas, baseadas nas formas de relações sociais com a natureza, na contemporaneidade estas populações locais apresentam características modernas em comparativo com os povos originários. Na forma de organização e na busca por melhorias, são utilizados equipamentos tecnológicos, mas mesmo assim, a preocupação gira em torno de impactos mínimos sobre o ambiente.

Os povos tradicionais não podem ser considerados pré-modernos e muito menos, atrasados, pois possuem suas peculiaridades e características próprias distintas de outros grupos sociais e requerem relações imbricadas com a natureza. Oposto a necessidade das populações tradicionais, o modelo de “desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos” (ACOSTA, 2016, p. 50). Este modelo que se globaliza traz consigo uma necessidade consumista e de maximização do capital à custa da destruição dos recursos naturais. Esta forma de dominação dos seres humanos sobre os recursos naturais através da modernização é imitada em países tidos como modernos e nega as relações históricas e culturais enraizadas em povos e comunidades tradicionais.

No Brasil, dentre os diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais, os povos indígenas e as comunidades quilombolas possuem políticas específicas na garantia de permanência em seus territórios tradicionais. Este fato pode ser considerado um avanço,

diante do processo de marginalização e exclusão que estes povos e comunidades passaram historicamente e que ainda hoje, em pleno século XXI, atravessam problemas de variados tipos, formas e significados que podem ser sintetizados nos conflitos ambientais e na desterritorialização excludente.

Como forma de resistência ao processo de exclusão ou pelo não reconhecimento de políticas efetivas, grupos de segmentos de comunidades tradicionais lutam por criação de categorias de Unidades de Conservação (UC) que se enquadrem ou possuam modelos mais adequados à realidade destas comunidades, a exemplo da Reserva Extrativista (RESEX) e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e também de modalidades de assentamento na perspectiva de permanência no território.

Posterior a Constituição de 1988, houve avanços relacionados aos povos indígenas e as comunidades remanescentes de quilombolas que até o presente momento são os únicos segmentos de povos e comunidades tradicionais que possuem políticas públicas específicas para respaldar a titulação de terras.

Lifschitz (2011) ressalta que no Brasil as comunidades tradicionais têm sido privilegiadas nos últimos anos com políticas públicas e de instituições financeiras e agências privadas que resultaram em mudanças na dinâmica destas comunidades. Porém, mesmo com estes avanços na garantia de acesso ao território e a demarcação física, estes e muitos outros segmentos de comunidades tradicionais ou locais ainda lutam pela garantia de permanência em seus territórios e pela apropriação e uso dos recursos naturais locais.

Estas comunidades normalmente estão ligadas a algum tipo de extrativismo relacionado ao manejo de recursos naturais de forma que respeitem os ciclos dos ecossistemas. Nesta visão, este processo resulta em conhecimento íntimo e complexo da relação entre seres humanos e ambientes naturais capazes de criação de interdependência e a manutenção do uso de forma que o ambiente possa se recompor (DIEGUES, 2002).

Drummond (1996) mostra que o extrativismo ou a economia extrativa está relacionada com a forma de produção em que recursos naturais são adquiridos de maneira direta das áreas nativas. O referido autor acredita que inúmeras famílias sobreviveram do extrativismo durante muito tempo e que na atualidade esta é uma realidade ainda expressiva na garantia de sustento familiar e da sobrevivência.

As famílias que praticam o extrativismo como fonte de renda, muitas vezes praticam o extrativismo animal e vegetal. A alternância entre um extrativismo e outro permite que estas comunidades possam se utilizar de mais de um ecossistema na garantia de renda e sobrevivência que resultam também nos diversos conhecimentos dos ambientes. Assim, por

um período, determinadas populações extrativistas coletam frutos e em outro, capturam peixes, crustáceos, por exemplo.

Atualmente, é extremamente difícil o extrativismo genuíno, aquele retirado exclusivamente de forma sazonal na natureza como fonte de sustento, sem a utilização de tecnologias ou plantio. Assim, normalmente nos dias atuais existem comunidades extrativistas que praticam atividades de extrativismo consorciadas à criação de animais, agricultura de subsistência ou pequena produção e alternância de extrativismo (animal, vegetal ou mineral), gerando um “novo” extrativismo, um neoextrativismo. A respeito desta maneira de praticar o extrativismo, Rego (1999, p.03) preconiza que:

Neoextrativismo é um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção.

Esta diversidade de práticas do extrativismo alia um conjunto de coletas de espécies juntamente com cultivo e criação de animais em pequena escala e mais do que isso, segundo Rego (1999), estes sistemas de manejo podem contribuir como fundadores da cultura tradicional das populações locais que tem relação harmoniosa com a natureza.

As populações tradicionais possuem relações distintas de outros grupos sociais. Enquanto para estas comunidades, o extrativismo tem significado não só como fonte de renda, mas também são percebidos enquanto ambientes de morada dos ancestrais e fonte de conhecimento destes segmentos, outros grupos podem considerar as práticas desenvolvidas por comunidades tradicionais desvalorizadas e não reconhecer o valor da ancestralidade. Desta maneira, é possível afirmar de maneira incisiva que o extrativismo vai além do domínio econômico (REGO, 1999).

Outro papel de destaque no tocante ao neoextrativismo é que mesmo ao associar o extrativismo puro concomitantemente às atividades econômicas de manejo, as comunidades desenvolvem baixo impacto aos ambientes e continuam a adquirir saberes e práticas, possibilitando trocas de conhecimentos.

Ainda de acordo com Rego (1999), as práticas de extrativismo de comunidades tradicionais na Amazônia podem ser consideradas enquanto bioextrativismo que vincula organização comunitária ao universo cultural aos quais estas populações pertencem. Assim, para Rego (1999, p. 05):

[...] o bioextrativismo das populações tradicionais pode ser definido como a intervenção, na biota dos ecossistemas naturais, pelo homem (componente da biota), baseada na racionalidade da reprodução familiar/comunitária e sobre determinada por seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica com a natureza. Tal intervenção visa produzir biomassa útil e é regulada por sistemas de manejo imediato, associados à introdução e exploração de plantas e animais em níveis pouco intensos, que não alteram substancialmente a comunidade biótica do ecossistema.

Para alguns autores, a exemplo de Homma (2012) e Drummond (1996), debater a viabilidade socioeconômica, ambiental e cultural do extrativismo não é algo fácil. Enquanto determinados autores defendem o extrativismo outros demonstram não serem favoráveis em virtude da dicotomia entre o econômico e o ambiental, causada pelo modelo capitalista voltado basicamente para o consumo exacerbado.

Dentre os autores que discutem a viabilidade do extrativismo, Homma (2012) destaca que as preocupações ambientais não se associam com as questões econômicas. Por este motivo, quando existe uma procura por produtos extrativistas procura-se também a domesticação do mesmo. O referido autor ainda aborda três fases para descrição do ciclo econômico do extrativismo. A primeira fase está relacionada à mudança do recurso natural em econômico, a segunda envolve o limite de capacidade para atender as demandas de oferta, e por fim, observa-se no ciclo o esgotamento dos recursos naturais que induz a domesticação dos produtos. Desta maneira:

A sustentabilidade do extrativismo vegetal também depende do mercado de trabalho rural, no qual, com a tendência da urbanização, a população rural está perdendo não só seu contingente em termos relativos, mas também em termos absolutos (HOMMA, 2012, p. 168).

É importante destacar que Homma (2012) ressalta os produtos do extrativismo enquanto uma demanda focada que visa exclusivamente ao mercado, baseado em modelos de consumo, sem controle ou ponderações e propõe a domesticação como medidas de solução para que os recursos naturais não cheguem na fase de extrativismo ou extinção. Neste contexto, como existe investimentos para domesticação para produtos extrativistas, a economia relacionada ao extrativismo fica à margem, sem um foco para revitalização.

Estes fatores analisados pelo referido autor, não necessariamente devem ser considerados como absolutos. Acreditamos que existam outros fatores extremamente prejudiciais ao extrativismo. Ao relacionarmos o desmatamento de ecossistemas vinculados a especulação imobiliária e ao plantio de monoculturas, percebe-se que os recursos naturais

extrativistas podem chegar ao fim antes mesmo que atinja a primeira fase do ciclo. Outra questão é que sendo produtos do extrativismo não necessariamente deve-se seguir a uma fadada ordem cronológica e linear em que se tem o recurso natural, seguido do extrativismo, posterior ao manejo e, por fim, a domesticação sintética.

Nesse momento, algumas questões se impõem e convidam a uma reflexão mais aprofundada: Se todos os produtos do extrativismo forem domesticados sinteticamente o que acontecerá com a diversidade de espécies mantidas por povos e comunidades tradicionais? Será que devemos atender as necessidades do mercado voltadas especificamente em consumir e explorar?

As populações tradicionais possuem conhecimentos específicos a partir das relações sociais simbióticas com o meio ambiente, resultando na construção de valores e crenças, através da prática do extrativismo vegetal, mineral ou animal. Assim, acreditasse que a domesticação sintética dos recursos naturais e o extrativismo não praticado pelas comunidades locais podem afetar drasticamente a sociobiodiversidade, ou seja, as relações entre grupos humanos, e na perda da diversidade biológica.

Outro autor que discute a viabilidade para o extrativismo e demonstra ser favorável a esta prática, quando praticado por povos e comunidades tradicionais é Drummond (1996). O referido autor aponta a existência de dois tipos de extrativismo, porém ambos se utilizam do mesmo termo. Estes extrativismos podem existir na mesma região, porém um contrapõe ao outro. Enquanto um possui baixo impacto ao ambiente, praticado pelas populações extrativistas, o outro necessita impactar com maior intensidade com uso de maquinários e tecnologias, feito por grandes empresas e corporações. Um é voltado para a subsistência e o outro para atender as demandas do mercado. Assim, o extrativismo praticado por populações locais resulta em impactos aos ecossistemas, porém é menor ao compararmos a outras atividades produtivas.

É importante frisar que povos e comunidades tradicionais, com o passar dos séculos tiveram intensas transformações territoriais, sociais, políticas e culturais. Diegues (2002, p. 89) afirma que as comunidades tradicionais possuem “fraco poder político”, ao referir-se sobre o pouco peso da dimensão política que estas organizações possuem. Por sua vez, Souza e Brandão (2012) ressaltam que estes grupos sociais permeiam entre dois mundos distintos, e ao mesmo tempo que sobrevivem do extrativismo das relações empíricas, estas mesmas comunidades são capazes de participação de rodas de conversas acadêmicas e debates científicos relacionados às questões ambientais.

Neste contexto, povos e comunidades tradicionais puderam contribuir diretamente na luta de enfrentamento em favor de seus territórios, através da criação do modelo de reserva extrativista que mais se adequasse a realidade destas comunidades. Este modelo de categoria de Unidade de Conservação parte em oposição ao modelo de parques norte-americanos em que as populações humanas e a natureza são postas separadas.

No Brasil, a articulação de comunidades extrativistas e povos indígenas puderam resultar em movimentos sociais em defesa da região amazônica que juntamente com o movimento ambientalista articularam ações de enfrentamento aos problemas ambientais e territoriais, principalmente ao que diz respeito ao desmatamento, como também, foram capazes de criar estratégias de defesa do extrativismo praticado pelas populações locais.

2.3 Turismo e Políticas Públicas Turísticas para o Litoral

O ser humano ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico buscou realizar os seus deslocamentos territoriais a procura de novas fontes de alimentação, por meio de caça, coleta de frutos e sementes, para garantir assim a sua sobrevivência. Na Grécia antiga, em meados de 800 a.C., tem-se registro da realização de jogos olímpicos onde as pessoas participantes eram oriundas de diversas partes das regiões hoje conhecidas como Espanha e Ucrânia. Vale ressaltar que esses jogos atraíam mais de 20.000 pessoas (DIAS, AGUIAR, 2002).

Porém, foi a partir do final da Idade Média, com o surgimento do capitalismo comercial, e a construção e melhorias de novas vias de circulação na Europa, que começaram a surgir feiras de comércio de produtos, que dariam origem aos centros urbanos que nos dias atuais motivam e geram fluxo de turistas oriundos de diversas partes do mundo (IGNARRA, 2003).

No Brasil, as grandes navegações de descobrimento, as expedições marítimas, a expansão e o desenvolvimento do comércio entre as capitanias hereditárias, as entradas e as bandeiras, demonstraram os primeiros deslocamentos e reconhecimento do país. O século XIX é marcado por profundas transformações territoriais, sociais e econômicas na cidade do Rio de Janeiro, a capital do Brasil à época, com a vinda da família real portuguesa, onde partir de então se nota grandes transformações urbanas, além do surgimento da demanda por hospedagem, desenvolvimento dos transportes a vapor e evolução das formas de deslocamento dentro do país.

Desde os seus primórdios, o turismo possui como principal característica o deslocamento. Conforme a Organização Mundial do Turismo (2001, p. 38), entende-se por turismo “as atividades que realizam as pessoas durante a suas viagens e estada em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios e outros”, ou seja, nessa conceituação nota-se que essa estada proveniente de deslocamento por um determinado período de tempo, se dá a partir de diversas motivações e sempre desenvolvida fora do entorno habitual.

Conforme Dias (2005), para que uma pessoa seja considerada turista, a mesma deverá realizar um pernoite no local visitado, com a permanência mínima de 24 horas, sempre em alojamentos coletivos.

Já o conceito apresentado por Torre (1992) complementa as definições apresentadas com a motivação da viagem, seja voltada à recreação, para o descanso, cultura ou saúde, porém os turistas não podem exercer no local de deslocamento nenhum tipo de atividade com remuneração.

De acordo com os conceitos apresentados, entende-se por turismo uma atividade onde o turista se desloque de seu local habitual e satisfaça os seus desejos e necessidades no local escolhido, sendo que para atingir essas necessidades é fundamental que o local possua atrativos que gerem demandas.

O Ministério do Turismo (MTur), com a finalidade de melhor nortear os estudos e investimentos no setor de turismo no Brasil, segmentou o turismo como uma estratégia para estruturação e comercialização dos destinos e roteiros turísticos, a partir das características geradoras da oferta e demanda de cada localidade. Um dos segmentos que tem mais repercussão territorial e econômico é o denominado de Turismo de Sol e Praia, também conhecido como Turismo de Sol e Mar. Neste contexto, entende-se por esse segmento o conjunto de “atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2006, p. 14). Dentro dessa segmentação, o sol, a praia e os variados ambientes litorâneos desempenham um papel chave no destino turístico.

O turismo de Sol e Praia corresponde a um dos principais vetores contemporâneos da ocupação do espaço costeiro brasileiro e se desenvolve inclusive com amparo legal, através da Lei Federal Nº 6.513/77. Assim, as faixas litorâneas passam a ser denominado como área de Especial Interesse Turístico (BRASIL, 1977). Neste aspecto, as praias representam um dos principais atrativos e produtos turísticos consolidados no Nordeste do Brasil. Ademais, vale ressaltar a grande potencialidade para o desenvolvimento do turismo voltado para esses

ambientes costeiros com sol, mar, praia e calor tropical em muitas localidades da região Nordeste.

O segmento turístico de Sol e Praia normalmente é sazonal e massivo, seja na costa propriamente dita ou nos espaços estuarinos, nos ambientes de dunas ou nas lagoas, o que explica as usuais deficiências de infraestrutura e de serviços, ocasionando mudanças na qualidade ambiental e no desgaste da imagem de destino turístico (BRASIL, 2010).

Tulik (1993) ressalta as tendências contemporâneas no Brasil, do aproveitamento turístico de recursos naturais, como é o caso da procura pelos recursos de sol, areia e mar se tornando ponto de partida para os que buscam esse turismo litorâneo. Porém, a invenção moderna dessas áreas do litoral como interesse para produto turístico muitas vezes não reconhece relações territoriais com as populações tradicionais que se processavam, inclusive com a utilização desses locais para outros fins.

A inserção de investimentos turísticos e de megaprojetos turísticos ou mesmo políticas regionais para desenvolver o turismo, a exemplo do PRODETUR-NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo – Nordeste), contribuíram para intensificar ainda mais as grandes mudanças territoriais no espaço litorâneo em geral e na costa em particular. Verifica-se que o PRODETUR-NE é considerado um dos grandes projetos de intervenção governamental para concretização do desenvolvimento turístico no Nordeste brasileiro, entre outras coisas, com obras de infraestrutura urbana e regional.

Cruz (2000) destaca que a implementação das políticas regionais de turismo, a exemplo do PRODETUR-NE, ocasionou uma intensa transformação do território litorâneo, como também, a possibilidade de repensar o modelo de desenvolvimento turístico que se tem e como se desenvolveu as políticas de âmbito estadual. E ainda reforça que em um contexto geral “as políticas públicas de turismo falharam pela redução à normatização de aspectos parciais da atividade e pela carência de objetividade” (CRUZ, 2000, p. 159).

Destarte, os espaços litorâneos são locais onde ocorrem intensas apropriações territoriais e consequentemente transformações causadas pela ação antrópica. A construção e a dinâmica social que ocorrem nessas áreas são constituídas por variedade de atividades sociais, econômicas e culturais. No Brasil, desde o seu descobrimento até os dias atuais, o litoral tornou-se local que desperta interesse para o desenvolvimento de atividades econômicas, perpassando essas desde atividades agrícolas, industriais, extrativistas, comerciais, até chegar ao turismo atualmente.

Esta característica também é comum no litoral Nordestino, onde a partir da década de 1980 passou a receber investimentos para a melhoria de sua infraestrutura básica o que levou

os empresários de diversas partes do mundo a investir na expansão e em novos negócios. Argumenta-se que essa região é de fácil investimento, com retorno garantido (CORIOLANO, 1998; BERNAL, 2008).

No final de 1980, o PRODETUR realizou investimentos no Nordeste do Brasil por meio de incentivo a construção e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à criação de uma nova imagem da região e voltadas para a valorização das potencialidades para o desenvolvimento da atividade turística em seu cotidiano, com enfoque para a valorização específica do litoral. Foi a partir de então que as cidades que estão localizadas em regiões litorâneas passaram a receber maior fluxo de turistas, transformando-se em potenciais pontos de recepção, cujo principal foco era a geração de emprego e renda.

Na década de 1990, o litoral do nordeste brasileiro configura-se como uma faixa contínua onde se realizam investimentos nacionais e estrangeiros motivados pelo turismo como atividade econômica principal, decorrentes das características ambientais, tais como, praias paradisíacas, clima tropical quente e úmido praticamente o ano todo, vegetação de restinga, além de alguns acontecimentos históricos, manifestações culturais e a hospitalidade dos seus habitantes (FONSECA; FERREIRA; SILVA, 2007).

As intervenções governamentais e formulações das políticas públicas de turismo no Brasil são marcadas inicialmente pela proteção de bens históricos e artísticos, como também, através da fiscalização de agências de viagens e passagens (BENI, 2006). Posterior ao referido período, muitas transformações ocorreram estabelecendo uma melhor delimitação e descrições das ações do governo voltadas para o turismo.

Segundo Beni (2006), as políticas públicas de turismo, por mais que refletissem impactos no âmbito estadual e municipal, ainda assim, apresentavam fragilidades por conta das interferências de outras políticas setoriais, como também necessidade de orientação no que diz respeito aos objetivos, metas, prioridades e metodologias na elaboração de projetos e programas. Segundo Cruz (2000, p. 40), entende-se por políticas públicas de turismo,

[...] um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

As políticas públicas podem ser consideradas como junção de diretrizes, planos, metas e intervenções governamentais, a fim de atender demandas específicas, vislumbrando uma perspectiva de atingir melhorias para a sociedade (CALDAS, 2008; RUA, 2013).

Ao avaliar o aspecto geral das políticas de turismo, Lanzarini e Barretto (2014) observaram falhas e descontinuidades dos planos de governo, que comprometem as estruturas econômicas e sociais que sustentam a formação e a reprodução dos espaços turísticos no Brasil. Por isso coloca-se a necessidade de políticas comprometidas com o planejamento responsável do turismo.

Corroborando com esse pensamento, Oliveira e Rossetto (2013) afirmam que se tem observado programas governamentais isolados, porém não existe um olhar para a criação de Política Nacional de Turismo com instrumentos estratégicos voltados para a gestão e para regionalização.

Ao relacionar as políticas de turismo voltadas para comunidades locais, Grimm (2013) ressalta que mesmo que possua políticas alinhadas com a do Governo Federal, normalmente não está adequada aos interesses da comunidade, e que os estudos demonstraram a inexistência de regulação eficaz de políticas na área do turismo capaz de abranger a sustentabilidade e a participação popular. No litoral sergipano não é diferente, e as comunidades dificilmente eram consultadas.

Dessa forma, mesmo com os avanços de políticas para desenvolver principalmente o turismo de Sol e Praia, desde a década de 1990 aos períodos atuais, verifica-se que muito ainda necessita ser feito na tentativa de minimizar os resultados das intervenções governamentais anteriores.

As necessidades de intervenções governamentais para o turismo partiram da justificativa do potencial que atividade turística pode proporcionar às regiões, com suas diretrizes de ação e metas, principalmente no que diz respeito à geração de infraestruturas e de atividades econômicas das localidades e preocupação ambiental.

Por se utilizar de áreas naturais, o turismo pode contribuir também enquanto potencial para proteção e conservação do meio ambiente e de melhorias para qualidade de vida das comunidades receptoras. Entretanto para que haja essas melhorias, seja no ambiente ou nas comunidades, é imprescindível o planejamento e investimentos de longo prazo para que de fato existam benefícios gerados pela atividade turística (BRASIL, 2010).

Ignarra (2003) demonstra que o turismo também tem papel importante para o desenvolvimento da cultura das comunidades através das trocas de experiências entre visitantes e comunidades receptoras. A produção artesanal, as manifestações culturais e a gastronomia local, por exemplo, podem ser motivadas para revitalização a partir do interesse de outras pessoas em conhecê-las.

Porém, para a viabilidade da atividade turística numa determinada região é necessário a implementação de infraestruturas e serviços básicos para funcionamento. Dentre eles se destacam: os meios de hospedagem; empresas e locais de entretenimento; empresas de alimentação; serviços (operadoras turísticas, agências de viagens e turismo, informações turísticas, centros comerciais); sistemas de distribuição de energia elétrica; sistemas de tratamento e distribuição de água; sistemas de coleta e tratamento de esgotos; sistemas de coleta e disposição de resíduos sólidos; sistemas de comunicação; equipamentos de saúde; sistemas de transporte terrestre, aéreo e hidroviário (BANCO DO NORDESTE, 1998).

O processo de implementação do turismo com sua infraestrutura básica mostra que a atividade turística se dá através da apropriação do espaço geográfico e sua inter-relação dinâmica com os lugares onde se instaura. Essa forma de apropriar-se do espaço geográfico pelo turismo resulta em importantes alterações nos espaços vividos em sociedade, na medida em que são concebidas transformações diversas, mesmo sendo estabelecidos em espaço urbano, rural ou natural.

Para Santos (2004), o espaço físico, tanto o natural como o produzido, constitui-se elemento base para o turismo, pois realizam as atividades turísticas e a concretização dos anseios dos visitantes. O turismo gera efeitos sobre o ambiente onde se desenvolve. Estudar os efeitos da atividade turística em uma área, seja ela natural ou não, envolve a análise de diversos fatores que interferem nas modificações causadas pela utilização do local. Assim, a produção do espaço turístico concretiza-se pela interação contínua entre a configuração territorial dos espaços, dinamismo na organização espacial e suas relações sociais.

Dessa forma, o turismo transforma o território com desenho de novas formas de ocupação e uso do solo. Neste contexto, o incentivo ao crescimento do turismo sem planejamento pode gerar efeitos ao meio ambiente e para as populações das localidades.

Assim como as populações tradicionais, o turismo também se utiliza dos territórios, porém, de forma distinta. “O turismo concorre, no processo de transformação dos territórios para seu uso, com outros usos do território, bem como com formações socioespaciais precedentes a seu aparecimento” (CRUZ, 2000, p. 17).

O fator preponderante da influência econômica na atividade turística é resultante do efeito multiplicador que o turismo ocasiona na geração de renda e que está voltado para os efeitos diretos que consiste na compra de bens e serviços realizados pelos turistas; nos efeitos indiretos que consiste na repercussão de compras dos turistas; e nos efeitos induzidos gerados através dos salários, alugueis e juros recebidos pela atividade turística. A implantação e

instalação de algumas infraestruturas e serviços para o turismo podem acarretar benefícios, mas também, efeitos negativos aos ambientes e as comunidades receptoras.

No Nordeste do Brasil, ao mesmo tempo em que os investimentos e o desenvolvimento turístico animam a economia, evidenciam no litoral outros fatores que também são manifestados, a exemplo dos impactos do turismo. Para Santos e Pinto (2010, p. 269):

A atividade turística, por si só, é encarada como vocação econômica de certas regiões, como é o caso do nordeste brasileiro; as repercussões sociais nesse campo, acompanhada dos financiamentos e apoios dos projetos turísticos nacionais, estaduais e municipais não vem imbuídas de funcionalidade, fiscalização, normalização e controle em sua dimensão econômica, ambiental ou sociocultural.

Todavia, constata-se que as políticas tradicionais de ordenamento territorial e de desenvolvimento do turismo têm sido pautadas em objetivos puramente econômicos, e em geral limitadas ao turismo do tipo massificado. Pode-se então observar que a expansão do turismo, assim como dos demais setores ligados a esta atividade, impactam diretamente os territórios provocando uma nova organização espacial, onde impera uma lógica econômica que nem sempre leva em consideração a dinâmica ambiental e as comunidades tradicionais.

Essa forma de ocupação do litoral, sem considerar outras formas de relações sociais e econômicas, pode-se refletir em grandes transformações sociais e territoriais, seja nos ambientes ou nas comunidades existentes na região.

A partir de áreas naturais ou de infraestruturas, a atividade turística se utiliza não somente enquanto usuária passiva dos territórios e torna-se também mais um agente condicionador de seu (re)ordenamento (CRUZ, 2000). Porém por se caracterizar como um processo dinâmico que envolve elaboração, implantação e resultados, nem sempre as intervenções para o turismo podem refletir em resultados favoráveis e em muitos casos ocasionam conflitos.

Os conflitos relacionados ao turismo podem se manifestar de maneiras distintas. Dentre os conflitos pertinentes ao desenvolvimento turístico destacam-se os conflitos ambientais que emergem das práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por

impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Segundo Zhouri e Oliveira (2007), os conflitos tendem a ser classificados em conflitos distributivos, espaciais e territoriais. Os conflitos ambientais distributivos estão vinculadas às formas desiguais de acessar ou substituir determinado recurso. Neste contexto, temos exemplos de acesso à água e as suas formas desiguais de utilização. Estes conflitos muitas vezes são aflorados pelo sistema capitalista e a das contradições de seu processo, enquanto responsável pela concentração de muitos recursos na mão de poucas pessoas (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Em relação aos Conflitos ambientais espaciais, tem proporção de escala em nível internacional, indo além do limite do próprio território, e como consequência, são causados por diversos agentes, a exemplo de catástrofe nuclear, acidente na indústria química e que motiva a consolidação de novos atores políticos e de movimentos sociais (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Os conflitos ambientais espaciais e territoriais são determinados pela sobreposição de reivindicações de grupos com identidade cultural em um mesmo recorte geográfico, em que a condição básica para essa dinâmica territorial é transformada em espaço de propriedade privada que possa ser comercializado como mercadoria, sendo assim, avaliada pelo seu valor de troca cada vez mais do que pelo seu valor de uso (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Acselrad (2004) nos mostra que as questões relacionadas ao meio ambiente são intimamente conflitantes e que para grupos ou indivíduos existem visões e práticas distintas quando se trata da utilização dos recursos da natureza. Assim um recurso natural em um determinado ecossistema utilizado por uma comunidade tradicional tem sentido diferente quando comparados a uma empresa que extrai minério. Ainda de acordo com o referido autor, mesmo se utilizando de um mesmo ecossistema, mas de forma distinta, estes grupos estão conectados material ou socialmente em um mesmo planeta.

[...] Este caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente justifica pois o entendimento de que as sociedade se reproduzem por processos sócio-ecológico. [...] Assim é que no processo de sua reprodução, as sociedades se confrontem a diferentes projetos de uso e significação e seus recursos ambientais (ACSELRAD, 2004, p. 08).

Acselrad (2004) sugere que os conflitos ambientais devem ser analisados de forma semelhantes nos espaços, seja pela sua forma de apropriação material, seja pela dominação simbólica dos recursos no território. Assim parte-se da necessidade de discutir os conflitos

que se constitui como enfrentamento direto no espaço de distribuição do poder, como pelos simbolismos relacionados à legitimidade das práticas.

No contexto turístico, a necessidade de ambientes naturais ou construído coloca o turismo enquanto condutor de conflitos quando o planejamento da atividade fica em segundo plano, e assim, culminam em interferências extremamente conflitantes oriundos dos processos de controle do território para seu uso e que envolvem relações sociais e de poder.

3 A BARRA DOS COQUEIROS, AS CATADORAS DE MANGABA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Barra dos Coqueiros: a ilha, o extrativismo da mangaba e os conflitos ambientais

A Barra dos Coqueiros estabeleceu-se enquanto município através da Lei Estadual nº 525-A, de 25 de novembro de 1953. Localizado na latitude 10°50'41''S e longitude 36°55'07''W, compreende a área territorial de 89,598 Km² (IBGE, 2016) e está composto atualmente pelas localidades Atalaia Nova, Praia da Costa, Olhos d'Água, Capoã, Jatobá, Touro, Canal de São Sebastião e Pontal da Barra.

Barra dos Coqueiros já foi habitada por povos indígenas. A antiga Ilha dos Coqueiros era frequentada por navegadores franceses que mantinham relações comerciais com índios que habitavam essa região. O desenvolvimento da povoação deveu-se principalmente às importações e exportações de embarcações. Este fluxo de embarcações envolta na antiga cidadela contribuiu para instalação da Mesa de Rendas, uma espécie de posto que fiscalizava as entradas e saídas de mercadorias. O antigo povoado da Capela de Nossa Senhora dos Mares, devido à proximidade do Oceano Atlântico e do rio Sergipe, teve destaque na pesca resultante da quantidade de peixes e crustáceos existentes na localidade e no sal marinho explorado em salinas que ficavam às margens do rio Pomonga. Outra interessante atividade econômica tradicional era a comercialização de coco-da-baía em virtude da valorização do fruto nacionalmente o que possibilitou a instalação de fábricas de beneficiamento do fruto (CINFORM, 2002; IBGE, 2016).

O clima de Barra dos Coqueiros é classificado como Megatérmico Subúmido. A temperatura média anual está em torno dos 25° C, com máximas térmicas em torno dos 30°C e as mínimas não ultrapassam 20°C. As precipitações pluviométricas chegam 1539,4mm anuais, as mais notáveis são nos meses de abril a junho e os meses de novembro e dezembro constituem-se como períodos mais secos (COSTA; MELO E SOUZA, 2010; IBGE, 2016).

Em termos hidrográficos, o município está inserido na bacia fluvial do rio Sergipe e em relação às feições do relevo da Barra dos Coqueiros dominam as planícies marinhas e fluvio-marinhas, que se configuram com topografia plana e ao mesmo tempo apresentam leves ondulações, datadas do período Quaternário com formação de praias, dunas, cordões arenosos, várzeas e manguezais. Dessa forma, o relevo é influenciado pela ação marinha em conjunto com a ação climática. Há também ocorrências de “formas erosivas representadas pelos terraços marinhos e fluvio-marinhos, observados principalmente na parte norte do município” (COSTA; MELO E SOUZA, 2010, p. 132).

No município barra-coqueirense o bioma encontrado é o de mata atlântica e sua vegetação consiste basicamente da associação de manguezais, campos de várzeas e matas de restingas. A existência de cultura de coqueiros e a ocorrência natural da mangabeira é característico no município, como também ainda é verificado a existência de extrativismo, o plantio de subsistência e a pesca, seja no ecossistema de manguezal, nos rios ou mesmo no mar.

Os campos de várzea são compostos por espécies de plantas rasteiras em áreas que estão constantemente alagadas em um determinado período do ano. Na mata de restinga a vegetação é normalmente rala. É constituída por moitas e árvores plantadas ou nativas como ingazeiras, cajueiros, mangabeiras, muricizeiros ou cambuizeiros. Os manguezais abrangem extensas manchas ao longo de todo município e no percurso do rio e canal do Pomonga e em algumas áreas da foz do Rio Sergipe e Japarutuba. Observam-se também nestes locais, acúmulo de matéria orgânica oriunda da decomposição dos mangues e da ação biológica dos caranguejos e outros crustáceos (SANTOS; COSTA; MELO SANTOS, 2007; IBGE, 2016; SANTOS, 2007).

No que se refere à localização geográfica, a Barra dos Coqueiros está situada no Litoral Norte do estado de Sergipe. O litoral sergipano está situado no Nordeste do Brasil, apresenta cerca de 163 km de extensão e uma superfície de 5.513,7 km². Esta área equivale a 25,1% do território do Estado de Sergipe sendo constituída por 23 municípios, classificados em litorâneos, costeiros e estuarinos com subdivisão territorial em Litoral Norte, Centro e Sul abrigando um espaço de aproximadamente 53,2% da população do Estado (VILAR; ARAÚJO, 2010).

O Litoral Norte de Sergipe é composto por dezessete municípios, com extensão territorial de aproximadamente 2.783,3 km². Dentre as principais características, vale destacar as áreas naturais preservadas, encontradas em maior destaque a partir do município de

Pirambu que integra a área de atuação do Polo Costa dos Coqueirais com obras do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) (SANTOS, 2009).

Em relação aos limites territoriais, a Barra dos Coqueiros está situada na porção leste do Estado e sua jurisdição estende-se pelo espaço costeiro, desde a extremidade sul na foz do Rio Sergipe até a divisa com o município de Pirambu, ao norte, através do Rio Japarutuba. Apresenta também limites com Santo Amaro das Brotas a e Aracaju a oeste e com o Oceano Atlântico a leste.

O município de Barra dos Coqueiros, por dispor de rios, manguezais, praias, dunas, mar, artesanatos, grupos folclóricos, comunidades tradicionais e patrimônio cultural e memorial, sempre foi cotado enquanto possuidor de grande potencial turístico. Os grupos folclóricos de Samba de Coco e Reisado são danças que são acompanhadas dos instrumentos, tais como sanfona, pandeiro, tambor e ganzás, e seus brincantes são munícipes em geral de Barra dos Coqueiros.

Das comunidades tradicionais existentes na região encontramos pescadores(as) artesanais, marisqueiras, comunidade Quilombola e catadoras(res) de mangaba. No artesanato, a elaboração é feita com o coco e também é confeccionado a renda de filé. As catadoras de mangaba, além de ser consideradas enquanto grupo diferenciado no qual suas formas de tradição e reprodução devem ser preservadas, conforme o Decreto 7.082, de 16 de dezembro de 2010 (SERGIPE, 2010), também são responsáveis por produção de doces a partir de frutos existentes na região encontrados nas matas de restinga, vegetação primitiva do município que atualmente encontra-se em processo de degradação e diminuição da área ocupada.

Às margens do Rio Sergipe, mais precisamente no porto das Tototós, é comum se observar pequenas embarcações de madeira. Estas embarcações denominadas localmente de Tototós tornaram-se Patrimônio Cultural e Imemorial do Estado de Sergipe através da Lei Nº 7.320, de 20 de dezembro de 2011(SERGIPE, 2011). Durante muitos anos estas canoas foram utilizadas como meio de transporte mais rápido e mais utilizado para se chegar até Aracaju. O termo Tototó faz referência ao som emitido pelo motor da embarcação. Atualmente, as Tototós fazem a travessia de moradores e visitantes a conhecida Ilha de Santa Luzia e em trajetos para conhecer os rios que margeiam o município.

Alguns eventos e festividades ainda são mantidos e outros apenas permanecem na memória de visitantes e munícipes barra-coqueirense. O “CocoFolia” era uma festa popular que atraía vários visitantes, veranistas e turistas durante o mês de setembro; o “São João é Bom Demais”, que consiste nas festividades do período junino no município com atrações

locais e nacionais, animava os visitantes e a comunidade local com shows de forró durante o mês de junho; a “Festa da Padroeira Santa Luzia” ainda é realizada durante treze dias do mês de dezembro em que fiéis católicos e curiosos participam das noites com celebração de missas, alvorada festiva e procissões na cidade; “A Virada do Ano” na Praia da Costa e Atalaia Nova se constitui também num evento no qual se observam espetáculos de pirotecnia e apresentações musicais (JESUS, 2010).

O período do Carnaval ainda é comemorado com blocos de ruas denominados de “rasgadinho” que são acompanhados com bandas de frevo tocando tradicionais marchinhas. Durante a Festa de Bom Jesus dos Navegantes, todos os anos no dia 1º de janeiro, acontecem festividades alusivas a Bom Jesus dos Navegantes onde a maioria dos canoieiros enfeitam e ornamentam suas embarcações e fazem o cortejo pelo Rio Sergipe.

Em relação aos dados populacionais, o município de Barra dos Coqueiros possui 24.976 pessoas, com densidade demográfica de 276,72 hab/km² e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,649 (IBGE, 2010). A situação dos domicílios que residem na área urbana apresenta 83,63% da população enquanto 16,38% residem na zona rural. Santos (2007) e Bezerra (2011) já apontavam em 2007 uma redução significativa na população residente na zona rural registrado em 25% de habitantes. Contudo a população residente na zona rural e urbana pode mudar devido aos incentivos para construção de prédios e casas no município e também pela estimativa para população em 2016 que corresponde a 29.248 habitantes (IBGE, 2016). Isto significa uma estimativa de aumento populacional de 17,10% no total de habitantes residentes no município.

No que diz respeito especificamente aos dados de extração vegetal, a mangaba atingiu a quantidade de 13 toneladas equivalentes a 17 mil reais em relação ao que foi produzido no ano de 2015 (IBGE, 2016). Já no que se refere aos valores para a fruta em 2007, antes da inauguração da ponte que liga Aracaju a Barra dos Coqueiros, foi obtido 20 toneladas e valores de 34 mil reais (IBGE, 2008). Isso significa uma redução de 53,84% na produção da mangaba no município. Estes dados podem ter influência direta da inauguração da ponte Construtor João Alves, visto que posterior a sua criação, apresentou-se uma diminuição significativa das áreas de mangabeira nas localidades. Porém não se pode aferir somente a redução de produção da fruta com a construção da ponte, uma vez que por se tratar de áreas de extrativismo os valores de quantidade de produção da mangaba normalmente oscilam de um ano para outro.

Conforme Vieira e Rodrigues (2009), o mapeamento das áreas de extrativismo da mangaba apontam que quarenta e sete famílias tinham na cata da mangaba uma das principais

fontes de renda. As características de acesso a este recurso natural tinha grandes ameaças em virtude da forte especulação imobiliária na localidade. Os locais que antes tinham acesso livre passaram a ser proibidos por donos de sítios e a ser cobrado um valor pela cata da fruta.

A Ilha de Santa Luzia já foi conhecida como cidade dormitório e tranquila e tinha sua economia baseada na pesca, no extrativismo da mangaba, na cultura de coco e na agricultura, mas a partir da última década vem passando por inúmeras e profundas transformações espaciais e paisagísticas.

Segundo Vilar e Vieira (2014), a Barra dos Coqueiros mostra certa vulnerabilidade às atividades humana e a dinâmica da natureza. Os estudos de Fonseca, Vilar e Santos (2010) reforçam que estes ambientes naturais no município se apresentam frágeis não propícios às ações antrópicas degradantes e ao adensamento urbano intensivo. Embora sejam evidentes tais fragilidades naturais elas não foram suficientes para impedir que ações sem o devido planejamento fossem executadas. Nem mesmo com estudos apontando as debilidades para construção de infraestruturas urbanas na localidade, foi suficiente para as intensas transformações com infraestruturas construídas seja na sede municipal ou nas áreas que apresentam feições rurais.

Segundo Santos (2014), a construção da ponte Construtor João Alves significa um marco nas intensas modificações no município de Barra dos Coqueiros que possibilitou alteração no território, na paisagem e na sociedade, iniciada desde a chegada das máquinas até a sua entrada em operação. No processo de construção da ponte houve desapropriação de casas e supressão do mangue. Assim, como consequência da ponte, na visão dos professores Fonseca; Vilar; e Santos (2010, p. 84):

Barra dos Coqueiros se tornou um dos principais palcos de metamorfoses que em diferentes níveis de intensidade, alteram seu território e a sua sociedade, produzindo uma abertura territorial não só para o município, como também para o litoral norte como um todo [...].

Dentre os reflexos percebidos como consequências da implantação da ponte popularmente conhecida com Aracaju/Barra, destacam-se a diminuição de acesso de pessoas ao porto das Tototós, consequentemente menor movimentação na Praça Santa Luzia e a paralisação das atividades da balsa. O mais grave é que com o decorrer tempo, tais mudanças foram intensificadas havendo conflitos entre empresas de transporte no município e diminuição de passageiros utilizando-se do serviço das Tototós (SANTOS, 2014).

A frequência de pessoas nos bares do município pode ser percebida principalmente nos que estão localizados na Praia da Costa, que teve um aumento expressivo no número de

consumidores em comparação ao período anterior a inauguração da ponte, onde o consumo era maior somente em determinadas épocas do ano.

Além da ponte Construtor João Alves, a ampliação da rodovia SE-100 Norte possibilitou a instalação de empreendimentos imobiliários como a construção de condomínios fechados, resorts, prédios e casas de veraneios que passaram a ser comum na paisagem que antes era composta principalmente por coqueiros, cajueiros e mangabeiras. Com isto aumentou-se a degradação ambiental, houve maior valorização do preço da terra e intensificação do uso e ocupação do solo. O segmento imobiliário foi o que mais teve rentabilidade econômica. Verificou-se também um significativo aumento populacional, aumento no fluxo urbano e mudanças nas atividades econômicas desenvolvidas anteriormente no município (SANTOS, 2014).

Outro aspecto significativo que resultou em expressivas modificações na configuração territorial e na paisagem do município foi estabelecido pelas alterações previstas no Plano Diretor Sustentável e Participativo (PDSP). Posterior a este processo e associado com a inauguração da ponte que interliga a Barra dos Coqueiros a Aracaju, se intensificou o fenômeno do imobiliário turístico de tal maneira que a administração municipal não conseguiu acompanhar a instalação dos empreendimentos. Ainda atrelado a isso e em virtude do discurso para o turismo promovido pelo Estado, aumentou-se a possibilidade de ocupação territorial de determinadas áreas naturais do município (SANTOS, 2014).

A Central Geradora de Energia Eólica está instalada nas proximidades ao Porto de Sergipe “Terminal Portuário Inácio Barbosa” e corresponde a outro empreendimento de grande porte que trouxe consigo impactos territoriais e ambientais ao município. A instalação dos cata-ventos gigantes, como é popularmente denominada pela população local, está situada em uma área com presença de dunas e vegetação de restinga em que populações extrativistas desenvolvem atividades tradicionais. Nessa localidade, localizada mais especificamente no povoado Jatobá, as transformações foram percebidas para além de modificações da paisagem (Figura 2). Segundo Cesaro (2012), os impactos no local dizem respeito ao desmatamento que envolve a degradação da fauna e da flora por conta da implantação do empreendimento. O desmatamento influencia no habitat das espécies de fauna da região, como também, na flora que tem relação com o ecossistema presente na localidade. Assim, a criação da central geradora de energia eólica ocasiona impactos ambientais de degradação da fauna e flora (CESARO, 2012). Dos impactos socioambientais considerados negativos em relação a instalação do parque eólico destacam-se os sonoros e visuais. Os impactos sonoros estão associados ao ruído dos rotores. Já os visuais têm relação com o conjunto de torres e

aerogeradores instalados na localidade. Existe a possibilidade de mudança na rota dos pássaros devido ao barulho e ao movimento das hélices. Entre os impactos positivos tem-se o aproveitamento de um recurso energético natural e renovável, a geração de empregos e o repasse de recursos econômicos para o município de Barra dos Coqueiros (COSTA, 2013).

Figura 2: Parque Eólico localizado no Jatobá, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Em meio às proximidades da praia, sob a vegetação rasteira e arbustiva da restinga e das dunas, durante o processo de instalação do Parque Eólico foi descoberto um antigo cemitério, possivelmente referente às populações indígenas e quilombolas. Neste local foram encontrados peças e artefatos identificados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A presença do sítio arqueológico (Figura 3) reforça a constatação e a importância de povos e comunidades extrativistas mais antigas existentes há pelo menos um século no município de Barra dos Coqueiros.

Figura 3: Sítio Arqueológico do Parque Eólico, povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Frente à placa de identificação do sítio arqueológico Dunas do Jatobá I está previsto a operação da Usina Termoelétrica (Figura 4) que pretende criar novos postos de trabalho no estado de Sergipe. As obras de instalação da usina já possibilita geração de empregos voltados para construção civil. O empreendimento ainda não está concluído para funcionamento, contudo muros já foram erguidos e mais alguns serão levantados. Nesse sentido, a diversidade de construções no município tem se intensificado, mesmo que nas redondezas possuam ecossistemas frágeis à ação humana ou apresentem identificação de patrimônio arqueológico.

Figura 4: Muros da Usina Termoelétrica, povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

No município de Barra dos Coqueiros existe a proposta de criação do Parque Estadual das Dunas (Figura 5) que compreende áreas também do município de Santo Amaro das Brotas. Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH/SE), a delimitação da referida Unidade de Conservação (UC) possui a abrangência de 5,7 km de extensão, composto por ambientes de manguezais, restinga, dunas e lagoas em plena planície costeira com perspectiva de preservação destes ecossistemas e parte de um manancial de águas subterrâneas (SERGIPE, 2009). Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o parque é uma categoria classificada como Unidade de Proteção Integral (BRASIL, 2000) onde o uso é indireto e restrito ligado a algumas atividades voltadas para preservação dos ambientes, não permitido assim, o uso direto dos recursos naturais, a exemplo do extrativismo que é praticado pelas populações extrativistas.

Figura 5: Dunas e mata de restinga em área proposta para criação do Parque Estadual das Dunas, povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Segundo Santos (2012), a proposta de criação do Parque Estadual das Dunas apresenta fragilidades. Para a referida autora, em virtude da dimensão territorial do município de Barra dos Coqueiros e pelo fato de não abranger todo o complexo dunar a atual propositura do parque deveria ser melhor analisada. Outro fator de preocupação está associado às mudanças que poderá acarretar na vida das comunidades tradicionais da localidade que dependem dos recursos naturais enquanto fonte básica de sustento. Santos (2012) também demonstra preocupação com a concretização do parque, uma vez que poderá manter a conservação dos ambientes na área, em caso de substituição das formas de manejo utilizadas pelas populações tradicionais extrativistas.

No município de Barra dos Coqueiros, na zona de constituição do futuro Parque das Dunas alguns conflitos ambientais já se apresentam. Um dos principais conflitos apresentado por Santos (2012) está relacionado à criação de uma categoria de Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, porque, de acordo com Brasil (2011), esta modalidade não permite que as comunidades tradicionais e locais utilizem-se da retirada direta de recursos da natureza, nem quando estas populações dependem dos ecossistemas como fonte principal do sustento das famílias. Dessa forma, existe um conflito latente entre o modelo de UC que vai de encontro com a fonte de renda e a perpetuação do conhecimento e saberes tradicionais feitas pelas populações extrativistas locais.

Os conflitos socioambientais oriundos da possibilidade de concretização do Parque Estadual das Dunas estão diretamente relacionados com a diminuição das áreas de cata da mangaba, redução do território de pesca e desorganização dos valores simbólicos construídos ao longo dos anos por essas populações (SANTOS, 2012). Nesse contexto, para a referida autora, isto pode ocasionar problemas no meio ecológico como também nas comunidades existentes na região, e sugere que seja definida uma categoria de UC que possa aliar as atividades extrativistas e que mantenha a diversidade dos ecossistemas. Nesse sentido, dar-se-á a possibilidade de preservação dos conhecimentos tradicionais e a garantia de sustento originado do uso direto da natureza, como é o caso da Reserva Extrativista (RESEX) em que inclusive as populações locais podem manter residência.

Problemas ambientais também estão presentes na antiga Ilha dos Coqueiros. Vieira (2010) ressalva a facilidade de identificação de problemas ambientais no município. Resíduos sólidos são depositados em lugar indevido, ocupação e construção de casas em locais inadequados, instalação de empreendimentos de carcinicultura, uso e da ocupação do solo de forma desordenada, desmatamento de áreas de restinga, manguezais e dunas, processos erosivos, produtos químicos lançados diretamente ao mar sem tratamento algum, transporte inadequado de produtos químicos, a exemplo do coque que quando exposto ao solo dificulta a germinação de plantas nativas saudáveis.

Além desses problemas elencados por Vieira (2010), deve-se destacar o aumento da infraestrutura viária e urbana, a instalação de equipamentos turísticos e a presença significativa da segunda residência que de uma forma ou outra ocasionam a diminuição do acesso livre aos manguezais, restingas e praias.

Quando relacionados aos conflitos ambientais as principais causas estão associadas principalmente ao impedimento de acesso aos ecossistemas da região para a pesca e cata da mangaba. A atividade turística, as intervenções do poder público e a especulação imobiliária são resultantes das transformações mais profundas e conflitantes no município barra-coqueirense.

Apresentam-se igualmente conflitos de ordem econômica que se referem principalmente ao turismo e ao extrativismo, com destaque para o extrativismo da mangaba frente às pressões imobiliárias.

Já os conflitos de ordem cultural refletem a pouca valorização de alguns elementos das comunidades tradicionais locais e que nesse caso se somam a pressão imobiliária, dos loteamentos, dos condomínios fechados e da segunda residência que desempenham um papel de destaque na incidência dos conflitos (VIEIRA, 2010).

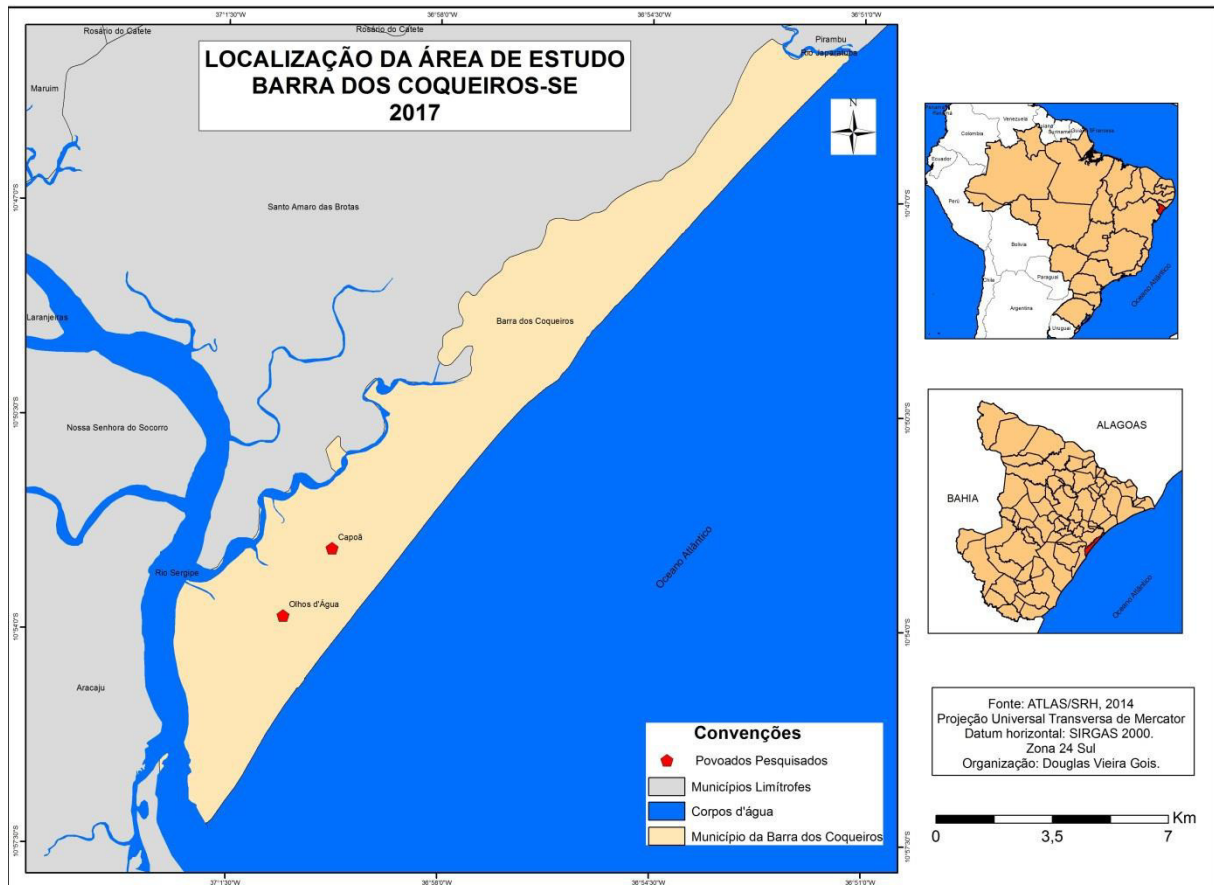
Os estudos do referido autor ressaltam que existem graus diferentes em relação à quantidade de conflitos ambientais e quanto maior a proximidade com Aracaju, a capital de Sergipe, maior é o número e sua intensificação. Barra dos Coqueiros “se limita com Aracaju e faz parte da região metropolitana e por isso sofre mais diretamente a influência econômica e a força territorial da capital sergipana” (VIEIRA; ALMEIDA; VILAR, 2014, p. 31). Assim, ao referir-se ao litoral norte de Sergipe, Vieira (2010, p. 228) afirma que “o município de Barra dos Coqueiros apresenta uma quantidade superior de impactos e conflitos ambientais em relação aos outros municípios”.

Bezerra (2015) também retrata a existência de conflitos territoriais que foram construídos durante o processo de ocupação, colonização e distribuição fundiária do município de Barra dos Coqueiros. Com relação ao extrativismo da mangaba, são registrados conflitos e são percebidos pelas catadoras(es) de mangaba que sentem a oposição que existe entre os donos de sítios e as construtoras. Vale ressaltar que as comunidades tradicionais da localidade na maioria das vezes não conseguem reconhecer a legitimidade e o direito às áreas em virtude do desconhecimento da legislação.

3.2 Características dos Povoados Olhos D'Água e Capão

Os povoados Olhos D'Água e Capão, ambos situados no limite territorial da sede da Barra dos Coqueiros, correspondente ao perímetro urbano, são margeados pela Rodovia SE-100 Norte, que estrutura e orienta a ocupação territorial do município. Os povoados em estudo (Figura 6) são relativamente próximos. Olhos D'Água se situa a cerca de 1 km da sede administrativa e o povoado Capão está localizado a aproximadamente 3 km da sede.

Figura 6: Localização da Área de Estudo.



Fonte: ATLAS/SRH, 2014. Organização Douglas Vieira Gois, 2017.

O principal acesso aos Povoados, de acordo com informações da prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, é feito majoritariamente através da Rodovia Estadual SE 100 Norte, via micro-ônibus da linha intermunicipal que interliga Barra dos Coqueiros aos municípios de Santo Amaro das Brotas, Pirambu, Japaratinga, Pacatuba, todos situados no Litoral Norte de Sergipe. Outra forma de chegar aos povoados é através da linha de transporte integração que tem saída do Terminal do Mercado em Aracaju até o final de linha no Maikai Residencial Resort, um dos empreendimentos do imobiliário turístico recentemente implantados. A utilização de táxis por fretamento também é considerada mais uma alternativa para mobilidade entre a cidade de Barra dos Coqueiros e os povoados, também através da Rodovia SE-100 Norte, seu principal eixo viário e articulador da estruturação territorial e do adensamento em forma de assentamento rural no município, embora com fortes vinculações com a sede administrativa.

Nos povoados são encontrados rede de energia elétrica e abastecimento de água, porém muitos moradores utilizam poços artesanais como fonte de água potável. A coleta de resíduos sólidos é feita uma vez por semana através da empresa terceirizada Via Norte, porém

nem todas as ruas dos povoados tem coleta semanal, sendo comum verificar queimadas e lixo enterrado. São registrados bares e restaurantes em quantidade significativa e estão localizados, principalmente, às margens da Rodovia SE-100 Norte, seu eixo articulador de ocupação geográfica.

Para atendimento de saúde, se verifica apenas um posto que atende aos dois povoados com serviços de Programa Saúde da Família (PSF) com clínico geral, uma vez por semana, e atendimento odontológico de segunda a sexta-feira. Os referidos atendimentos são feitos no Posto de Saúde Nossa Senhora do Carmo que se localiza no povoado Capoã. Dos estabelecimentos de ensino nas comunidades, há apenas uma escola de Ensino Fundamental I da rede pública municipal.

Em relação ao número de famílias, os Povoados Olhos D'Água e Capoã possuem 187. Deste total o povoado Capoã apresenta um maior quantitativo com 137 famílias enquanto Olhos D'Água detém somente 50 famílias. Estes dados têm como base os registros feitos no Posto de Atendimento Médico do povoado Capoã, em 2016.

De forma similar ao restante do município, em Olhos D'Água e Capoã são encontrados ecossistemas de matas de restinga, manguezais, rio, praias e mar que são áreas consideradas importantes pelas comunidades extrativistas da região. A vegetação dos povoados que antes era ocupada por cajueiros, mangueiras, coqueiros e mangabeiras, atualmente tem sido modificada dando lugar a condomínios residenciais de grande porte, prédios, bares e restaurantes, casas de veraneio e barraquinhas para comercialização de frutas de época. Dessa forma, a partir da construção da ponte Construtor João Alves e do asfaltamento e ampliação do acostamento da Rodovia SE-100 Norte, além da eletrificação ao longo de toda a rodovia no município, é nítida a comercialização da mangaba e de outras frutas em pequenas barracas às margens da Rodovia nos Povoados. A cata da mangaba e a pesca é comum em ambas localidades, mesmo com a redução de áreas de mangabeiras e os locais de acesso para a pesca. Santos (2007) dá destaque para o povoado Capoã em relação a sua faixa terrestre onde aparece a ocorrência natural das mangabeiras e possui um significativo número de plantas que resulta no extrativismo da mangaba como uma das principais fontes de geração de renda e trabalho.

Em relação ao extrativismo da mangaba, conforme o Mapa do Extrativismo da Mangaba: ameaças e demandas (VIEIRA; RODRIGUES, 2009), Olhos D'Água demonstrava quatro famílias que tinha a importância da mangaba como segunda atividade geradora de renda, com demandas de acesso às plantas e à terra. As mais relevantes ameaças à cata da mangaba estavam voltadas para os loteamentos que derrubavam as mangabeiras para

construção de casas de veraneio, condomínios fechados e prédios (VIEIRA; RODRIGUES, 2009).

Em contrapartida, Capoã apresentava um contexto um pouco diferente. Quarenta famílias apresentavam a atividade da cata da mangaba enquanto fonte mais importante de renda, as ameaças consistiam também nas edificações e loteamentos, mas também na proibição da coleta da fruta pelos proprietários das terras e as demandas foram relacionadas no acesso das plantas/terra (VIEIRA; RODRIGUES, 2009).

Em relação ao quantitativo de famílias extrativistas da mangaba, os dados apresentados no mapeamento demonstram resultados um tanto aquém do que a realidade demonstrava existir na época. Por mais que o povoado Olhos D'Água se apresente com número reduzido se comparado com o povoado Capoã, esperava-se identificar um total maior do grupo extrativista. Conforme as características do município barra-coqueirense em que muitas famílias dependiam e ainda sobrevivem do extrativismo da mangaba acredita-se que no mínimo dez famílias do povoado Olhos D'Água tinham a mangaba, como uma das fontes principais de renda associada a outras atividades econômicas.

O trabalho de campo e a vivência nas comunidades permitem registrar a existência de festividades católicas voltadas para Nossa Senhora do Carmo, realizadas no mês de julho, no povoado Capoã. Já no mês de agosto tem-se as comemorações dedicadas a São Domingos, no povoado Olhos D'Água. Em sua maioria, estas festividades são organizadas por pessoas da própria comunidade que também praticam o extrativismo enquanto complementar uma das fontes de renda.

Historicamente, as comunidades da Capoã e Olhos D'Água dedicam-se às atividades econômicas levadas a cabo por pescadores e pescadoras artesanais, catadores e catadoras de mangaba, tiradores de coco, pequenos agricultores e agricultoras e criadores de galinhas de capoeira e suínos em pequena escala. Nesse contexto, o manguezal, a restinga, as várzeas e o mar são territórios que fornecem matéria-prima e permitem a existência de práticas extrativistas. No entanto, nos últimos anos esses territórios base onde se situam as matérias primas e os produtos naturais estão em menor proporção quando comparados há vinte anos, evidenciando a reestruturação territorial que a “abertura” da Ilha, a partir da ponte, viabilizou.

Os ecossistemas onde se praticam extrativismo pelas populações tradicionais se constituem como potenciais para o envolvimento turístico. Assim, para Pereira (2014, p. 14), alguns locais nos povoados Olhos D'Água e Capoã podem ser utilizados “para atividades de visitação e práticas como trilhas, caminhadas, observação da fauna e flora, além de diálogo com os comunitários, que se aproximam do ecoturismo”.

A ação das populações extrativistas dos povoados, em especial as catadoras de mangaba, contribuiu para o aumento do número de plantas nos estabelecimentos privados, e em área de acesso comum a densidade foi elevada pelo processo natural de regeneração do ambiente (SANTOS, 2007).

As mulheres catadoras também são responsáveis por diversas outras atividades ligadas a fatores econômicos e culturais. Diante da fonte de renda proveniente da mangaba e de outras ocupações extrativistas locais, existe também a necessidade de manter os recursos naturais em seu estado de equilíbrio para viabilizar as atividades extrativistas, porque sem mangabeira não há mangaba. Nesse sentido, além dos afazeres ligados ao extrativismo, estas mulheres também se tornaram símbolo de resistência em defesa dos territórios.

No caso da mangaba, a questão de gênero se confunde com a forma de resistência representada pela organização das mulheres que de uma forma ou outra são as maiores responsáveis pelos rendimentos familiares, pela educação e a condução da família (VIEIRA; ALMEIDA; VILAR, 2014, p. 41).

Segundo Santos (2007) e Bezerra (2011), os povoados Olhos D'Água e Capão são territórios onde a geração de renda está baseada no extrativismo da mangaba, uma atividade sazonal, basicamente feminina e desenvolvida em áreas privadas, às vezes com conflitos, às vezes de maneira pacífica. Este extrativismo é baseado em técnicas peculiares passada de geração em geração o que também configura um elemento de identidade territorial.

O povoado Capão foi marcada também pelo projeto de Assentamento Agroextrativista em 2007, que contemplaria catadoras de mangaba dos povoados Olhos D'Água, Capão e Jatobá. Nesse processo, o sítio São José do Arrebancado estava em vias de desapropriação. Porém esse feito não foi efetivado. Segundo Bezerra (2015), o projeto de criação do assentamento faliu e um “sentimento de fracasso” pairou sobre as catadoras de mangaba da Barra dos Coqueiros. Este sentimento, segundo a referida autora, foi estabelecido diante do silêncio, ou melhor a falta de resposta sobre a não concretização do assentamento e a ausência de respostas às indagações coletivas, principalmente das mulheres extrativistas.

Mesmo tendo reconhecimento das catadoras de mangaba como um grupo em cujas características coincidem com a de populações extrativistas e da necessidade de garantir a preservação dos ambientes relacionados às práticas mais seculares, isto não foram suficientes para conquista da terra no povoado Capão.

Com isto, extrativismo da mangaba teve algumas mudanças, pois antes, a coleta da mangaba era feita livremente e posteriormente passou-se a ser cobrado o valor de R\$2,50 pela

cata de cada balde da mangaba (BEZERRA, 2011). Nos referidos povoados a atividade da cata da mangaba é passada de uma geração para outra e tem-se a associação com outras atividades igualmente tradicionais, a exemplo das roças de quiabo, maxixe, feijão de corda, plantio de mandioca, cultivo de coco, pesca no manguezal e no mar e criação de animais soltos ou em quintais.

Bezerra (2015) também ressalta que existe conflitos de interesses nos povoados Olhos D'Água e Capoã que estão relacionadas às comunidades extrativistas e aos grandes grupos do setor imobiliário. Para as comunidades locais prevalece o valor de uso percebido nas atividades de extrativismo, e para o valor de troca apresentado pelas construtoras se considera as áreas em constante valorização social e econômica. Já o Estado atua como gestor do território de acordo com os preceitos do mercado e também age como mediador dos conflitos ambientais locais.

O poder público, enquanto regulador e elemento componente do sistema socioambiental, desempenha um relevante papel no que diz respeito ao planejamento, à execução, à avaliação de projetos e às ações direcionadas para o desenvolvimento territorial (VIEIRA; ALMEIDA; VILAR, 2014, p. 26).

Vale ressaltar que os conflitos das catadoras de mangaba se mostram territoriais, ambientais e ao mesmo tempo econômicos (VILAR; VIEIRA, 2014). Os referidos autores reforçam que o poder público ainda nesse aspecto tem dificuldades para agir na resolução desse conflito.

Por conta da valorização das terras e consequentemente o aumento da especulação imobiliária foi intensificado o processo de demarcação de terras com implantação de cercas, dificultando assim o acesso das catadoras extrativistas. Esses fatos provocam tensões entre os proprietários e as catadoras do fruto. [...] Cada catadora que antes adquiria o produto pelo extrativismo direto, agora se vê obrigada ao pagamento de taxas para ter acesso às áreas produtoras (VIEIRA; ALMEIDA; VILAR, 2014, p. 41).

A existência de conflitos ambientais entre catadoras de mangaba e donos de sítios, seja diretamente nos territórios de coleta e nos espaços de comercialização, reforça a necessidade de maior participação de catadoras de mangaba nas organizações para o fortalecimento da luta central em defesa das áreas nativas de mangabeiras e por locais de acesso coletivo e de livre acesso (BEZERRA, 2011). No caso específico do povoado Capoã, houve um local para desapropriação, porém isso não chegou à concretização e as catadoras de mangaba passaram a pagar pela cata da mangaba.

A valorização das terras desencadeou conflitos ambientais pelo acesso ao recurso natural entre as catadoras de mangaba e os proprietários de terra, entre as catadoras de mangaba e os complexos residenciais turísticos em processo de implantação e entre as catadoras de mangaba e o poder público (SANTOS; VILAR, 2014, p. 118).

Muitas das transformações territoriais e paisagísticas recentes dos povoados Capão e Olhos D'Água são apontadas como consequências da proposta de desenvolvimento turístico, da ponte Construtor João Alves, da instalação do imobiliário turístico e das mudanças urbanísticas evidenciadas no Plano Diretor da Barra dos Coqueiros. Com as alterações no Plano Diretor, os referidos povoados passaram a fazer parte da zona de expansão urbana do município descaracterizando as localidades da área rural (BEZERRA, 2011). O rural e o urbano começam a se confundir na Barra dos Coqueiros, embora ainda persistam formas tradicionais e tipicamente rurais de assentamentos e modo de vida com forte apego à terra, à natureza e às relações de trabalho mais tradicionais, típicas do velho mundo rural. Assim,

[...] o território usado para a implantação do imobiliário-turístico faz surgir uma nova geografia do litoral por meio da construção do território do turismo imobiliário, que se contrapõe e ao mesmo tempo complementa o território do pescador, o território das catadoras de mangaba, o território do turista convencional, enfim, o território dos de “dentro” e dos de “fora” do muro (SANTOS; VILAR, 2014, p. 115).

Nesse processo, definido por Vilar e Araújo (2010) como metamorfoses paisagísticas em escala local, reestruturação territorial e mudança nas formas de uso e ocupação do solo, a crescente especulação imobiliária trouxe profundas alterações que podem influenciar na sobrevivência das comunidades locais extrativistas, até porque não existe política de garantia à permanência e acesso aos territórios pelas populações locais e a construção dos empreendimentos imobiliários não mantém as espécies de plantas frutíferas em seu interior. O modo de vida rural tem mudado de forma rápida e intensa a geografia da planície costeira da Barra dos Coqueiros, seja em sua sede municipal, seja nos povoados que lutam para não perderem suas ruralidades, seus valores mais tradicionais e sua cultura do extrativismo.

3.3 O Movimento das Catadoras de Mangaba: antecedentes, breve contexto histórico e finalidades

Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2011), o reconhecimento social das Comunidades Indígenas e Tribais remota ao período do pós Segunda Guerra, com a

convenção nº 107, assinada em 1957. Tais tratativas conduziam os esforços para a construção de um marco legal internacional que regulasse os direitos essenciais como acesso à saúde, regulação de trabalho e acesso a terras dos povos indígenas e tribais.

Todavia é no bojo das transformações socioculturais na sociedade moderna ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 do século passado que se intensificaram as discussões proporcionando maior clareza e consistência jurídica a respeito da composição de marcos regulatórios que pudessem oferecer caminhos para que fossem assegurados os direitos dos povos tradicionais.

Só então com as convenções internacionais do trabalho, no final da década de 1980, se observa a revisão da convenção de nº 107/1957 e é definida então na 76ª Convenção da OIT o estabelecimento da convenção nº 169, margo regulatório essencial para a definição de políticas públicas para os povos mantenedores de tradiçionalidades ancestrais no seu modo de vida. Segundo a OIT (2011, p. 09),

A Convenção dedica uma especial atenção à relação dos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação. É nesse enfoque que a Convenção reconhece o direito de posse e propriedade desses povos e preceitua medidas a serem tomadas para salvaguardar esses direitos, inclusive sobre terras que, como observado em determinados casos, não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades e subsistência.

A partir de então, na formulação de suas ações, o Estado passa a dispor de um documento regulador e norteador para estabelecimento e materialização de políticas voltadas às comunidades enquadradas nessa classificação. Países signatários de tal convenção passam a ratificar o acordo supranacional mediante decretos institucionais para a elaboração e institucionalização dos programas que deveriam garantir os direitos dos povos tribais.

No Brasil, conforme Decreto Nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, as comunidades tradicionais são definidas como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Este reconhecimento das populações tradicionais através da instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) tornou-se bastante relevante para evidenciar uma maior diversidade de povos e comunidades

tradicionais existentes nos estados brasileiros, como também a formação de movimentos sociais reafirmando a necessidade de garantias plenas aos segmentos de comunidades tradicionais no Brasil em defesa dos seus modos de vida, da biodiversidade local e da pluralidade cultural que envolve também uma questão de gênero.

Porém no que diz respeito à criação da PNPCT, o fato de não citar cada um dos segmentos de povos e comunidades tradicionais deixa margem para o cumprimento mais efetivo de ações que garantam demarcação ou a permanência de acesso aos territórios por esses grupos sociais que mantêm relações tão peculiares com os entornos territoriais.

Outro processo relevante que merece registro de reconhecimento para as populações tradicionais no Brasil foi o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), criado no ano de 2009. O objetivo do Plano é desenvolver a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Assim,

Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009).

Nesse contexto de geração de produtos sustentáveis, a mangaba passa a ter valor integrado à sociobiodiversidade, devido à relação das catadoras de mangaba com a fruta, com a árvore e por gerar sustento para milhares de famílias. Entretanto, por mais que o PNPSB vise a promoção da conservação dos produtos da sociobiodiversidade em determinados territórios não dá garantias efetivas do uso do território e de seus recursos pelas comunidades tradicionais.

O autoreconhecimento por populações tradicionais nas diversas regiões do Brasil exerce um importante mecanismo favorável para a autodefinição de outros grupos que se encontram no mesmo processo de luta na busca pela garantia do território e de seus recursos materiais e imateriais. Nesse contexto, grupos sociais que tem realidades parecidas, mas que alçaram visibilidade e reconhecimento em defesa dos seus modos de vida e da biodiversidade, contribuem de maneira significativa para a organização de novos segmentos de comunidades.

Destarte, o surgimento do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) enquanto organização em defesa das áreas nativas de mangabeiras está associado ao objetivo de manter as relações sociais, econômicas, culturais e ambientais das catadoras de mangaba no estado de Sergipe. Diante da complexidade do movimento não se pretende aqui elaborar um

detalhamento aprofundado ou esgotar todas as ações do MCM e demandas da organização, mas sim conduzir de forma breve e introdutória os principais objetivos, conflitos e conquistas envolvendo o grupo, num olhar histórico e territorial sobre o movimento.

O Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) é uma organização não-governamental composta praticamente por mulheres que assim como outros grupos sociais viram a necessidade de auto-organização em defesa dos direitos que muitas vezes a Constituição Federal, a base infra legal e as ações de extensão do meio acadêmico não conseguem assegurar.

Mesmo a Constituição Federal de 1988 ter sido um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da titularidade de terras aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, outros segmentos de populações extrativistas e povos ciganos e faxinalenses não foram inclusos nesse processo e por isso o autorreconhecimento enquanto comunidade tradicional acontecerá somente em momento posterior. Como já é sabido, muitos desses direitos foram conquistados a partir de manifestações de movimentos sociais no Brasil com apoio de instituições nacionais e inclusive de organismos internacionais.

Embora de forma tardia em relação a outros movimentos sociais, o MCM teve sua formação imediatamente após a autodefinição das catadoras de mangaba enquanto comunidade tradicional extrativista, em Sergipe, no ano de 2007. A constituição do MCM apresentou algumas particularidades que aqui merecem destaque. Nascido posteriormente ao I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, o movimento em defesa das mulheres extrativistas da mangaba contou com apoio de pesquisadores de instituições renomadas para sua concepção.

A finalidade do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe (ECMS), realizado em novembro de 2007, na Embrapa Tabuleiros Costeiros, em Aracaju, foi discutir os problemas enfrentados pelas catadoras de mangaba no estado de Sergipe, e também, delimitar ações para mobilização em defesa dos modos de vida, biodiversidade e pluralidade cultural para essas comunidades tradicionais extrativistas (RODRIGUES *et al*, 2007).

O encontro voltado para as catadoras de mangaba contou com a participação de quase noventa pessoas, em sua maioria mulheres, que tem suas atividades socioeconômicas e ambientais em áreas de mangabeiras e manguezais, em domínios da planície costeira. A participação desse grupo social no evento foi marcada pela necessidade de ouvir e dar voz as extrativistas da mangaba que durante muito tempo tiveram suas formas de vida invisibilizadas socialmente e que passou praticamente despercebida perante a sociedade sergipana em geral.

Assim, com o objetivo das catadoras de mangaba serem ouvidas e na tentativa de defender as formas de vida tradicionais desenvolvidas por este grupo extrativista foi estruturado o I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe. Como resultado, o MCM foi criado a partir da urgência de organização, reconhecimento e manutenção do sustento de várias famílias ameaçadas por fatores externos que agredem os campos nativos das matas de restinga, principalmente das mangabeiras e do manguezal.

Nessa configuração, o I ECMS foi primordial para consolidação da identidade das catadoras de mangaba para a autodefinição de mais um segmento de comunidade tradicional no litoral sergipano e para o reconhecimento de uma atividade marcada pela força do gênero que nem sequer as próprias catadoras imaginavam que poderia acontecer (SCHMITZ *et al*, 2011).

Nesse sentido, a estruturação do evento foi pensada para preconceber particularidades no sentido de demonstrar semelhanças na fala das pessoas e a realidade vivenciada pela catadora da mangaba. Nessa perspectiva e como parte do processo construtivo do MCM, o discurso da liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), relatando a trajetória das quebradeiras de coco babaçu, pode contribuir para exemplificar a extrema semelhança com a realidade vivida por quem depende da retirada direta de produtos da natureza, detalhar as dificuldades conflituosas enfrentadas por mulheres extrativistas e, principalmente, contribuir enquanto motivação no contexto de construção da luta das catadoras de mangaba no litoral sergipano.

As catadoras de mangaba em nosso pequeno Estado praticam o extrativismo do fruto da árvore que é símbolo do estado de Sergipe, a mangabeira (JESUS, 2010). Este segmento de população tradicional foi identificado por serem em sua maioria mulheres negras que exercem a pluriatividade e se alternam entre atividades de pesca, coleta de frutos, artesanato, turismo e agricultura nos municípios do litoral sergipano (MOTA *et al*, 2011).

A atividade caracterizada como extrativismo da mangaba é praticada há séculos por cerca de 7.500 pessoas no litoral sergipano (SCHMITZ *et al*, 2011; MOTA *et al*, 2011). Mota e Pereira (2008) destacam que as populações tradicionais do estado de Sergipe mantêm uma relação de intimidade com os recursos naturais da zona litorânea, áreas remanescentes de restinga, várzeas, matas e manguezais e é possível identificar um número expressivo de comunidades rurais dedicadas ao extrativismo de produtos vegetais e animais no litoral sergipano que por se tratar de um espaço de transição apresenta atividades concernentes tanto ao continente quanto ao oceano, configurando um território bastante híbrido.

As famílias residentes e que desenvolvem práticas extrativistas alternam suas atividades como garantia de renda, e, como resultado, perpetuam seus saberes tradicionais. A relação com o meio ambiente nos tipos diversos de processos de trabalho, ricos em saberes sobre espécies nativas, ressaltam o aproveitamento de diferentes aspectos ambientais evidenciando suas potencialidades e adversidades. Nesse sentido, as extrativistas da mangaba do litoral sergipano se evidenciam nas práticas de pesca, apanhando caranguejo e outros crustáceos, cata da mangaba e de outras frutas e no artesanato como uma das principais fontes de renda para sobrevivência de vários grupos familiares (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2009). Muitas vezes essas práticas estão associadas à agricultura convencional, e garantem certas particularidades relacionadas à identidade cultural e territorial dessas comunidades (SANTOS, 2007).

No decorrer do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe foi elaborada a I Carta Aberta das Catadoras de Mangaba. Nesse documento foi redigido um importante instrumento para conduzir a luta desse grupo social recentemente identificado e em processo de organização. Assim, dentre os problemas relacionados ao extrativismo da mangaba, foram elencadas as seguintes ameaças:

A construção de viveiros de camarão; Expansão dos cultivos de coco e cana-de-açúcar; Corte das mangabeiras para impedir que as catadoras entrem nas propriedades particulares; Expansão das construções e loteamentos nas áreas de mangabeiras (RODRIGUES *et al.*, 2007, p. 30).

Ainda na referida carta, as reivindicações do grupo foram estabelecidas na perspectiva de resumir os problemas enfrentados e evidenciar as relações tão íntimas com o ambiente.

1. Garantia de livre acesso às áreas de mangabeiras (compra de áreas nativas pelo governo e direito das catadoras catarem mangaba onde sempre cataram). 2. Proibição do corte e queima das mangabeiras. 3. Participação das catadoras nas discussões sobre a comercialização (“as catadoras querem ser ouvidas”). 4. Formação de um grupo de representantes das catadoras. 5. Garantia de salário na entressafra da mangaba. 6. Políticas para conservação da natureza (mangaba, murici, ouricuri, cajueiros, manguezais). 7. Estimular as catadoras que já têm terra a plantarem mais mangabeira (RODRIGUES *et al.*, 2007, p. 30).

A apresentação da carta demonstra uma série de preocupações, para além das áreas de mangabeiras, ressaltando interesses em ecossistemas presentes no Litoral do estado de Sergipe. Segundo Mota *et al.* (2011), o Movimento das Catadoras de Mangaba teve como estratégia inicial a continuação do extrativismo da mangaba e por isso foi direcionada para

vários órgãos e instituições governamentais inclusive para o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) com o intuito de pactuar um compromisso dos gestores envolvidos.

Segundo Sousa, Liberato e Jesus (2012), a partir da formatação do MCM, o grupo de mulheres extrativistas da mangaba no litoral sergipano, na sua forte tentativa de proteção do território das mangabeiras para a atividade extrativa, passaram a reivindicar a

Criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe; Estudo de áreas para a preservação e criação da Reserva Extrativista do litoral Norte de Sergipe; Criação de Políticas Públicas para que possam ter acesso ao território, alimentação, saúde, educação, moradia, abastecimento de água dentre outros direitos humanos básicos; Parceria para Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAPs das Extrativistas da Mangaba; Propiciar e fortalecer o acesso das Catadoras de Mangaba ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; Inserir os produtos relativos ao trabalho das mulheres extrativistas Catadoras de Mangaba e Pescadoras, como peixes, mariscos e frutos do mar, na cadeia da sociobiodiversidade; Criação do Defeso da Mangaba (MCM, 2012).

Embora a elaboração da I Carta Aberta traga em seu bojo delimitações claras e específicas sobre os problemas enfrentados pela atividade extrativa e pelas mulheres desse então “novo” segmento da comunidade tradicional, o Movimento das Catadoras de Mangaba, junto com diversas instituições parceiras, construiu outro documento intitulado “Estratégias Interinstitucionais para a Conservação da Atividade Extrativista da Mangaba em Sergipe”, em 2008 (MCM *et al*, 2008), com uma série de propostas de encaminhamento no sentido de conduzir a permanência de toda uma comunidade tradicional extrativista, no caso as catadoras de mangaba.

O documento demonstrava em seu teor alguns princípios básicos e norteadores para condução de políticas efetivas e benéficas à preservação dos territórios nativos de mangabeiras, como também a permanência do extrativismo da mangaba pelas catadoras de mangaba.

Contudo, ao mesmo tempo em que houve a valorização da mangaba ocorreu também o aumento dos conflitos socioambientais envolvendo a cata da fruta (SCHMITZ *et al*, 2011). Verificou-se tanto a titularidade da terra não adquirida pela maioria das catadoras como o envolvimento de áreas em que o foco de desenvolvimento está voltado para a valorização imobiliária e turística. Nesse contexto, a proliferação de conflitos socioambientais pelo acesso à terra e pela possibilidade de coleta do fruto foram inevitáveis.

Parece não existir dúvidas que os conflitos territoriais entre catadoras, donos de terra e o acesso aos recursos naturais tornaram mais intensificados a partir da valorização do espaço

costeiro de Sergipe. Outro fator a se ter em conta e que aumenta a complexidade do estudo das territorialidades da mangaba na Barra dos Coqueiros é a existência entre as próprias extrativistas da mangaba de mulheres que possuíam pequenas propriedades de terra ou não destacam reivindicações. Segundo Schmitz *et al* (2011), revelam-se considerações ambíguas, pois enquanto algumas dessas mulheres falavam em livre acesso as áreas remanescentes de mangabeiras e em criação de reserva para uso coletivo, outras insistem na necessidade de áreas particulares e individuais para o plantio e coleta.

Dessa forma, estas e outras demandas trouxeram para o próprio Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) certo desconforto, diante da necessidade de ter que lidar com solicitações distintas de um mesmo grupo social com diferentes concepções, variadas de município para município.

Para Jesus (2010), as mulheres extrativistas da mangaba no litoral sergipano possuem expressivos problemas e conflitos de ordem coletiva. A necessidade de organização e de novos mercados para a comercialização dos frutos *in natura* ou processados são apenas alguns deles.

A organização das mulheres na geração de renda passava necessariamente, pela unidade das mesmas, pelo seu reconhecimento enquanto grupo e por novas aprendizagens que lhes possibilitassem continuar vivendo do extrativismo (JESUS, 2010, p. 11).

Assim, por mais que as catadoras de mangaba enfrentem várias questões conflituosas, a referida autora evidencia a auto-organização do grupo considerado o mais relevante e o que merece maior destaque.

Tal questão, aliada ao fato que nas últimas décadas o litoral sergipano tem passado por crescente incremento de investimentos imobiliários e turísticos, trouxe para as catadoras de mangaba inúmeros problemas. O turismo predatório e a especulação imobiliária são as principais atividades que têm ameaçado seus modos de vida, pelo fato de dependerem do desmatamento que leva ao corte das plantas (MOTA; PEREIRA, 2008).

A autodefinição de catadora de mangaba, a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) e a visibilidade adquirida por esse segmento de população extrativista permitiu algumas conquistas que estão elencadas no quadro 1 que demonstra uma diversidade de acontecimentos pertinente às catadoras de mangaba, porém nenhum garantiu a permanência de acesso ou demarcação do território das áreas remanescentes de mangabeiras.

Quadro 1: Principais conquistas relacionadas às catadoras de mangaba.

Principais Conquistas
Identidade das catadoras de mangaba (SCHMITZ <i>et al</i> , 2011);
Divulgação na mídia local e nacional (MOTA <i>et al</i> , 2011);
Criação do Movimento das Catadoras de Mangaba (SCHMITZ <i>et al</i> , 2011);
Capacitações solidárias com trocas de experiências (SILVA JÚNIOR <i>et al</i> , 2009);
Produção de doces, processamento das frutas, em 2008 (JESUS, 2010; JESUS, 2010);
Participação do MCM na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) (MOTA <i>et al</i> , 2011);
Reconhecimento das Catadoras de Mangaba enquanto grupo culturalmente diferenciado (SERGIPE, Decreto Lei N.º 7.082 de 16 de dezembro de 2010);
Projeto: Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe realizado pela Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (SOUSA, LIBERATO E JESUS, 2012);
Capacitação das lideranças das catadoras de mangaba realizada pelo Embrapa em 2010 (SCHMITZ <i>et al</i> , 2011);

Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus, 2016.

As populações tradicionais em Sergipe, inclusive as extrativistas da mangaba no espaço litorâneo da Barra dos Coqueiros, mantêm a biodiversidade das espécies de frutos, com suas práticas extrativistas, mesmo diante das ameaças dos manejos predatórios incentivados pela valorização econômica da terra. A sobrevivência de tais comunidades tradicionais está intimamente ligada à forma de utilização dos recursos naturais, uma vez que as atividades exercidas influenciam no modo de vida dessas populações, essencialmente extrativistas. Essa dependência além de contribuir para o sustento de muitas famílias leva à acumulação de valores, saberes e práticas constituindo assim, uma identidade cultural e de gênero que vem exercendo influência na tentativa de preservação das áreas nativas de mangabeira.

Os estudos de Mota *et al* (2011) demonstram que a melhor forma de conservação das áreas remanescentes de mangabeiras foi encontrada em áreas de livre acesso e mesmo nas áreas em que tem donos e o acesso é restrito. Assim,

a gestão coletiva de bens comuns (nesse caso, das mangabeiras) demonstre um forte elemento conservacionista, quando as catadoras dominam todas as etapas do ciclo produtivo, e se relacionam intensamente com as plantas em todas as etapas de sua reprodução (SCHMITZ *et al*, 2011, p. 266).

Porém, mesmo com a evidência de estudos apontando os cuidados peculiares da coleta do fruto feito pelas catadoras de mangaba, isto não foi suficiente para mudança na realidade de acesso ao território pelas mulheres extrativistas da mangaba. Diante dessa situação de não

manutenção dos territórios para essa população, também não se processou a salvaguarda das diversas formas de transmissão dos conhecimentos e de sobrevivência em condições sustentáveis e dignas.

Os territórios das catadoras de mangaba estão relacionados às práticas socioculturais desenvolvidas para sua sobrevivência. Nesse contexto, as ameaças à pesca, à coleta de frutos e à pequena produção da agricultura tornam-se fatores preponderantes e determinantes que influenciam diretamente a configuração do território e a dinâmica dessas comunidades.

Consequentemente, são fundamentais à defesa de territórios tradicionais, considerados “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

Dessa maneira, o território é fundamental para a manutenção das relações dessas comunidades tradicionais e locais, tornando-se essencial a sua existência. Para Souza (1995), o território constitui-se como espaço concreto e que tem sua apropriação por um grupo social e gera raízes e identidade, e um não pode se constituir sem o outro. Assim, o território da mangaba é parte intrínseca dessas comunidades costeiras sergipanas determinando seus valores a partir da inserção na compreensão da dinâmica ambiental local, expressa nos modos de vida, na proteção da cultura e da geobiosociodiversidade da planície costeira.

No contexto geral, o autoreconhecimento e a relação identitária que as catadoras de mangaba mantêm com espécies endêmicas e com o “chão” da planície costeira no estado de Sergipe reforçam aspectos importantes para construção de defesa de seus modos de vida através da representação social do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM). As particularidades exercidas por esse grupo social destacam conflitos e demandas ainda não solucionados fazendo-se necessário então uma maior organização e a formatação de políticas específicas que garantam a permanência de acesso aos recursos naturais.

3.4 O PRODETUR: investimentos e transformações no município de Barra dos Coqueiros

Nascido da proposta de promoção para o desenvolvimento turístico no Nordeste do Brasil, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) estabeleceu-se na região com a expectativa de aumentar os postos de trabalho e estabelecer melhorias na tentativa de minimizar a pobreza a partir da atividade turística.

O PRODETUR-NE consistiu em um programa de crédito para o setor público com pretensão de melhoria da qualidade do turismo levado a cabo a partir de financiamentos do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco do Nordeste (BNB) para execução e do Ministério do Turismo (MTur) junto com os Estados integrados com maior parte da contrapartida local (BNB, 2013).

O PRODETUR-NE foi baseado em duas fases de execução distintas. A finalidade do Prodetur-NE I foi corroborar com o potencial da região do Nordeste focando principalmente para o aumento do turismo na perspectiva de desenvolvimento social e econômico através de investimentos na infraestrutura básica aliada a outros serviços públicos em locais de crescimento turístico. Em relação ao PRODETUR-NE II é possível afirmar que estava voltado para melhorias nas condições de vida da população que reside nos polos turísticos localizados nos Estados inseridos no Programa.

Segundo o TCU (2005), para primeira fase do Programa, o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi previsto em US\$400,00 milhões, sendo que a contrapartida seria de US\$ 270,00 milhões provenientes dos Estados e da União. Os prazos para repasse dos investimentos seriam até 2005 e o pagamento estabelecido até 2019. As etapas do cumprimento das ações de execução e do repasse dos empréstimos foram concluídas em 2005 e o valor total do montante de US\$626 milhões trabalhados em 264 projetos (BNB, 2016).

Os projetos desenvolvidos nos Estados utilizaram os recursos financeiros do Programa para uma série de ações: construção, reforma e ampliação de aeroportos; pavimentação e recuperação de rodovias; melhorias nos serviços de saneamento básico; recuperação de patrimônio; proteção ambiental; e capacitação voltada para a gestão das atividades (BNB, 2016).

Durante a execução das ações do PRODETUR I foram percebidos avanços no desenvolvimento turístico no Nordeste brasileiro. Contudo, este processo veio acompanhado de impactos socioambientais negativos correlacionados de forma direta ou indireta nas intervenções do programa.

Diante dessa situação, o PRODETUR II teve a preocupação de ampliar os principais resultados na fase I, e passaria a incluir as preocupações ambientais e melhorias da gestão municipais nos Estados na tentativa de superar os desafios não alcançados no PRODETUR I.

Nesse sentido, as premissas no PRODETUR II foram baseadas no desenvolvimento turístico autossustentável, promoção do aumento das receitas obtidas, e incentivos para o controle da gestão municipal sobre uso e ocupação do solo, o meio ambiente e o crescimento da atividade turística. Isto foi desenvolvido na tentativa de inserir e respaldar a

sustentabilidade das ações do programa que não fora empregada na primeira fase (TCU, 2010).

Para inserção dos Estados no PRODETUR II, determinados critérios foram estabelecidos no sentido de garantir que áreas consideradas vocacionais fossem contempladas pelo Programa. Nesse contexto, a fase II teve o foco direcionado para os Polos Turísticos Estaduais, planejamento participativo, ações mitigadoras dos passivos ambientais e para as prioridades das ações inclusas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), elaborado para cada Polo Turístico. Assim, nem todos os Estados que participaram do PRODETUR I foram contemplados na fase II.

No PRODETUR II, a previsão dos valores originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi de US\$ 240,00 milhões e no que diz respeito à contrapartida local, US\$ 160,00 milhões, que poderiam ser provenientes da União, Ministério do Turismo (MTur) e dos Estados junto aos órgãos de execução e com o prazo final de desembolso até 2012 e os pagamentos para 2027 (BNB, 2016; TCU, 2010).

Atualmente, o PRODETUR Nordeste mudou de nomenclatura, tornou-se de âmbito nacional desde 2008 (PRODETUR Nacional), mas continua focado em intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística na busca por promover geração de emprego e renda local. As prioridades são estabelecidas a partir dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos Estados. As operações são realizadas pelo Ministério do Turismo (MTur) através da parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os Estados e Municípios brasileiros podem solicitar recursos financeiros diretamente do banco desde que possuam mais de um milhão de habitantes e estejam de acordo com os critérios estabelecidos pelo MTur e BID. Conforme o Regulamento Operacional do Programa:

O PRODETUR Nacional é uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) do BID e inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal, tendo por objetivo contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, bem como consolidar a gestão turística cooperativa e descentralizada, avançando rumo a um modelo de desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil. Integrarão o CCLIP Operações Individuais de Crédito que, uma vez aprovadas pela Diretoria Executiva do BID, serão objeto de Contratos de Empréstimo entre o BID e cada Mutuário (BRASIL, 2008, p. 07).

Os objetivos de apoio para financiamento do PRODETUR Nacional foram organizados em Estratégias de Produto Turístico, Estratégias de Comercialização,

Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos, Gestão Ambiental, e Administração do Programa. A seleção dessas ações deverá ser estabelecida de acordo com os Polos Turísticos, determinado por cada Estado e fundamentado nos Conselhos de Turismo (SETUR, 2013).

Ao analisarmos as intervenções do PRODETUR nas fases NE I/II e Nacional no estado de Sergipe verificamos influências contundentes quando observados os reflexos das estruturas criadas, sendo este o foco do processo de implantação do programa como finalidade de desenvolver turisticamente determinadas localidades. As consequências do PRODETUR culminaram em investimentos pertinentes principalmente no que diz respeito às melhorias das vias de acesso para os destinos turísticos, porém trouxeram consigo modificações significativas como a alta valorização das terras litorâneas.

O PRODETUR NE I no estado de Sergipe resultou em investimentos nas áreas de saneamento, ampliação e modernização do aeroporto, transporte, proteção e recuperação do patrimônio histórico, desenvolvimento institucional e outras obras adicionais (SETUR, 2001). Dos valores aplicados no Estado existem controvérsias em relação ao montante total. As informações provenientes do BNB (2016) mostram US\$50,757 milhões, sendo US\$32,604 resultantes do BID e US\$18,153 milhões da contrapartida local. Já Silva (2012), Santos (2009) e Vieira (2010) apontam investimentos acima de US\$ 60 milhões. Contudo acredita-se em aportes financeiros no valor de US\$ 62 milhões, tendo o Polo Costa dos Coqueirais como foco de prioridade para desenvolvimento das ações estruturantes (SETUR, 2001).

Ao analisar os valores provenientes dos investimentos turísticos, Santos (2009) aponta que pelo PRODETUR NE o estado de Sergipe foi destaque entre os estados do Nordeste que mais receberam recursos financeiros.

O Polo Costa dos Coqueirais possui entre suas principais características ter maioria dos municípios sergipanos margeando o mar e rios e a presença de estuários. A maior parte desses municípios estão localizados no Litoral sergipano. Nesse sentido, áreas constituídas historicamente como propícias para o desenvolvimento turístico ao mesmo tempo são suscetíveis à degradação ambiental.

Silva (2012) e Santos (2009) destacam a prioridade do PRODETUR I na década de 1990 voltadas para praias, estuários e rios, ou melhor o litoral, submeteu-se aos apelos para aumento de visitantes e turistas no estado de Sergipe, assim foram feitos investimentos, porém não se deu a devida atenção as consequências de conflitos e contrastes ocasionados pela valorização dessas áreas.

Vilar e Vieira (2014), ao apresentar os cenários e as intervenções públicas na parte Norte do Litoral de Sergipe, destacam que o PRODETUR aliado a outros programas do governo federal, estruturou uma série de atividades na costa do estado, conduzindo a novas territorialidades. Assim, essa região

sergipana em particular vem sendo palco de mudanças, provocadas pela prática do turismo, abertura de estradas, construções de hotéis, restaurantes, urbanização da orla marítima, instalação de infraestrutura sanitária, calçamento de ruas, dentre outras materialidades geográficas (VIEIRA; ALMEIDA; VILAR, 2014, p. 26).

Segundo os referidos autores, estes investimentos na infraestrutura do litoral têm apresentado modificações expressivas nas formas de uso e ocupação do solo, na configuração territorial e na paisagem estritamente costeira, litorânea e sublitorânea. Nesse contexto,

[...] a expansão do mercado de terras no litoral sergipano, com grande aceleração nos últimos anos acompanhando o fluxo de povoamento contemporâneo que valoriza o espaço limítrofe entre o oceano e a terra firme em termos de lazer, ócio e investimento imobiliário (VIEIRA; ALMEIDA; VILAR, 2014, p. 31).

No sentido de melhorias da implantação de políticas territoriais e no que se refere ao ordenamento territorial e à dinâmica ambiental e após analisar os programas de desenvolvidos no litoral sergipano, Vilar e Araújo (2010) propõem e demonstram algumas ações para consolidação voltadas para articulação de programas desenvolvidos no litoral aliado com a Política Ambiental: a necessidade de formação de atores sociais atuantes no planejamento municipais; maior divulgação dos programas de gerenciamento costeiro; criação e execução de um plano de gestão capaz de moderar as formas de ocupação desordenada do litoral; construção de um banco de dados de orientação dos gestores e facilitação da consulta popular e consolidação das estruturas básicas existentes. Apesar de ser direcionada ao litoral sul, tais proposições podem ser perfeitamente empregadas em todo litoral sergipano. Porém enquanto estas preposições não são estabelecidas, a zona costeira de Sergipe convive com conflitos ambientais cada vez mais intensos e ocupações territoriais desordenadas (VILAR; ARAUJO, 2010).

A avaliação da fase I do PRODETUR proferido pelo TCU (2004) apontou alguns dos passivos identificados como resultado da intervenção do programa na região:

1.Redução da qualidade do ar; 2. Aumento da geração de ruídos; 3. Assoreamento da costa; Processos erosivos; 4. Desmatamento desordenado;

5. Degradação da fauna e flora local; 6. Contaminação d'água dos rios e marés; 7. Ocupação desordenada do solo; 8. Aumento da geração de resíduos sólidos; 9. Assoreamento de rio; 10. Degradação da paisagem; 11. Descarga de efluentes sanitário (TCU, 2004, p. 40).

Dessa forma, Silva (2012) faz alguns apontamentos acerca do Programa.

Os indicadores socioeconômicos da região Nordeste evoluíram, mas não foi possível mensurar a contribuição da participação do programa devido à falta de um sistema de avaliação de desempenho do PRODETUR; De modo geral as intervenções do PRODETUR geram passivos ambientais, mas as ações mitigadoras não foram suficientemente compensatórias, apesar de valorizar o componente de gestão ambiental nas próximas fases do programa, tornando condicionantes ao empréstimo ações como avaliação ambiental estratégica e zoneamento econômico ecológico; A estrutura organizacional foi capaz de reproduzir a política de turismo até a escala da unidade federada, mas dificilmente conseguirá atingir a escala local ou municipal, e a gestão compartilhada ainda sofre com a pseudo-participação; Os custos financeiros a que são submetidos os submutuários estão compatíveis com sua capacidade de endividamento (SILVA, 2012, p. 129-130).

Assim, foram identificados problemas ambientais e conflitos não calculáveis nas áreas litorâneas consideradas frágeis e, com uma maior valorização de grupos econômicos nesses locais podem resultar em aumento de problemas ambientais. Agravado a isto, e pensando que muitas das ações não têm continuidade, se faz necessária a implantação de metodologias específicas possíveis de calcular investimentos nos locais de inserção do programa e os resultados obtidos.

Para isto, Ribeiro, Andrade e Pereira (2013) propõem o desenvolvimento de metodologias de análise dos impactos econômicos e ambientais associado com a análise fiscal, financeira, de demanda e de custo-benefício. Esta ferramenta permitiria aumento de informações que tratam do potencial associados aos investimentos feitos a partir dos reflexos da atividade turística. Para os referidos autores, são poucos os estudos governamentais que mensuram os impactos econômicos dos recursos financeiros investidos no turismo e a inclusão de metodologias específicas para o turismo podem modificar esta situação.

Na etapa do PRODETUR NE II para o estado de Sergipe, o Polo Costa dos Coqueirais foi definido como área prioritária para receber investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), seja para atuar nas ações mitigadoras dos passivos ambientais oriundos dos investimentos do PRODETUR I, como também na perspectiva de fortalecer os avanços relacionados ao aumento turístico nas localidades (SETUR, 2001). Porém mesmo selecionado para receber subsídios do banco, Sergipe não contratou o financiamento (BNB, 2016).

Santos (2009) e Silva (2012) apresentam pesquisas em que as justificativas para não contratação dos investimentos do BID são contraditórias. Mesmo diante disto, o Estado obteve outros recursos financeiros através de convênios firmados (MTur) no intuito de atender algumas demandas de fortalecimento institucional.

No ano de 2008, houve autorização do estado de Sergipe para contratação do empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, através da Lei nº 6.518 de 2008, no valor máximo de até US\$ 60 milhões destinados ao PRODETUR Nacional/SE e contrapartida correspondente de até US\$ 40 milhões (SERGIPE, 2008).

Os objetivos do PRODETUR Nacional em Sergipe foram voltados para a construção e recuperação de equipamentos turísticos, patrimônio histórico, qualificação de mão-de-obra, marketing e apoio à comercialização, gestão ambiental, infraestrutura de apoio ao turismo e fortalecimento institucional.

O estado de Sergipe estabeleceu que o PRODETUR focasse em dois polos prioritários: Polo Costa dos Coqueirais e Polo Velho Chico fornecendo apoio ao financiamento de projetos de desenvolvimento turístico organizados em cinco componentes: Estratégia de Produto Turístico; Estratégia de Comercialização; Fortalecimento Institucional; Infraestrutura e Serviços Básicos; e Gestão Ambiental.

A execução das ações do PRODETUR no Estado tem a responsabilidade da Unidade de Coordenação de Projetos em Sergipe (UCP/SE), e tem por finalidade a implantação das ações resultantes da celebração, aplicação e execução de convênios, contratos e outros acordos entre o Estado de Sergipe e instituições ou entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, promovendo sua articulação com os programas, projetos e atividades desenvolvidos por outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, na realização do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional (SERGIPE, 2008).

Os Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico estabeleceram-se como constituintes de promoção do Estado Sergipe em relação ao turismo, sendo que Aracaju e a região de Xingó ganham destaques dos locais mais frequentados por turistas.

A estratégia do investimento nesses polos consiste, além de consolidar roteiros turísticos consagrados, como o Canyon de Xingó, em otimizar os atrativos turísticos nessas regiões, possibilitando a criação de novos roteiros; também, no consequente aumento da permanência média do turista no estado e na melhor distribuição dos impactos econômicos da atividade, ainda bastante concentrados em Aracaju (RIBEIRO; ANDRADE; PEREIRA, 2013, p. 976-977).

O turismo em Sergipe “é uma atividade emergente, porém de crescimento relevante nos últimos anos” (BRASIL, 2014, p. 26). Esta afirmativa demonstra que ao mesmo tempo em que iniciativas para o turismo existem, avanços foram conquistados, mas ainda é necessária uma maior efetivação do desenvolvimento turístico no Estado em termos de resultados práticos e melhoria de indicadores e continuidade do fluxo de turistas e visitantes.

As políticas de turismo em Sergipe foram iniciadas de forma um tanto acanhada, praticamente restrita a ações iniciadas no final do século passado. Contudo, o foco foi pré-estabelecido através de investimentos e incentivos na rede hoteleira, reconstrução de monumentos históricos, promoção e divulgação de informações turísticas e qualificação promocional (SANTOS, 2009).

Os dados mais recentes dos últimos quatro anos sobre o turismo denotam que em relação à ocupação hoteleira o estado sergipano não sofreu muitas variações. Em 2012 teve-se o percentual de 64,7% na ocupação de hóspedes nos hotéis e nos dois anos seguintes em torno de 61,1% (SERGIPE, 2013; SERGIPE, 2016).

Conforme análise mais ampliada das últimas décadas feito por Silva (2012), existe um aumento na ocupação hoteleira em Sergipe, como também uma permanência maior do turista na localidade em virtude dos investimentos feitos no setor. Estes investimentos foram definidos de acordo com critérios estabelecidos pelo próprio Estado em suas estratégias de ação.

Mesmo compreendendo o menor estado brasileiro, Sergipe apresenta regiões variadas e uma diversidade natural considerável. Para o desenvolvimento do turismo, as subdivisões foram estabelecidas conforme cinco Polos Turísticos: Polo Costa dos Coqueirais, Polo das Serras Sergipanas, Polo Velho Chico; Polo Sertão das Águas e Polo dos Tabuleiros.

O Polo Costa dos Coqueirais desde a época da divisão dos Polos Turísticos de Sergipe tivera maior destaque de investimentos, principalmente do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Nordeste (PRODETUR-NE) e fora subdividido em Litoral Norte, Sul e Centro. Atualmente, é composto dos municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância, Itaporanga D’Ajuda, São Cristóvão, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande.

Barra dos Coqueiros, junto aos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras dispõem da maior movimentação turística em virtude da disposição de diversos aparelhos, equipamentos e serviços turísticos e abrigar Aracaju como a principal indutora do turismo.

a região turística do Polo Costa dos Coqueirais pode ser considerada propulsora e indutora do turismo no Estado de Sergipe, tanto pela sua condição de concentração e distribuição do fluxo de turistas, quanto pelas inúmeras transformações espaciais para instalação de equipamentos fixos, diversos usos de recursos naturais e observação da paisagem (SILVA, 2012, p. 72).

Mesmo fazendo parte da área central para o aumento turístico no Polo Costa dos Coqueirais, Barra dos Coqueiros possui modestos serviços e infraestrutura turística quando comparado a Aracaju.

No município de Barra dos Coqueiros podemos encontrar a Praia da Costa que dispõe de bares, restaurantes e pousadas a beira-mar; a Orla na Atalaia Nova com espaço para apresentações e espetáculos ao ar livre; o Hotel Prodigy que dispõe de serviços de hospedagem e espaço para realização de eventos; a Rodovia José de Campos que permite acesso às praias da Costa e Atalaia Nova; bares e restaurantes ao longo da Rodovia SE-100; empresa de serviços e transportes turísticos; a Associação de Canoeiros e Usuários das Tototós do Estado de Sergipe (ASTOTOTOS) que desenvolve atividades de cunho educacional e passeios turísticos; a Orla fluvial à beira do rio Sergipe com poucos bares e apresentações musicais semanais; o Barracão do Artesão (Figura 7), organizado pela Associação de Artesãos de Barra dos Coqueiros (AABC) localizado na Praia da Costa apresentam o artesanato produzido na localidade durante os finais de semana.

Figura 7: *Outdoor Hotel Prodigy, Barracão do Artesão, Praia da Costa, Barra dos Coqueiros.*



Fonte: Registro Fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Segundo Silva (2012), o município de Barra dos Coqueiros por estar inserido na área Central do Polo Costa dos Coqueirais apresenta predominância no segmento turístico de sol e praia. Em termos de potencial, se destaca a Praia do Jatobá e os territórios turísticos localizados na Praia da Costa, no estuário do rio Sergipe, na Praia da Atalaia Nova, na Orla da Atalaia Nova, na Praça Central do município, Centro de Artesanato e no atracadouro para as Tototós. Contudo, nenhum dos pontos citados integra um roteiro turístico consolidado.

As visitas de campo e os registros fotográficos nas áreas de intervenções para o turismo em Barra dos Coqueiros denotam que existe um favorecimento dos investimentos do PRODETUR para infraestruturas, principalmente na região da praia da Costa, Atalaia Nova e vias de acesso ao município.

Ao verificarmos os locais que passaram por ações para a atividade turística, espaços esses em que Silva (2012) delimitam como territórios e áreas funcionais para turismo em Barra dos Coqueiros, podemos identificar que atualmente a Orla da Atalaia Nova apesar das construções apresentarem boas condições para uso, possui pouca movimentação de pessoas, exceto quando existem realizações de apresentações musicais estabelecidos durante o final do ano e no período do carnaval (Figura 8).

Figura 8: Orla de Atalaia Nova, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Ainda na Atalaia Nova, a Paróquia Bom Jesus dos Navegantes, a praça Luiz Gonzaga e as vias que dão acesso a localidade apresentam condições favoráveis para visitação (Figura 9). Na praça Luiz Gonzaga, onde havia o hidroviário com travessias Atalaia Nova/Aracaju, as

reformas e construções resultou em mudanças estéticas consideráveis, mas ainda abriga características de comunidade pesqueira. É visível encontrar canoas e apetrechos de pesca artesanal.

Figura 9: Praça Luiz Gonzaga e Praça Bom Jesus dos Navegantes na Atalaia Nova, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

No passado o Porto Praia Hotel que fica localizado na Atalaia Nova já hospedou turistas durante o período de carnaval. Nos dias atuais o hotel funciona através de prestações de serviços a empresa marítima (Figura 10).

Figura 10: Antigo Porto Praia Hotel na Atalaia Nova, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Na praia da Costa existe uma constância no movimento de visitantes e turistas, principalmente nos finais de semana. Em relação à Rodovia José de Campos que havia recebido sinalização turística como parte integrante do Polo Costa dos Coqueirais, nos dias

atuais as sinalizações existentes estão relacionadas aos condomínios residenciais e aos de limite de velocidade (Figura 11).

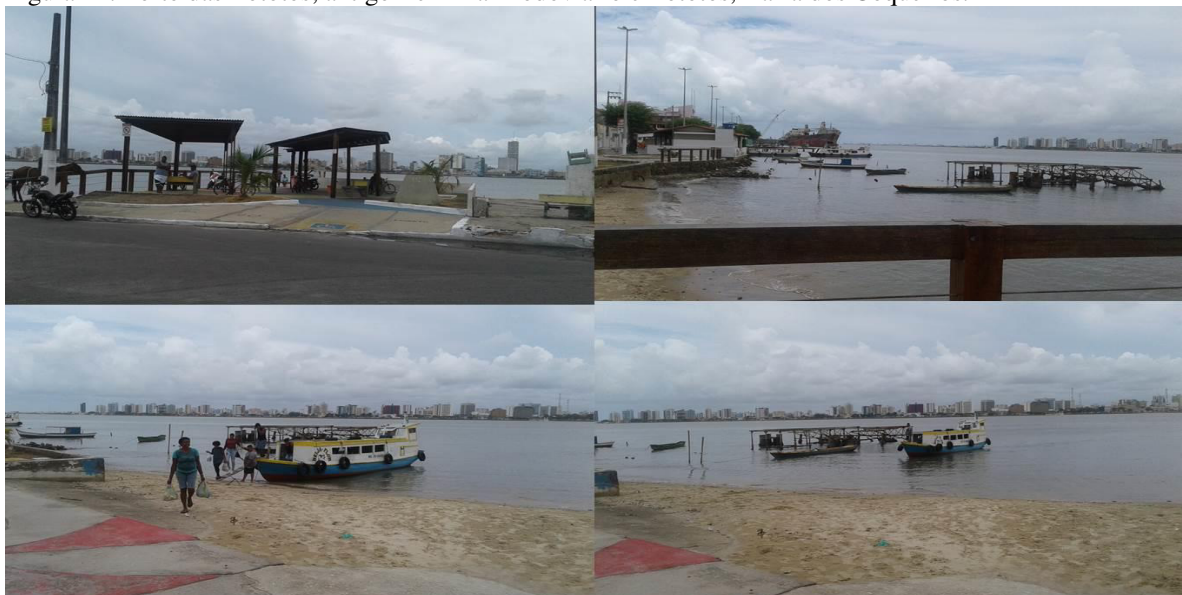
Figura 11: Placa de sinalização turística; Rodovia José de Campos; Condomínios Damha e Complexo Alphaville, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

O antigo terminal hidroviário em que lanchas faziam travessias de passageiros entre os municípios de Barra dos Coqueiros e Aracaju, já teve proposta de reforma e administração para realização de um centro de visitantes, porém foi demolido e existe apenas um amontoado de ferragens compõe enquanto lembrança dentro do rio (Figura 12).

Figura 12: Porto das Tototós; antigo Terminal Rodoviário e Tototós, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

A praça matriz denominada de Santa Luzia passou por sucessivas reformas constituídas ao longo dos anos. O porto das Tototós recentemente passou por reforma, porém

o fluxo de passageiros continua reduzido e as atividades com passeios turísticos são realizadas de forma esporádica pela ASTOTOTÓS. Outrossim, em reformas e construções está na pequena orla a beira do rio Sergipe que mesmo apresentando condições favoráveis a visitas, o local é ocasionalmente frequentado (Figura 13).

Figura 13: Praça Santa Luzia de frente as Tototós, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Seguindo pela Orla beira rio na sede do município de Barra dos Coqueiros podemos encontrar o antigo porto das balsas. Este local, posterior ao encerramento das atividades das balsas já foi lugar de parada para o Barco do Forró com apresentações do grupo de Samba de Coco do município. Atualmente, vê-se um amontoado de barcos danificados e em desuso (Figura 14).

Figura 14: Orla do rio Sergipe e antigo Porto das Balsas, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

A praia do Jatobá continua a ser bastante frequentada por banhistas do próprio município e das cidades próximas durante o período de carnaval. Nas proximidades da praia do Jatobá existem algumas placas de sinalização turística que indica a estrada de terra que dá acesso ao local. Os problemas com a destinação dos resíduos sólidos são visíveis na localidade, assim são vistos em frente à placa que dá acesso direto à praia e a poluição sonora é outro agravante (Figura 15).

Figura 15: Sinalização turística; estrada de acesso e Praia do Jatobá; resíduos sólidos na Praia do Jatobá, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro Fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Diante disso, verificamos que os locais do município tidos como vocacionais para o turismo não apresentam uma demanda turística estruturada, mesmo que aplicações de capitais financeiros tenham sido feito.

Mesmo sem ter alcançado o *status* de roteiro turístico consolidado, o município de Barra dos Coqueiros teve consideráveis investimentos para desenvolvimento turístico local. Muitos desses recursos foram provenientes do PRODETUR e ações complementares para o turismo, referente à execução no estado sergipano do período de 1994 a 2016, conforme quadros 2 e 3.

Quadro 2: Investimentos turísticos provenientes do PRODETUR no município de Barra dos Coqueiros.

Abastecimento de Água:
Abastecimento d'água na Atalaia Nova (Barra dos Coqueiros) (SETUR, 2001);
Esgotamento Sanitário:
Esgotamento sanitário da cidade de Barra dos Coqueiros (SANTOS, 2009);
Desenvolvimento Institucional:

Desenvolvimento integrado para gestão do turismo como estratégia turística do estado de Sergipe (SETUR, 2001);
Projeto: Base Cartográfica dos Municípios Litorâneos de Sergipe (SEPLAG, 2004);
Sinalização Turística e Indicativa: Sinalização turística e Indicativa por compor o Polo Costa dos Coqueirais (SILVA, 2012);
Desenvolvimento Institucional: Curso Gestão Empresarial (GESTORA C, Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR Nacional/SE, 2016).

Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus, 2016.

Quadro 3: Investimentos turísticos complementares ao PRODETUR no município de Barra dos Coqueiros.

Construção da Orla da Atalaia Nova (Barra dos Coqueiros) (SILVA, 2012);
Promoção, qualificação profissional direcionada para o turismo (SILVA, 2012);
Investimentos de estrada que liga os municípios de Barra dos coqueiros e Pirambu (SANTOS, 2009);
Terraplenagem e Pavimentação da rodovia Barra dos Coqueiros até Atalaia Nova (SERGIPE, 2014);
Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Energia da Rede de Alta e Baixa Tensão da Orla de Atalaia Nova (SERGIPE, 2014);
Recuperação e Manutenção das Obras Civas/Urbanização e Paisagismo da Orla de Atalaia Nova (SERGIPE, 2014);
Implantação do Acesso à Avenida Moises Gomes (SERGIPE, 2014).

Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus, 2016.

Estes recursos financeiros são destacáveis durante as etapas de efetivação do PRODETUR NE I, Nacional e ações ministeriais. O foco central destes investimentos foram direcionados para construções e teve nas rodovias, estradas e orla a maior incidência para aplicação de capital.

Contudo, os investimentos turísticos nas áreas citadas, independentemente da procedência sejam PRODETUR, MTur ou municipal não foram suficientes para alavancar turisticamente a Barra dos Coqueiros. Nesse contexto, o município não conseguiu consolidar no mercado turístico, muito pelo contrário percebe-se que alguns locais propícios para o desenvolvimento da atividade turística sofreram desgastes e impactos negativos.

A fase do PRODETUR I em Barra dos Coqueiros mostrou-se de relevância na perspectiva de atender a demanda de abastecimento de água no povoado Atalaia Nova, principalmente no período de carnaval em que os moradores locais ficavam sem o devido fornecimento de água. A água no caso, atendia um determinado e limitado quantitativo de moradores. O sistema de esgotamento sanitário da cidade de Barra dos Coqueiros foi outra importante ação que atendeu diretamente o município. A participação no processo de desenvolvimento integrado para gestão do turismo também ressalta a importância de interação de gestores dos municípios e do Estado em discutir e entender o turismo, como também

articular suas principais ações. Mas mesmo com essas ações, viu-se também a necessidade de focar em demandas que atendessem pautas ambientais.

Posterior às intervenções do PRODETUR I, os procedimentos para fase seguinte do programa passaram por modificações significativas, pois não se deu a devida atenção nas prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para o município de Barra dos Coqueiros.

A tentativa de promover o município a todo custo para o turismo, seja em forma de discurso ou através de construções de ponte e melhorias em estradas, culminou em agravamentos dos passivos ambientais na localidade. Como reflexo disso, para fase do PRODETUR NE II na Barra dos Coqueiros havia sido redefinido com propostas de moderar os conflitos ambientais e as consequências das ações do programa. Assim, o município barra-coqueirense estava inserido como prioritário para interferência do programa nos moldes atenuantes dos problemas ambientais (SETUR, 2001). Porém o Estado que havia estabelecido um pré-acordo em solicitar recurso ao BID recuou e as ações mitigadoras para os impactos que anteriormente estavam previstos não vieram.

Ao contrário do que havia sido pré-definido, mais investimentos em construções e vias de acesso foram feitos no município. Contudo, as interferências para minimizar os impactos negativos não foram identificadas.

Pode-se destacar que dos investimentos do PRODETUR e complementares ao programa empregado para desenvolvimento turístico no município de Barra dos Coqueiros, a maior atenção desempenhada pelo poder público foi voltada para melhorias nas vias de acesso.

Com isso proporcionou para Barra dos Coqueiros a experiência no aumento expressivo de visitantes em suas vias e rodovias, com bastante similaridade ao que havia ocorrido em outras regiões litorâneas do Nordeste e no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe. Entretanto, Sergipe (2014) ressalta que os atrativos turísticos voltados para praias de Barra dos Coqueiros já tiveram um maior número de visitantes e encontra-se defasados, devido à incipiência de investimentos.

Este modelo de turismo inserido em Barra dos Coqueiros que supervaloriza as áreas de praias, promovem estruturas criadas, especulam os valores das terras, não promovem o gerenciamento adequado e a continuidade da atividade, não emprega atenuantes dos problemas oriundos dos investimentos turísticos, nos conduz a refletir que não basta apenas recursos financeiros serem empregados para promover o turismo, deve-se considerar as fragilidades ambientais, as populações que vivem nessas regiões e estabelecer um contínuo planejamento.

As consequências resultantes da inserção de desenvolvimento turístico com o foco em estruturas construídas estabelecidas em Barra dos Coqueiros são: especulação imobiliária, aumento massivo de construções de condomínios fechados, casas de segunda residência afetando não somente a praia da Costa e Atalaia Nova. Nesse processo, o município como um todo se tornou alvo com incentivos para áreas rurais passarem a ser urbanas descaracterizando os territórios em que o extrativismo e agricultura já tiveram maior destaque.

O aumento da visibilidade de Barra dos Coqueiros originados dos investimentos para a atividade turística e pela atividade do turismo pode ser refletido no aumento dos condomínios fechados e casas de veraneio, consequentemente, na diminuição do acesso aos territórios pelas populações extrativistas, inclusive pelas catadoras de mangaba. Diante desse processo, os ambientes de práticas extrativistas passaram a competir com as construções para o imobiliário turístico.

Para a fase do PRODETUR Nacional em Sergipe, apresentam-se os mesmos princípios de base dos programas anteriores, sendo definido como

[...] um programa regional de desenvolvimento do turismo, que busca organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento das atividades turísticas, através de prévio processamento de planejamento das regiões turísticas. Ele é dividido em dois Polos: Costa dos Coqueirais e Velho Chico. No total atendemos trinta municípios (Gestora A, Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR Nacional/SE, 2016).

Conforme a análise, a incidência de geração de problemas ambientais na fase do PRODETUR I não foram suficientes para alterações na aplicação das ações do PRODETUR Nacional/SE. O programa continua a seguir a mesma linha de foco onde as interferências construídas são prioritárias, como demonstram as ações da UCP/SE:

Nós tivemos agora a pouco a inauguração da nossa primeira obra por intervenção do PRODETUR na área de infraestrutura que foi a orla de Canindé, a partir do contrato de 2013 [...]. Diante disso, a nossa primeira intervenção na área de infraestrutura que muda o cenário turístico do estado foi à construção da orla de Canindé de São Francisco. Era um projeto aguardado a mais de 20 anos e nesse último ano era uma obra prevista para 12 meses e foi construída em 9 meses, mudou todo o cenário turístico daquela região (GESTORA A, Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR Nacional/SE, 2016).

Para Barra dos Coqueiros, ao compararmos aos valores investidos pelo programa nos anos anteriores, podemos considerar que atualmente o PRODETUR Nacional sofreu

alterações. De acordo com a informação disponibilizada pela UCP/SE, a última ação do programa foi direcionada com o foco em educação.

Segundo a entrevista com a Gestora C da UCP/SE em 2016, o município de Barra dos Coqueiros foi contemplado com o curso de Gestão Empresarial que faz parte do componente de fortalecimento institucional estabelecido na matriz do PRODETUR Nacional/SE. Este curso foi ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no período de setembro a outubro de 2015, atendendo à demanda de 20 pessoas, sendo em maioria mulheres da própria localidade.

Esta ação vinculada ao município de Barra dos Coqueiros não está direcionada para o sentido de promover atenuantes dos conflitos ou problemas ambientais municipais, e sem se atentar para capacitar empreendedores para gestão do seu próprio negócio que pode estar relacionado de forma direta ou indiretamente com o turismo.

Existe a possibilidade dos próprios municípios demandarem ações que mais coincidem com a realidade local ou as necessidades diagnosticadas pelos gestores. Porém, até o final do ano de 2016, o município de Barra dos Coqueiros ainda não teria feito nenhuma solicitação de intervenções ao PRODETUR Nacional/SE. Assim, “por mais que o município apresente o projeto com novas demandas para novas ações para Barra dos Coqueiros, acredita-se que não existe tempo hábil para execução até 2018, além dos cursos e capacitações já previstas no município” (Gestora C da Unidade de Coordenação de Projetos em Sergipe, 2016).

Nessa perspectiva, identificamos que por vezes os municípios apresentam dificuldades no entendimento dos programas turísticos. A falta de informações, a deficiência de recursos financeiros e recursos humanos capacitados sobre o segmento turístico resultam em descontinuidades das ações e consequentemente na forma em que os programas são aplicados.

Santos (2009) ainda ressalta que a participação das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo é praticamente insignificante e que em sua maioria os investimentos representam as necessidades pretendidas da população.

Em relação às particularidades encontradas no município de Barra dos Coqueiros com presença de comunidades tradicionais, a UCP/SE demonstra possibilidade de atender demanda voltada para o desenvolvimento turístico dessas comunidades locais.

[...] o que acontece o nosso programa ele tem um percentual para a gente atender esse público: mulheres, um grupo diferenciado. [...] foi citado que já existe uma associação de catadoras e de que forma nós poderíamos contemplá-las. [...] nós vamos desenvolver nos próximos dias uma ação de artesanato e a gente vai visitar essa associação e outras que tiverem no município para saber de que forma podemos fazer para que possam ser

beneficiadas com nossas ações do PRODETUR (Gestora A da Unidade de Coordenação de Projetos em Sergipe, 2016).

Diante da oportunidade de inserção de ações do PRODETUR, a Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba do município de Barra dos Coqueiros (ACMBC) demonstra certa fragilidade e pouca experiência participativa no que diz respeito às discussões relacionadas ao turismo.

Contudo, foi identificado a participação de representantes da ACMBC e do MCM local na construção do documento para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 voltado para consolidação do turismo como estratégia para desenvolvimento sustentável no Estado (SERGIPE, 2009).

Em relação às ações do PRODETUR Nacional/SE voltados para as catadoras de mangaba, membros da ACMBC foram convidados a participarem do curso de Gestão Empresarial que foi disponibilizado para Barra dos Coqueiros, entretanto o horário de realização do curso não favorecia a participação deste grupo social.

As catadoras de mangaba, assim como outros segmentos de populações extrativistas, possuem particularidades em relação jornada de trabalho diferenciada de acordo com a época para a prática extrativista. Nesse sentido, existe uma demanda para definição de metodologias específicas para que de fato o segmento de comunidade tradicional possa ser atendido.

No que diz respeito à visita da UCP/SE na comunidade, até o mês de fevereiro de 2017 ainda não havia estabelecido um diálogo para discutir sobre quais demandas poderiam contemplar e como deveria ser empregada para responder as necessidades das extrativistas da mangaba. A principal demanda que envolve as extrativistas da mangaba está voltada para busca por garantias de permanência dos territórios para o extrativismo animal e vegetal, e atualmente se vê a valorização destas áreas com incidência de investimentos para o desenvolvimento turístico.

Nessa perspectiva, existe a necessidade de construção ou reformulação de políticas específicas para o turismo que considerem os territórios tradicionais para o extrativismo e valorizem os conhecimentos dos segmentos de comunidades tradicionais para que os programas e projetos turísticos possam contribuir para a manutenção e permanência da identidade cultural.

4 O TERRITÓRIO DA MANGABA: ENTRE ÁRVORES, MULHERES E FRUTOS

4.1 Caminhos da Territorialização da Mangaba

Esta etapa da pesquisa consiste na estruturação dos resultados aplicados durante a construção do DRP. Com relação à fase inicial do diagnóstico, o intuito foi de ouvir os membros das comunidades para que construíssem suas próprias vivências extrativistas e assim, destacar as principais características das catadoras de mangaba.

Aos participantes do DRP teve maior predominância de mulheres autodeclaradas negras. Apenas um homem participou dessa fase da pesquisa. O público deste diagnóstico tem a cata da mangaba como uma atividade extrativista fundamental para renda familiar e ressaltam que desde muito jovem se inicia a prática da atividade. A maioria dos membros das comunidades na oficina foram mulheres com idade acima de 39 anos e muitas começaram a coleta do fruto quando tinha entre seis e sete anos de idade. Nesse sentido, as mulheres com mais de 50 anos apresentam ao menos 40 anos de prática do extrativismo e ainda permanecem desenvolvendo essa atividade.

Em relação ao ensino formal recebido por estes participantes muitos estudaram até o fundamental I, seguido de registros no fundamental II e com a existência de analfabetismo entre os presentes. Quase todas as mulheres são casadas mesmo entre as mais jovens. A participação de jovens foi mínima, apenas dois, uma com 17 e outro com, 19 anos de idade.

A fonte de renda dessas pessoas demonstra a associação de varias atividades, muitas vezes desenvolvidas na mesma época: a pesca (manguezal e mar), a coleta da mangaba, a roça (quiabo, maxixe, batata-doce, feijão de corda, melancia), venda de coco, produção de doces e trabalhos temporários nos bares e restaurantes da localidade.

Participaram do diagnóstico moradores dos povoados Olhos D'Água, Capão e Jatobá, e muitos residem em suas localidades desde que nasceram. Somente uma catadora do povoado Olhos D'Água e outra do Jatobá, as demais e em maior número residem no povoado Capão. Das organizações formais deste grupo tem-se as Colônias de Pesca Z1 e Z13, Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba do município de Barra dos Coqueiros (ACMBC) e a Cooperativa de Economia Solidaria de Mulheres Extrativistas de Sergipe (COOPMESE). Das representações citadas, a maioria das mulheres são atreladas às colônias de pesca. Mesmo sem ter um vínculo formal, a maioria das participantes estão envolvidas nas atividades de organização das festividades católica dos povoados.

A partir da experiência na cata da fruta, pelo fato de morarem há muitos anos na comunidade e por conhecerem as pessoas residentes há mais tempo nas localidades, os

participantes no DRP contribuíram para relatar suas principais características na prática do extrativismo e demonstraram entendimento das relações cotidianas das extrativistas da mangaba dos povoados Olhos D'Água e na Capoã.

Posterior a esse processo inicial de DRP, seguiu-se com os questionamentos relativos à prática extrativista, dando sequência ao entendimento das territorialidades das catadoras de mangaba observando as mudanças relacionadas ao extrativismo nos povoados Olhos D'Água e Capoã.

Os relatos sobre o início da coleta da mangaba associada à venda, configurando o extrativismo da mangaba no município de Barra dos Coqueiros são recorrentes nas memórias descritas pela filha de uma catadora de mangaba já falecida.

Começou no ano de 1948 quando minha mãe, conhecida por dona Pracida veio de Japarutuba. Ela casou e veio morar aqui. Ela já conhecia a mangaba de lá [...]. Ela já catava mangaba em Japarutuba. Quando ela veio morar aqui as mangabeiras tinha bastante. E aquelas mangabas tudo amarelinhas. Aí ela panhou e foi vender onde hoje é a Praça Santa Luzia, de frente a casa de Zé de Sate. Passou lá o dia todinho e ninguém se quer comprou (Catadora D durante a aplicação do DRP, 2017).

Nesse momento de resgate histórico, outras catadoras de mangaba interferem para reforçar que as mangabeiras já existiam antes mesmo da Sra. Pracida vir morar no município de Barra dos Coqueiros. “Tinha mangaba, apanhava a mangaba, usava na Semana Santa em casa, mas ninguém vendia a mangaba” (Catadora B, durante a aplicação do DRP, 2017). Assim, as mangabeiras já existiam e se confundem com a história da ocupação territorial do município, mas posteriormente é que foi introduzido o processo de comercialização da fruta.

Contudo, diante do fracasso de comercialização da mangaba no próprio município de Barra dos Coqueiros passou-se a comercializar a mangaba em Aracaju.

Como tinha muita mangaba, ela apanhou e levou pra vender. Só que chegou lá, ela não vendeu porque ninguém comprou. Como ninguém comprou ela voltou com as mangabas [...]. Ela ainda fez umas três tentativas pra vender lá na Barra (sede do município), mas não conseguiu. Depois ela passou a levar para Aracaju (Catadora D, durante a aplicação do DRP, 2017).

“Meu pai contava que antes quando ele era mais novo, ela passava de cavalo por lá onde hoje é Filizola e via as mangabas lá, [...] só os passarinhos comia” (Catadora G, durante a aplicação do DRP, 2017). Este sítio conhecido como Filizola denominado São José do Arrebancado pode ser considerado como o lugar em que muitas famílias aprenderam e desenvolveram o extrativismo da mangaba, práticas agrícolas e pesca nas várzeas. Nesta área,

antes da supervalorização das terras de Barra dos Coqueiros, as extrativistas da mangaba praticavam a cata da fruta de forma livre. Posterior à construção da ponte Construtor João Alves, houve a cobrança do valor de coleta. Ainda neste lugar pretendeu-se criar o projeto de assentamento agroextrativista, porém o resultado dessa ação não se concretizou. O sítio então foi desmembrado em quatro a cinco partes e atualmente catadoras de mangaba fazem a coleta da fruta em sistema de compra.

Em virtude de não conseguir comercializar em Barra dos Coqueiros, viu-se a possibilidade de realizar o comércio da fruta em Aracaju, pois naquela época em 1948, na Barra dos Coqueiros ainda não tinha comercialização da mangaba.

Foi daí que começou a venda no mercado (Aracaju). No mercado nessa época as coisas era vendida no chão. Depois ela teve uma banca de venda. Aí ela vendia, além da mangaba, maxixe, quiabo e coco. E ela também ia pescar na costa. Meu pai tomava conta do sítio que hoje é de Zé de Sate (Catadora D, durante a aplicação do DRP, 2017).

Tinha outra pessoa também que começou a catar mangaba e vender mangaba nessa época (Catadora V, durante a construção do DRP, 2017). Essa pessoa era minha avó, dona Zefa. Ela comercializava junto com dona Pracida (Catadora S, durante a construção do DRP, 2017).

O comércio da mangaba praticado pelas catadoras foi inserido aos poucos como demonstrado na fala da Catadora B, durante aplicação do DRP:

As pessoas apanhava a mangaba, mas não tinha comércio para a mangaba aqui. Não se dava valor à mangaba. E daí foi vendendo, foi vendendo. Aí consegui uma banca lá e ela vendia tudo. E daí foi que começou o processo de todo mundo. E todo mundo foi conhecendo e hoje tá no que tá a mangaba. Mesmo depois de muito tempo, quantas e quantas vezes fomos vender e não se conseguia vender toda a mangaba.

As catadoras de mangaba atribuíram a importância dada à mangaba não pela simples cata da fruta, mas sim a associação da comercialização, ressaltados o valor econômico vinculado à fruta.

Dentre as motivações apontadas pelas catadoras de mangaba para o comércio da fruta, a referência é feita à necessidade financeira como complementação da renda familiar. “A gente catando para fazer um dinheirinho” (Catadora V, durante a aplicação do DRP, 2017).

Eu morava no Santo Amaro. Tem uns 18 anos que moro aqui. Quando eu cheguei aqui não sabia catar mangaba, aprendi aqui. Eu não vendia mangaba lá. Lá não tem mangaba. Lá eu não conhecia a mangaba. Quando eu vim para cá, muita gente já catava mangaba (Catadora O, durante a aplicação do DRP, 2017).

Nesse sentido, como consequência da comercialização da mangaba pelas catadoras de Barra dos Coqueiros e posteriormente por ser uma prática rotineira na localidade, outras pessoas passaram a aprender e a desenvolver o extrativismo mesmo vindo de outros lugares em que a atividade não existia.

As catadoras de mangaba recordam de outras catadoras que moram em Santo Amaro e se deslocavam para Barra dos Coqueiros somente para a atividade da coleta da mangaba. “Eu me lembro de catar mangaba lá em Filizola e muita gente saía de Santo Amaro para catar mangaba no Arrebancado” (Catadora R, durante aplicação do DRP, 2017).

Em relação a coleta de outras frutas para comercialização, as participantes do DRP recordam que o murici já tinha possibilidade de venda.

Uns quarenta anos atrás a gente catava murici e levava para o antigo Bumba. Era um lugar onde se fazia várias cachaças lá na rua Santa Rosa em Aracaju. O preço era muito baixo. Eles (o lugar Bumba) tinham uma vasilha de medida para o murici grande, tinha que ter muito murici para encher a vasilha deles (Catadora B, durante aplicação do DRP).

As mulheres com mais de 40 anos de idade afirmam que atualmente no mesmo local ainda se vende cachaças de diversos tipos, garrafas e rolhas, mas com outro dono. Entretanto, as mesmas não comercializam mais nesse local, vendem o murici para fazer produção de doces na unidade de produção das catadoras.

No processo de aplicação da DRP, verificou-se que muitas das falas das catadoras de mangaba reportavam às recordações de histórias de suas mães e avós, e mesmo se algumas já tivessem morrido, ainda assim permanecem vivas nas memórias das filhas e netas que relembram os momentos do extrativismo e repassam oralmente as vivências com a cata da mangaba.

Ao analisar as falas dos membros das comunidades participantes da aplicação do DRP, observamos que no processo de territorialização das áreas de remanescentes de mangabeiras no município de Barra dos Coqueiros deveu-se a três importantes fatores: disponibilidade do recurso natural, a relação cultural e ao fator econômico.

A necessidade de controle do recurso natural diz respeito à mangaba, fruto disponível, porém não era aproveitado economicamente. Este aspecto ressalta que por mais que as mulheres utilizassem a fruta na produção de suco, era algo feito ocasionalmente e não se tinha dado uma importância maior ao fruto da mangabeira.

A relação cultural se dá em virtude da cata da mangaba existente e praticada em outra localidade. Assim, já se praticava o extrativismo da mangaba em outro município e com a

mudança de lugar e a disposição do recurso, pode-se executar a mesma atividade, embora com nuances diferentes do novo lugar.

O fator econômico se mostra com importância maior no desenvolvimento do extrativismo em Barra dos Coqueiros. A necessidade de melhorar a fonte de renda principalmente pelas mulheres resultou na transferência de saberes tradicionais de um lugar para outro permanecendo a forma de sustento familiar.

É evidente que o fator econômico se mostra com maior relevância para o desenvolvimento do extrativismo da mangaba em Barra dos Coqueiros. A necessidade de melhorar a renda, principalmente pelas mulheres, resultou na transferência de saberes tradicionais de um lugar para outro permanecendo assim a forma de sustento familiar e a perpetuação do conhecimento extrativista.

Nesse sentido, as mulheres catadoras de mangaba transformaram o espaço praticamente inutilizado, em territórios fecundos de extrativismo da mangaba construído das relações cotidianas presentes em suas diversas formas de trabalho advindas da mangaba.

Assim, foram identificadas as catadoras de mangaba precursoras dos procedimentos de criação de aspectos importantes capazes de tornarem-se as principais agentes de transformação dos processos de territorialização das áreas de remanescentes de mangabeiras no município de Barra dos Coqueiros.

4.2 Relações de Poder e os Caminhos da Desterritorialização da Mangaba

Para essa fase da pesquisa, os questionamentos relativos aos partícipes da aplicação da DRP tiveram o foco nas transformações relativas ao extrativismo da mangaba que podem estar relacionadas aos investimentos para o desenvolvimento do turismo em Barra dos Coqueiros, a partir de 1995 com a criação do PRODETUR NE. Assim, foram feitas indagações vinculadas às mudanças ocorridas antes e depois do programa.

Em relação ao quantitativo de famílias que praticam o extrativismo da mangaba, desde a época da criação do PRODETUR NE há cerca de 21 anos e, que atualmente mora nos povoados Olhos D'Água e Capoã, os participantes do DRP demonstram bastante familiaridade com os dados, mesmo não sabendo o quantitativo exato das famílias. “Eu não sei quantas famílias tem, só sei que todas catam mangaba. Todas, menos os “turistas”” (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Ao citar que todas as famílias catam, a catadora de mangaba B estabelece referências às famílias que moram a mais 20 anos, que tem o poder aquisitivo baixo e ao menos um membro familiar pratica o extrativismo da mangaba.

Ao colocar exceção aos “turistas”, a catadora os definem com um poder aquisitivo superior e que os rendimentos não provem da coleta da fruta.

Nesse momento de questionamentos sobre a quantidade de famílias extrativistas da mangaba, as partícipes do DRP recordam que contribuíram para o mapeamento realizado pela EMBRAPA com informações contidas no Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe: ameaças e demandas em 2009. Outro fato também revivido pelas mulheres foi o mapeamento construído pelo MCM em que a maioria delas contribuíram aplicando as entrevistas com as outras catadoras de mangaba nos povoados Olhos D’Água, Capoã e Jatobá.

Outra informação considerada de relevância está relacionada ao aumento de famílias que catam mangaba e na diminuição do número das mangabeiras. Foi reforçado que muitas pessoas que praticavam o extrativismo atualmente não catam mais mangaba e não tem plantio de roça e nem de pesca, e trabalham em condomínios ou empreendimentos no município de Barra dos Coqueiros. Nesse sentido, a desterritorialização parece evidente.

Outro aspecto interessante descrito pelas partícipes do DRP demonstra que não é pelo fato de que um membro familiar trabalhe em condomínio que impossibilita que outras pessoas do mesmo núcleo familiar colem a mangaba. Normalmente, mesmo com a existência de um trabalho formal no núcleo familiar, ao menos um dos demais membros continua na cata mangaba.

Diante do conhecimento da realidade apresentado pelos participantes do DRP, foi sugerida a possibilidade de identificação das famílias que coleta a mangaba nos povoados Capoã e Olhos D’Água. A metodologia utilizada para essa fase do diagnóstico foi estabelecida conforme a experiência e vivência dos comunitários em conhecer os nomes das famílias que praticam o extrativismo da mangaba. Os quadros 4 e 5 representam os nomes das famílias citados pelos partícipes do DRP.

Quadro 4: Identificação das famílias extrativistas da mangaba do povoado Capoã.

Quantidade e identificação das famílias			
01- Silvana	02- Negona	03- Luzia	04- Maria Ceres I
05- Joana	06- João	07- Di	08- Maria Ceres II
09- Neide	10- Val	11- Dimoça	12- Maria Ceres III
13- Filha de Neide	14- Mulher de Miro	15- Goidcha	16- Elze
17- Mulher de Adelmo	18- Zé Ano	19- Peca	20- Lourdes

21- Vermelho	22- Zezinho	23- Gilma	24- Binha
24- Luzia	25- Ana	26- Lourdes	27- Simone
28- Carmelita	29- Famílias do Sítio Anselmo	30- Pelé	31- Gringo
32-Comadre Tereza	33- Bira	34- Dona Zuleide	35- Adriana
36- Bióga	37-Maria	38-Maria de Beto	39-Filhos de Lourdes II
40-Lia	41-Dona Lourdes	42-Branca	43-Filhos de Lourdes III
44-Selma	45-Lourdinha	46-Dui	47-Neidinha
48-Joelma	49-Euvira	50-Neuza	51-Filhos de Lourdes I
52-Maria de Negão	53-Ilda	54-Filho de Neuza	55-Tonho Cateca
56-Filha de comadre Netinha	57-Aparecida	58-Maria	59-Maria
60-Valda	61-Maria	62-Nilza	63-Ceição

Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus durante a aplicação do DRP, 2017.

Para o povoado Capoã, os partícipes do DRP citaram a existência de cerca de setenta famílias em que ao menos um membro familiar tinha a mangaba como fonte de renda e citaram sessenta e três nomes de famílias. Este quantitativo demonstra a relevância do conhecimento sobre o grupo social do qual faz parte e atualiza as informações existentes nos documentos oficiais e nos trabalhos acadêmicos aqui resgatados.

Quadro 5: Identificação das famílias extrativistas da mangaba do povoado Olhos D'Água.

Quantidade e identificação das famílias	
1-Aica (morava na Capoã)	7-Rosinha
2-Preta (morava na Capoã)	8-Lica
3-Sileninha	9-Maria José
4-Cleide	10-Didi
5-Filho de dona Maria	11-Maró
6-Deni	12-Tereza

Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus durante a aplicação do DRP, 2017.

O mesmo procedimento foi empregado para a comunidade de Olhos D'Água. Quanto ao número de famílias, foram identificadas somente doze. Quantitativo expressivamente menor ao compararmos com o povoado Capoã. Deste modo, o somatório de famílias que praticam o extrativismo da mangaba, conforme dados fornecidos pelas participantes do DRP, corresponde a setenta e cinco famílias.

Quando questionada sobre a possibilidade da existência de famílias que só dependessem financeiramente da coleta da mangaba, os partícipes foram unânimes: disseram

que não. As mulheres acreditam que pelo fato da mangaba não dar o ano todo não há condições para sobrevivência econômica somente com a atividade do extrativismo da fruta. No período da safra existe uma probabilidade maior de sustento pela fruta, porém existem as famílias que são mais dependentes do extrativismo da mangaba, e outras menos. Outro dado representativo dessa dependência parcial está na variação de preço da fruta que “às vezes tá alto, as vezes tá baixo” (Catadora N, durante aplicação da DRP).

Vale ressaltar que o número de famílias que se dedicavam ao extrativismo da mangaba na época da criação do PRODETUR NE, há 21 anos era bem menor. “Depois as famílias foram se multiplicando. Filhos dos filhos” (partícipe K, durante aplicação da DRP). “Antes não se tinha muito que fazer com a mangaba. Hoje ela tá muito valorizada. Antigamente, menos da metade do número de famílias que catam hoje. Cerca de 20 a 30 famílias” (Catadora B, durante aplicação da DRP).

De fato, as mulheres alegam que antes tinha um número menor de pessoas vivendo na Barra dos Coqueiros e nos povoados, e a mangaba não tinha o valor econômico que tem hoje (valor de venda). Consequentemente, existiam menos pessoas catando mangaba. Em relação ao gênero que praticava a atividade os homens eram relativamente poucos, praticamente inexistentes, configurando a atividade com o gênero feminino. Nesse sentido, grosso modo, quem cata mangaba é a mulher.

“Antes a gente era criticada por panhar mangaba. Quando a gente passava por certas partes (local do povoado), a mangação cobria. Era preconceito. Por que a gente era mais pobre” (Catadora S, durante aplicação da DRP).

Diante dessa situação, acredita-se que além da jornada de trabalho envolvendo o extrativismo, os preconceitos provenientes da coleta da mangaba eram exacerbados. As mulheres que catavam mangaba eram criticadas porque possuíam um poder aquisitivo baixo. Assim, ao passarem por uma região chamada de Vegé, ouviam-se gargalhadas e zombarias.

Ao analisar esta situação, o preconceito relatado pelas mulheres pode ser um dos motivos porque as catadoras de mangaba passaram tanto tempo no anonimato e sem o autoreconhecimento. Assim, a cata da mangaba não tinha a importância social, cultural e ambiental que tem hoje.

Nesse sentido, os territórios da mangaba se apresentavam com pouca valorização da fruta, como também, por desvalorização social dirigida a quem se utilizava da mangaba como fonte de renda principal. Em relação ao preconceito e a exclusão, atualmente a situação é diferente, porque a valorização social, econômica e identitária da cata tornou-se evidente e foi registrada nas falas das mulheres:

Quem é que não cata mangaba aqui? Só os turistas, por que a maioria cata (Catadora G, durante aplicação do DRP).

É preciso avaliar que o valor da fruta aumentou, porém não aumentou a quantidade de mangaba. Muito pelo contrário inclui pagamentos pela coleta e as áreas de cata diminuíram (partícipe K, durante aplicação da DRP).

Antes se vendia mangaba nos cestos, vendiam mais baratos (Catadora R, durante aplicação de DRP).

Diante da necessidade de outras fontes de renda, além da coleta da mangaba, as catadoras desenvolviam as atividades de pesca artesanal (manguezal, várzea e mar), plantio de roças (mandioca, quiabo branco, maxixe, melancia), criação de porcos, cabras, galinhas, bois (pequena escala), juntada de coco, coivaras, adubação dos coqueiros com estrumes de galinha, trabalhavam na casa de farinha (preparavam beijos, bolos, farinhas), comercialização de frutas (mangaba, massaranduba, carrasco, murici). Muitos desses trabalhos eram esporádicos e ganhava-se referente ao pagamento pelo dia de trabalho.

Atualmente, as atividades são voltadas para pesca artesanal, comercialização na Rodovia SE 100 Norte, produção de doces, cata da mangaba, roça (pequena quantidade), criação de galinhas, porco, gado (pequena escala), venda de outras frutas (manga, murici, cambuí), administração de sítios de terceiros, e trabalhos variados em bares e restaurantes locais.

As recordações dos momentos vividos por essas mulheres demonstram certo saudosismo das atividades praticadas anteriormente. As extrativistas recordam desses momentos com muita satisfação. O semblante das mulheres muda ao relatar sobre suas antigas atividades econômicas e outras vivências. “Era um tempo maravilho, era um tempo de satisfação. Era um tempo que era rica e não sabia” (Catadora S, durante aplicação da DRP).

Em alguns momentos do DRP, as mulheres lembraram de plantas frutíferas que eram abundantes nas comunidades costeiras locais e que hoje há muita dificuldade em encontrá-las, a exemplo de carrasco, manipuçá e manjelão.

Ao abordarmos acerca dos rendimentos oriundos do extrativismo da mangaba, as partícipes explicam que antes (cerca de 20 anos) o dinheiro era contado em reais e possivelmente durante a safra da mangaba, que compreende aproximadamente seis meses, podia faturar ao menos um salário mínimo, durante os meses de coleta da mangaba. As variações relacionadas ao comércio do fruto são constantes, podendo ter rendimentos maiores

ou menores. Nos meses em que existe um maior quantitativo de mangaba, o faturamento é maior do que um salário, porém isto não é uma constante nos outros meses.

As mulheres apontam que normalmente os meses de janeiro e fevereiro são bons para coleta e comércio da fruta, mas nos outros meses não conseguem obter uma sequência de ganhos com regularidade. Nos meses em que se verifica uma maior quantidade de mangaba, a fruta torna-se mais barata, mas mesmo assim, é nessa época do ano que a rentabilidade aumenta. Já nos meses que não existe tanta oferta ou disponibilidade de mangaba, a fruta torna-se mais cara, mas o valor da renda familiar não altera muito.

O valor do salário mínimo para época era em torno de 120 reais (há 20 anos). Para as partícipes, o valor de compra de antes não é o de hoje. Elas acreditam que antes poucas pessoas faturavam mil reais, mas quem conseguia tais rendimentos tinha um poder de compra maior do que nos dias atuais. Para a época, vendia-se mangaba normalmente de três a quatro vezes por semana e os melhores dias para o comércio da fruta eram às sextas-feiras, sábados e aos domingos.

Na atualidade, para quem comercializa na Rodovia SE 100 Norte, cálculo realizado em dezembro de 2016, estima-se rendimentos em torno de R\$900,00 tendo como base no consumo de quatro vasilhas por dia no valor de R\$7,50 cada uma. Os membros das comunidades locais ressaltam que este valor normalmente sofre variações para mais ou para menos. Assim, para quem comercializa na rodovia as mulheres apontaram uma média de R\$700,00 por mês na época da safra. Vale ressaltar que nesses valores calculados não estão inseridos os montantes e gastos com compra da mangaba, transporte e outros elementos vinculados estritamente ao circuito econômico da atividade.

Para as pessoas que comercializam na área externa do mercado Albano Franco e na Central de Abastecimento de Aracaju (CEASA), estipula-se rendimentos em torno de R\$1.200,00 considerando a comercialização de 8 baldes de mangaba vendidos a R\$20,00 cada um, duas vezes por semana. Assim, são auferidas uma média de R\$1.000,00 por mês, conforme informações das partícipes do DRP.

É importante considerar que no comércio feito nos mercados centrais de Aracaju ou no CEASA, os custos com taxas para venda e custos com transportes aumentam. Nesse sentido, são variáveis econômicas relevantes nesse processo de comércio realizado na área externa do desses mercados. No CEASA, por exemplo, paga-se um valor para comercialização no local. Na área externa do mercado Albano Franco não existe cobrança no valor de taxa. Ao relacionarmos o comércio na rodovia, no setor externo dos mercados de Aracaju e do CEASA, podemos considerar que no Albano Franco e CEASA pode-se vender um

quantitativo maior de mangaba com preços mais baixos. Já na Rodovia o quantitativo é reduzido, mas os preços são mais altos. Nesse contexto, existe a necessidade de alternância dos lugares para comercialização do fruto em função da quantidade e da perecibilidade da mangaba e da renda que vai ser auferida.

Um dado novo relativo a mangaba é que não se registrava a venda da “mangaba de vez”, retirada diretamente da planta, por catadoras para venda a outras catadoras de mangaba. Mas atualmente isso tem sido algo corriqueiro entre as práticas extrativistas. Assim, catadoras compram de outras catadoras, induz o amadurecimento da fruta e a comercializa em Aracaju, obtendo rendas mais elevadas.

Na investigação dos rendimentos relativos ao extrativismo da mangaba, durante a aplicação do DRP, estabeleceu-se de forma mais demorada que em outros questionamentos para a pesquisa. Dentre os motivos para maior dificuldade em fornecer informações sobre rendimentos vale ressaltar os seguintes fatores: não existe o hábito de registrar os valores das vendas; há o receio de divulgar informações referentes à renda a partir da mangaba; e, por último, mas nem por isso menos importante, há a dificuldade para calcular os custos econômicos.

Em relação à rotina das catadoras de mangaba, é conveniente destacar que a prática da coleta da fruta se processa de maneira diferenciada ao longo do dia, mesmo assim é necessário acordar cedo. “Minha irmã, se sai às 4h da manhã” (Catadora S, durante aplicação do DRP). “Eu acordo as 4h30 da manhã. Vou fazer a caminhada. Quando chego, vou aguardar minhas plantas. Depois tomo um cafezinho. Às 6h e pouco da manhã eu saio pra catar mangaba” (Catadora V, durante aplicação do DRP). Outras mulheres participantes do DRP afirmam que a rotina diária da Catadora V é um tanto diferente em virtude do tamanho das propriedades onde trabalham ou tomam conta juntamente com os maridos. Essas áreas são diversificadas em termos de árvores frutíferas, e tem mangabeiras, muricizeiros e cambuizeiros. Assim, pode escolher de certa forma o horário de catar mangaba.

Quando eu vou catar mangaba em Filizola, saio 4h30 da manhã sozinha. Com minha água, meu chapéu, meu gancho e minha bicicleta e saio. [...] E é assim acordando cedo para apanhar mangaba. Depois que cata a mangaba tem que lavar a mangaba (Catadora G, durante a aplicação da DRP).

A catadora G alterna sua rotina de coleta do fruto em área própria, um pequeno sítio com algumas mangabeiras, e em um sítio bem maior onde é necessário fazer o pagamento pela coleta da mangaba. Este exemplo de alternância, dá a possibilidade de aumentar o número de mangabas coletadas e assim aumentar a rentabilidade.

Lava a mangaba com água, pega uma faquinha para tirar o olho da mangaba. Depois coloca em uma caixa. E depois vai cuidar de pratos e almoço e depois descansa. Tem gente que ainda vai apanhar de tarde, mas outros não. Eu mesma não vou de tarde não. A mangaba coloca na caixa para escorrer a água. Para no outro dia empacotar (encapotar). Depois deixa ela (mangaba) lá quietinha, espera por dois dias. Se eu encapotar na quinta e vou vender no sábado (Catadora V, durante aplicação do DRP).

Na figura 16 tem-se a representação do extrativista da mangaba na lavando a fruta após a coleta. Durante o processo de limpeza da fruta é necessário a utilização apenas de água e durante a ocasião tira-se o “olho da mangaba” que auxilia no amadurecimento.

Figura 16: Mangabas lavadas após coleta pelo extrativista no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Acervo de Patricia Santos de Jesus.

As catadoras explicam que existem várias formas para encapotar ou empacotar a mangaba e esta técnica é usada para induzir o amadurecimento da mangaba que as catadoras definem como “de vez”. Esta mangaba “de vez” representa a retirada da fruta na árvore quando ainda está dura e leitosa. “Eu uso o balde e boto uma colcha por cima e ponto” (Catadora V, durante aplicação do DRP). “Outras não. Outras forram um pano no chão. Bota um plástico por baixo, bota mais um pano em cima, bota outro plástico e aí ponto” (Catadora B, durante a aplicação da DRP).

“Se a mangaba tiver bem de vez, bem boa ela amadurece lá no chão, estendida em um pano. Mas elas não amadurecem todas de uma vez só, vai amadurecendo aos poucos. No dia

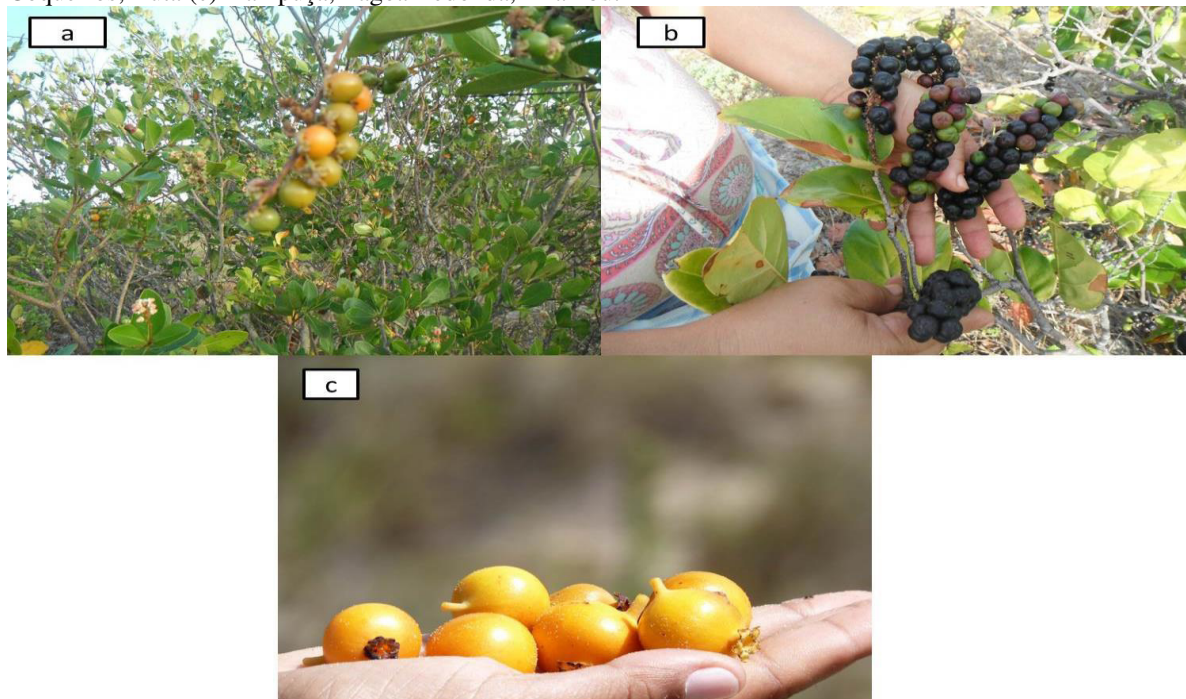
seguinte já tem mangaba morgando” (Catadora B, durante a aplicação da DRP). Nesse processo de deixar a mangaba amadurecer sem o uso do encapotamento, algumas mulheres extrativistas enfatizam que depois de alguns dias as mangabas perdem a qualidade. “Mas se demorar muito elas ficam engiadas” (Catadora G, durante aplicação da DRP). “Ela vai perdendo a qualidade. A fruta vai ficando opaca, murcha, sem vida” (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Depois que as mangabas estão amadurecidas, as mulheres esclarecem que “umas vão vender no mercado” (Catadora V, durante aplicação da DRP) outras vão “desempolpar para fazer doce. Outras também vão vender na pista (rodovia). Outras fazer geladinho” (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Para a coleta da mangaba, a busca pelas áreas de extrativismo pode significar percorrer certas distâncias no território. “No meu caso alguns metros” (Catadora V, durante aplicação do DRP). “Um quilômetro” (Catadora G, durante aplicação do DRP). “Uns três quilômetros” (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Em relação à coleta do murici e do cambuí as mulheres reforçam que é necessário ir até o Jatobá, situado depois do Parque Eólico, direção norte em relação aos povoados aqui em estudo. Para algumas mulheres extrativistas, existem a disponibilidade de coletar a mangaba nos quintais das suas casas, porém a quantidade não é suficiente sendo necessário percorrer distâncias maiores para acessar as áreas com maior número de mangabeiras. Assim, são normalmente percorridos entre 3 a 4 quilômetros para coleta da mangaba e uma distância maior para a coleta do murici ou cambuí. As figuras 17 a, b e c representam frutas encontradas na mata de restinga que as catadoras de mangaba conhecem.

Figura 17 Frutas: (a) murici povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros; (b) carrasco povoado Jatobá, Barra dos Coqueiros; fruta (c) manipuçá, Lagoa Redonda, Pirambu.



Fonte: Acervo de Patricia Santos de Jesus.

Em relação às distâncias percorridas anteriormente, há mais de 20 anos, as mulheres consultadas afirmam que houve mudanças nas distâncias percorridas, em virtude da dinâmica territorial recente e da construção de diferentes acessos para chegar aos locais dos frutos. Segundo as mulheres, a construção dos condomínios fechados impossibilita que seja percorrido o mesmo itinerário do final do século XX, dos anos oitenta e noventa.

Dos transportes mais comuns para chegar até as áreas que predominava um quantitativo maior de mangaba, destacam-se na visão das informantes que predominava a ida a pé, caminhando até as mangabeiras, muricizeiros e cambuizeiros, seguido da ida utilizando cavalo ou carroça.

Andei muito por essa varge (várzea) comprida com um cesto deste tamanho na cabeça. Ruim era quando chegava nos passadiços. Mas pegava o cesto grande tirava da cabeça botava no passadiço, atravessava e pegava o cesto novamente (Catadora D, durante aplicação do DRP).

Atualmente, é comum o fretamento de táxi, a utilização da linha de ônibus Via Norte, o uso de bicicleta e até de carro próprio. A prática de ir a pé ou de carroça ainda é encontrada, porém não é uma prática corriqueira e sim, bem esporádica.

Quanto aos membros das comunidades foram questionados sobre os ensinamentos da coleta da mangaba, ficou evidente que se trata de uma prática comum no ceio familiar passada de geração em geração.

Eu já ensinei as minhas filhas a catar mangaba (Catadora V, durante aplicação da DRP). Eu ensinei a meu marido, mas até hoje não sabe apanhar mangaba ainda (Catadora G, durante aplicação da DRP).

Íamos para Filizola. Enquanto eu ia catar mangaba com minha mãe, meus irmãos e meu pai ficavam na roça fazendo as covas. Depois de catar mangaba nós íamos para roça plantar quiabo, maxixe e feijão de corda. Mas isso era só quando tinha que plantar na roça, quando não, normalmente catava todo mundo junto (Catadora R, durante aplicação da DRP).

No processo de ensinamentos familiar para a coleta da mangaba, o grupo partícipe do DRP relata que não existe preferência entre ensinar ao filho ou a filha. Normalmente, ensina-se aos filhos e filhas, independentes do sexo. Segundo os depoimentos no DRP, o fato de praticamente só as mulheres catarem mangaba foi determinado pelos próprios homens. “Eles mesmo diziam que catar mangaba era coisa de mulher” (Catadora V, durante aplicação da DRP). “Porque os homens já tinham o trabalho deles. E a mulher com a filha já ia lá catar mangaba” (Catadora B, durante aplicação da DRP). Na figura 18 ilustra a relação de ensino necessário para a coleta da mangaba.

Figura 18: Ensinamentos da cata da mangaba passada da avó para neta no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Acervo de Patricia Santos de Jesus.

Mais recentemente, diante da valorização social, cultural e econômica da mangaba foram verificados alternância na prática do extrativismo. “No meu caso acontecia assim: eu apanhava mangaba dois três dias na semana. Enquanto meu marido ia vender. Eu mais os meninos (filhos e filhas) ia catar mais mangaba” (Catadora B, durante aplicação da DRP). “Atualmente, é mais comum ver adolescentes do sexo masculino trabalhando na coleta da mangaba. Hoje dos mais jovens eu vejo mais meninos (adolescentes) catando mangaba” (Catadora G, durante aplicação da DRP).

É inquestionável a superioridade no número de mulheres coletando mangaba nas últimas três décadas no litoral da Barra do Coqueiros. E está superioridade continua, mesmo com uma maior participação dos homens realizando a atividade atualmente. Há evidências de adolescentes do sexo masculino estarem se destacando na prática do extrativismo da mangaba nas duas localidades estudadas.

Nesse sentido, até os dias atuais a prática da coleta da mangaba por mulheres tem destaque, porém isso já foi mais evidente. Acredita-se que isso se deu como consequência da busca pelas próprias mulheres para aumentar o rendimento familiar com outras atividades econômicas, configurando pluriatividade rural. Seja como for, a safra da mangaba para muitas mulheres é um tempo de libertação, a possibilidade de aumento dos ganhos financeiros.

Eu gosto quando tem mangaba. É quando a gente ganha um dinheirinho para comprar as coisas. Eu fiz minha casa com dinheiro de mangaba e de roça”. Catando todo mundo junto, eu, meus meninos (filhos e filhas) e meu marido” (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Minha casa hoje tá arrumada com dinheiro de mangaba. Botei piso, portão com dinheiro de mangaba. A gente ganha até um pesinho a mais na época da mangaba (Catadora G, durante aplicação do DRP).

Das ferramentas necessárias para coleta da mangaba tradicionalmente, era comum o uso do gancho, cesto, rudia, lenço na cabeça, casaco, chapéu e calça (Figura 19). Nesse sentido, o gancho é uma vara de madeira acima de um metro de comprimento com a curvatura em uma das extremidades feita com arame ou galho de árvore, amarrado por cordão usado para retirar as mangabas das mangabeiras mais altas. No caso do cesto, é utilizado para colocar a mangaba depois da coleta, mas também serve para uso no processo de encapotamento. A rudia utiliza-se de um tecido enrolado em forma de um pequeno círculo usado para amortecer o atrito entre o cesto e a cabeça da catadora de mangaba. O lenço e o chapéu são necessários para proteger os cabelos do grude existente na mangaba. Já o casaco e a calça são utilizados para proteger o corpo do visgo da mangaba. Mas atualmente utiliza-se

mais comumente o balde, a caixa e o gancho, além das roupas mais compridas para impedir que a pele fique com o grude da mangaba.

Figura 19: Coleta da mangaba com gancho e com as mãos no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Acervo de Patricia Santos de Jesus.

Para o processo de aprendizado da coleta da mangaba, as mulheres são categóricas ao explicar que:

Não é fácil saber catar mangaba. Só se aprende fazendo. Não dá pra ensinar sem pegar, sem ver, sem olhar. Tem que aprender fazendo (Catadora R, durante aplicação do DRP).

Tem que olhar para mangaba para ver se tá boa. Se ela tiver amarelinha dá para panhar. Mais aí a gente tem noção pra tirar as de vez (Catadora V, durante aplicação do DRP).

Eu sei sem vê. Se colocar uma mangaba, mesmo com os meus olhos fechados, eu sei dizer se ela tá boa ou não. Se tiver de apaé, ela tem peso e a sensação. E a pele dela muda, fica macia (Catadora B, durante aplicação do DRP).

As mulheres ainda explicam que a mangaba de vez ou apaé corresponde ao fruto que está pronta para ser retirada da planta, a mangabeira. Porém, nesse momento a fruta ainda não está pronta para consumo humano. A fala das mulheres extrativistas é enfática nesse sentido:

Não. Não pode comer ela (mangaba). Porque a mangaba ainda tá dura, amarga e cheia de leite. Não dá pra comer (Catadora D, durante aplicação da DRP).

Mesmo uma mangaba de caída, ela caindo de manhã só de tarde é que vai tá boa para comer” (Catadora B, durante aplicação do DRP).

No processo de ensino da coleta da mangaba se evidencia a necessidade de vivências cotidianas realizada a partir da prática da coleta com todo seu itinerário sociocultural. É preciso ver a fruta para saber se está adequada para coleta da árvore e em alguns casos se faz necessário tocar para saber se está adequada para consumo. Nesse sentido, as experiências práticas que estas mulheres adquiriram no decorrer dos anos de vida são fundamentais para o entendimento da retirada da mangaba na mangabeira e estão associadas as heranças do cotidiano adquirido com forte viés familiar e feminino

Há diferentes maneiras para coleta da mangaba. Assim, existe mangaba de queda, apanhada no chão com as mãos, a mangaba coletada utilizando o gancho para puxar a fruta da árvore e a mangaba que pode ser retirada da árvore com uso das próprias mãos. Para essa última maneira, não necessita retirar o “olho” da mangaba.

Na figura 20 pode-se verificar a coleta da mangaba feita por catadoras e o registro de mangaba com pedúnculos (olho da mangaba) retiradas da árvore e mangaba de caída que despenca da mangabeira naturalmente.

Figura 20: Coleta da mangaba; mangaba com olho e mangaba de caída no povoada Capoã, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Acervo de Patricia Santos de Jesus.

A incidência de sol ou da chuva pode refletir diretamente quanto à textura, coloração e sabor da mangaba. A sabedoria popular, historicamente adquirida pelas mulheres e passada de

geração a geração, revela esse aspecto mais ambiental, climático e também agrônômico da planta:

A mangaba de inverno (época das chuvas) ela fica mais escura, mais vermelha. E no verão ela é mais amarelinha (Catadora G, durante a aplicação do DRP).

A mangaba mais vermelha é mais docinha. Já as mangabas de verão mais azedinhas, doces mais com um azedinho (Catadora R, durante a aplicação do DRP).

As mulheres extrativistas não identificaram mudanças nas texturas, nos sabores e na coloração da mangaba ao longo dos últimos anos. Desse modo, não foram identificadas modificações na mangaba durante o inverno (época das chuvas) e tampouco, no verão. Assim, ainda se registra a presença da mangaba mais vermelha, que tem sabor mais adocicado, enquanto as amarelinhas têm sabor mais cítrico.

Existe um tipo de mangaba em que as mulheres catadoras não conseguem fazer uso e nem aproveitamento e também apresenta sabor diferenciado. “A mangaba de cachorro é aquela que quando cai tem uma mancha queimada do sol” (Catadora R, durante a aplicação do DRP). “Ela cai com uma mancha, ela não serve para nada. Ela cai doente” (Catadora B, durante a aplicação do DRP).

“Tem também a mangaba de botão e a de flor. A de botão são mais graúdas, melhor para venda. Já as mangabas de flor não, essas são miudinhas, mas tudo é mangaba” (Catadora B, durante aplicação do DRP). Na figura 21 a mangaba nascida a partir da flor e do botão.

Figura 21: Flor da mangaba e mangaba de botão no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Acervo de Patricia Santos de Jesus.

Além da rotina de coleta da mangaba, as catadoras muitas vezes também desempenham o papel de comerciante, porém para algumas mulheres é mais fácil passar a

fruta para outra catadora comercializar. Assim, “algumas catam e vendem e outras, só catam” (Catadora R, durante aplicação do DRP). “No meu caso eu cato e entrego. Eu apanho lavo e entrego a mangaba de vez mesmo a outra catadora” (Catadora O, durante a aplicação do DRP).

Um outro dado novo chamou a atenção no momento do DRP para a desterritorialização. As mulheres extrativistas afirmam claramente que anteriormente era mais comum encontrar catadoras desempenhando todos os processos, desde a coleta até a comercialização. Há uns 20 anos “a catadora normalmente catava, encapotava e vendia. Hoje umas catam, encapotam e vende, enquanto outras catam e entrega mangaba dura a outra catadora e ela (catadora) é quem vende” (Catadora B, durante a aplicação do DRP). Isso normalmente “[...] acontece com as catadoras que tem carro. Elas compram mangabas de outras catadoras e vendem em Aracaju” (Catadora N, durante aplicação do DRP).

As catadoras participantes do Diagnóstico enfatizam a entrega de produtos e mangaba para merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas a entrega da fruta foi mínima:

A fruta só uma vez, seis baldes de mangaba, mas as merendeiras não quiseram fazer o suco e a prefeitura não colocou mais na merenda escolar. Os bolinhos, colocamos em mais quantidade. Isso foi no ano de 2014. Depois parou. A prefeitura mudou o edital e não conseguimos botar mais. Estamos vendo para esse ano de 2017 para ver se a gente bota mais bolinhos para a merenda, vai depender do edital da prefeitura (Catadora S, durante aplicação do DRP).

Em relação aos preços da fruta para comercialização, é difícil precisar os valores da mangaba vendidos há mais de 20 anos, porém no diálogo permitido pelo DRP foi possível evidenciar que mulheres antes vendiam a fruta em cestos pequenos no valor de R\$3,00. Atualmente, os preços da mangaba são variados de acordo com a disponibilidade do fruto e o tamanho das embalagens para venda. Assim, o preço do balde com capacidade 8 de litros pode variar hoje, no ano de 2017, de R\$10,00 a R\$50,00. Mas a variação do preço também é sazonal. Durante o último mês de dezembro, a vasilha de 500ml da fruta custava R\$5,00. Nesse aspecto, quanto maior a disponibilidade da fruta, menor é o preço de venda. Durante o mês de fevereiro de 2017, podia-se comprar um balde de mangaba madura própria para consumo com capacidade para 8 litros no valor de R\$25,00 e a vasilha de capacidade de 8 litros vendidos na Rodovia com valor final variando entre R\$12,00 e R\$15,00. Em algumas épocas do ano pode-se encontrar o balde de caju vendido a R\$10,00 e balde do murici por R\$20,00

Quando indagada sobre o beneficiamento da mangaba e de outras frutas, as mulheres citaram que a produção é diversificada, mas a mangaba é o carro chefe do processamento. Os quadros 6 e 7 representam as frutas e os produtos, como também os valores correspondentes para cada produto.

Quadro 6: Descrição das frutas e dos produtos beneficiados.

Frutas	Beneficiamento
Cambuí	Licor, geleia, bolo, biscoito.
Murici	Licor, bolo, geleia, biscoito.
Mangaba	Compota, geleia, doce, bala, biscoito, bolo, torta, pão de mel, <i>tartelete</i> , trufa, bombom.
Caju	Compota, licor.
Manjelão	Geleia.
Araçá	Doce.

Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus durante a aplicação do DRP, 2017.

Quadro 7: Produtos beneficiados e preços.

Beneficiamento	Preços
Licores	R\$5,00; R\$7,00; R\$12,00; R\$24,00
Geleia	R\$5,00; R\$12,00; R\$15,00
Biscoitos	R\$5,00
Bala	R\$0,50; R\$5,00
Tartelete	R\$3,00
Bolinho	R\$2,00
Torta	R\$60,00; R\$70,00 R\$80,00
Pão de mel	R\$4,00
Compota	R\$15,00

Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus durante a aplicação do DRP, 2017.

Nesse momento da argumentação, vale ressaltar que o processo de beneficiamento dos produtos da mangaba foi motivado pelo autoreconhecimento das catadoras, pela criação do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM) e pela valorização da mangaba que contribuiu para que, no ano de 2008, a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (SEIDES) executasse oficinas de beneficiamento da mangaba com as catadoras dos povoados Olhos D'Água, Capão e Jatobá (JESUS, 2010).

Todavia, muito antes das ações de beneficiamento da mangaba, as mulheres relataram que tinha uma senhora que fazia um doce a partir da mangaba inteira colhida “de vez” da mangabeira. Nessa época não se pensava em comercialização de produtos com a mangaba, mas o licor de murici já era conhecido e produzido em Aracaju.

Em relação ao sentimento que as catadoras têm pela mangabeira e a importância que é dada à fruta, as catadoras são enfáticas em afirmar seu reconhecimento quanto ao valor e a importância da mangaba:

Amor de mãe. A mangabeira é como se fosse uma mãe para mim (Catadora D, durante a aplicação do DRP).

É tudo de bom! Porque tudo da mangabeira é importante para gente. Porque você vê das folhas se faz chá. Do leite se toma para o estômago e para cicatrizar passa por cima do local. E do fruto dá para fazer essas coisas todas que é delícia: geleia, balas, biscoitos. A mangabeira é uma coisa única para minha vida, mas também para todas as catadoras. A mangabeira só traz beneficiamento (Catadora B, durante a aplicação do DRP).

A mangabeira é minha amiga (Catadora G, durante aplicação do DRP).

Quando não tem mangaba a coisa fica feia. A mangabeira é linda (Catadora O, durante a aplicação do DRP).

A mangabeira para nós significa tudo na nossa vida, na nossa casa, na nossa família, no nosso meio. A mangabeira hoje é como uma mãe para nós. É uma mãe de leite que dá os frutos. Dá o sustento das famílias (Catadora S, durante a aplicação do DRP).

O sentimento é de tristeza quando eu vejo a mangabeira cair no chão. E o futuro da gente vai se acabando. O futuro da gente é a mangabeira. O povo “derriba” e a gente fica desesperado. A mangabeira é importante em tudo. É no comer, é no beber, é no remédio é em tudo. Em tudo ela é importante (Catadora E, durante a aplicação do DRP).

A mangabeira é fonte de renda e também traz outros benefícios associados à função de sombra, fitoterápico e vermífugo. Outra importância da árvore para estas extrativistas está no sentimento de pertencimento demonstrado na relação imbricada entre essas mulheres, a árvore e o fruto.

Apesar dessa relação se mostrar tão íntima e contundente, as catadoras relatam dificuldades relacionadas ao extrativismo da mangaba, principalmente no que diz respeito ao acesso as plantas:

Antes tínhamos acesso livre, hoje não temos mais. Ia lá catava e pronto. E hoje depois da ponte, aí a gente não tem mais acesso livre. Os donos de sítio cercaram tudo e se a gente quiser ter a mangaba, a gente compra a eles, mas é a gente que tem que catar a mangaba (Catadora B, durante a aplicação do DRP).

Os valores de cobrança pela coleta da fruta são taxados pelos donos de sítios e administrados pelos caseiros. “Uns cobram R\$4,00 reais e outros R\$5,00 pelo balde de 10

litros. Era menos agora tá mais caro. Há uns dois anos era R\$2,50” (Catadora L, durante aplicação do DRP). Nesse processo, além da coleta da mangaba feita pelas catadoras, as mulheres têm que pagar pela mangaba.

Vale ressaltar que há 20 anos não existia esse processo de compra da fruta pelas catadoras, existia somente a coleta livre ou através do sistema de meeiro, configurando um extrativismo mais em estado puro, para defini-lo de uma maneira simples. Mas para algumas catadoras, o fator pagamento para coleta da mangaba não é o problema mais grave, e sim a derrubada das mangabeiras que as impedem definitivamente de colher o fruto e configuram uma clara e evidente desterritorialização.

“Antes não davam importância para elas (mangabas). As mangabas se perdiam nos pés” (Catadora R, durante aplicação do DRP). Esta visão sobre a representatividade das mangabas e das mangabeiras faz referência direta ao valor econômico e social da mangaba que antes existia. Os próprios sitiantes não davam importância à fruta nem às terras onde as mangabeiras estavam inseridas. O valor de mercado da terra também era baixo, muitas vezes as ofertas de compra pelos terrenos não existiam. A territorialidade era cultural.

No que diz respeito ao número de mangabeiras, ao comparar o quantitativo de 20 anos, as partícipes mostram preocupação relativo a estes dados e ressaltam que antes existiam mais da planta do que nos dias atuais. “Não. Por causa dos condomínios. Tá chegando e acabando com tudo. Tem menos, bem menos. Hoje temos menos da metade das mangabeiras que existiam” (Catadora B, durante a aplicação da DRP).

Para as mulheres consultadas, depois da ponte Construtor João Alves as terras no município de Barra dos Coqueiros ficaram bastante valorizadas. “Antes as terras aqui não tinham valor nenhum, se trocava os terrenos até por bicicleta” (Catadora R, durante a aplicação do DRP). Depois da ponte as ameaças as mangabeiras se intensificou.

Vieram os condomínios de luxo até os condomínios resort que nem eu sabia que existia e saíram cortando tudo, mangabeiras, muricizeiros, cajueiros, muricizeiros (Catadora R, durante a aplicação do DRP).

Porque agora está fazendo assim. Os condomínios fazem assim. Existe uma lei que protege a mangabeira, porque é nativa [...]. Ai o que é que os donos das construtoras estão fazendo, eles vão lá [...] um seu fulano está vendendo um terreno ali [...] então eles vão lá e dizem eu só compro sem as mangabeiras [...] os donos de sítios quer vender e vai lá e corta a mangabeira [...] por conta disso tá acabando as mangabeiras (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Após essa fala foi perceptível a mudança no semblante das partícipes, que ficam em meio a um silêncio que se misturam com sentimento de tristeza associado ao receio diante dos conflitos existentes ao abordar o assunto do desmatamento (Figura 22).

Ali mesmo tem o sítio que derrubaram tudo, deixaram pelado. Foi feito denúncia na ADEMA. Depois quando o cara foi lá e disse que não viu desmatamento nenhum. E ficou por isso mesmo. Até hoje se vê lá os troncos das mangabeiras no chão (Catadora B, durante a aplicação do DRP).

Figura 22: Derrubadas de mangabeiras para venda do terreno no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Acervo de Patricia Santos de Jesus.

Diante da dificuldade de acesso à fruta, algumas participantes do DRP apontam que não existe dificuldades de comercialização e relatam o aumento de locais para comercialização da mangaba.

Depois desse conhecimento sobre a mangaba, depois da divulgação a mangaba hoje a mangaba ficou mais vista. Tem gente que compra até polpa das catadoras de Baixa Grande. Com o projeto que beneficiou, elas (catadoras) ficaram com a parte das polpas [...]. Antes elas (catadoras) não tinha muita venda e hoje as pessoas estão indo lá para comprar a polpa de mangaba (Catadora B, durante a aplicação do DRP).

Para comercialização na área externa do mercado Albano Franco, as catadoras relatam que às 6h da manhã os fiscais aparecem e é suspendida a comercialização no local. É neste

horário quando os vendedores da área interna do referido mercado estão chegando para trabalhar. Os vendedores pagam pelo aluguel dentro do mercado e assim, não querem concorrência de quem não está inserido nesse processo. Em relação no CEASA, existe uma taxa para vender no local. Antes a taxa era cobrada por quantidade de baldes de mangaba que as catadoras levavam, mas atualmente a cobrança da taxa é única entre R\$ 10,00 a R\$ 25,00.

Para algumas das catadoras consultadas, as vendas da fruta ainda continuam fraca, principalmente quando chega outras frutas no CEASA, como é o caso o umbu, momento que se diminui a procura por mangaba. “A mangaba está pouca nos pés e mesmo assim não tem saindo muito” (Catadora G, durante aplicação do DRP).

Mesmo diante disso, as catadoras demonstram que em relação à comercialização aumentou significativamente os locais para venda da mangaba:

Antes a gente só vendia onde hoje é o estacionamento do G Barbosa, depois fomos vender na área externa do mercado Albano Franco. Depois tinha o mercado e o CEASA. Hoje podemos vender no CEASA, área externa do Albano Franco e na pista (Rodovia SE 100 Norte). Antes da ampliação da pista não vendíamos na pista não. Aí vem uns turistas de fora e compram a mangaba (Catadora R, durante a aplicação do DRP).

Ao discutirmos as contribuições para valorização da mangaba, as partícipes do DRP apontam dois importantes fatores: início da comercialização da fruta pelas catadoras de mangaba e as variadas pesquisas (sociais e agroecológicas) da EMBRAPA referentes à mangaba e ao extrativismo da mangaba.

No tocante às principais mudanças favoráveis e prejudiciais as catadoras de mangaba e ao extrativismo no município de Barra dos Coqueiros, as partícipes descrevem as seguintes situações:

A mangaba ficou mais valorizada. Não se fazia tantos produtos para vender de mangaba e agora já tem. Barra dos Coqueiros também ficou conhecida como município da mangaba. [...] hoje não temos muito acesso as mangabeiras como antes. Agora vendemos na pista (rodovia) (Catadora N, durante aplicação do DRP).

[...] estão cortando as mangabeiras. O bom é a gente ser reconhecida como catadoras de mangaba. Temos os nossos produtos da mangaba (Catadora S, durante aplicação do DRP).

Veja o valor que tem hoje a mangaba. Eu mesma fui mangada várias vezes quando eu passava por aquela localidade. Com minha roupa suja de leite. Hoje eu fico feliz porque várias pessoas que ficavam mangando hoje catam mangaba também. Então hoje é uma catadora igual a mim também (Catadora S, durante aplicação do DRP).

Quando eu comecei a vender mangaba na pista (rodovia) o povo dizia: tu é doida vai se acabar ai na pista, cai fora daí, vai vender o que ai? Saia dessa pista quente. E hoje vocês estão vendo quanta gente vende na pista (Catadora G, durante aplicação do DRP).

Em relação à coleta de outras frutas e à pesca, as catadoras reforçam que a quantidade também diminuiu significativamente: “O murici não pagamos por ele, mas também está acabando” (Catadora S, durante aplicação do DRP). “Muitos foram cortados também por causa dos condomínios” (Catadora G, durante aplicação do DRP).

Diante do aumento de construções dos condomínios, as dificuldades se mostraram para além da diminuição do extrativismo vegetal ou animal, porque os locais de acesso às áreas também foram afetados. “Temos dificuldades também porque com os condomínios tem local que não podemos mais passar por dentro. Para a gente pescar ou catar temos que arruinar” (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Assim, para as extrativistas da mangaba acessarem as áreas de extrativismo, não podem mais fazer o trajeto que faziam antigamente, a exemplo do acesso pela várzea considerado um percurso menor e mais fresco, ou seja, evidenciando relações de poder e desterritorialização.

Questionadas sobre uma possível solução diante dos problemas enfrentados e como forma de manter o extrativismo como prática nas comunidades, as participantes citam algumas proposições:

Os governantes atendessem nossa demanda de criar uma reserva para nós para que a gente tivesse esse fruto sempre. Uma reserva com local de mar, mangue, mangabeiras e restinga (Catadora S, durante a aplicação do DRP).

Que fosse cumprida da mangabeira não ser cortada (Catadora G, durante a aplicação do DRP).

A propositura de criação de área de extrativismo para as catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros foi demandada a partir de 2007 com a fundação do MCM. Porém até o momento não existe garantias de concretização, visto que o processo de desapropriação do sítio São José do Arrebancado foi inviabilizado.

Os conflitos relacionados às catadoras de mangaba, vinculados às práticas extrativistas são recorrentes. O que antes era visto com preconceito por pessoas da mesma comunidade agora se transformou em conflitos. As partícipes do DRP apontam ao menos dois principais conflitos existentes em virtude da coleta da fruta:

Existe, porque muitas falam que a gente quer tomar os sítios do povo. Existe (catadoras) as que pensam que vão deixar de catar mangaba por conta da associação das catadoras de mangaba. Isso existe muito aqui (Catadora S, durante a aplicação do DRP).

Existe o conflito com os proprietários da terra também. Tem que pagar para catar. Eles acham que vamos ficar com as mangabeiras deles (Catadora V, durante aplicação do DRP).

Antigamente se pegava mangaba lá em Filizola sem pagar era de graça. Agora paga R\$5,00, vende por R\$10,00. Ganha R\$6,00 (Catadora O, durante aplicação do DRP).

As partícipes do DRP reforçam que ao longo dos anos os conflitos se intensificaram a partir das diferentes visões que outras pessoas têm sobre as catadoras de mangaba:

Existem gente que acha que catadora esta rica porque teve um projeto patrocinado pela Petrobrás (Catadora V, durante aplicação do DRP).

Tem um vizinho [...] no terceiro sítio que diz: vou cortar as mangabeiras porque não vou enriquecer ninguém não (Catadora G, durante aplicação do DRP).

Contudo, as catadoras enfatizam que mesmo com a existência de conflitos, acordos pré-estabelecidos são presentes na prática do extrativismo da mangaba. Nesse sentido, há prioridade na coleta da mangaba para quem chega primeiro ao local de coleta e não se pode coletar da mangabeira em que tenha outra catadora coletando. “Quem chega primeiro é quem panha (coleta)” (Catadora O, durante aplicação do DRP). Assim, estas regras se mostraram permanentes e imutáveis ao longo dos anos, desde que o extrativismo da mangaba foi iniciado no município de Barra dos Coqueiros. Aqui se evidencia que a relação de poder estão na base da construção de territórios e na sua destruição.

Antigamente era mais fácil deixar de catar de tardzinha. Antes quase ninguém panhava mangaba no final da tarde. Porque o sol da tarde engana, todas parecem de vez. Mas hoje é muita gente catando, quem chegar primeiro apanha tudo (Catadora B, construção do DRP no povoado Capão, 2016).

Nessa perspectiva, houve um aumento significativo entre a disputa pela fruta entre o próprio segmento extrativista, acompanhado pela concorrência do local de comercialização da mesma. Há também o aparecimento de conflitos que estão relacionados à competição de comercialização da fruta na rodovia, roubos de mangabas já catadas, quebras de galhos e

coleta da fruta sem estar no tempo adequado. No caso destes dois últimos, são praticados por jovens em situação de vulnerabilidade.

As catadoras de mangaba relatam conhecimento nas formas de plantio da mangabeira, porém “só planta quem tem terra. Quem não tem a terra não planta. [...] Quem tem ao menos um pequeno espaço de terra normalmente planta” (Catadora B, durante a aplicação do DRP).

Para as mulheres acostumadas com a prática de plantio, o processo de cultivo da mangabeira é feito de forma simples:

Escolhe normalmente o local e a semente. daquelas mangabeiras em que a mangaba é maior e bem amarelinha, essa é a boa. Se eu olhar para mangabeira e vê uma mangaba bonita e grande aquela é a boa (Catadora G, durante aplicação do DRP).

Pode ser da mangaba branca (mangaba sem pigmentação), a da verdadeira, para fazer as mudas da mangaba. Aí peneira a mangaba, colocar em um pano ou em papel. Colocar na sombra, bem lavadinha para secar. Depois que ficar seca você pega ela, não pode colocar no sol, e coloca na geladeira, mas não pode passar de mais de um mês. Depois planta em um saquinho com três semanas, as sementes nascem (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Outra maneira usada tradicionalmente para propagação das plantas pode ser feita com ajuda de animais:

As vacas comem as mangabas, depois que elas defecam. Um tempo depois brotam as mangabinhas. E só pegar a mangabeira ainda pequena, separa umas três e plantar em um lugar e depois tem que irrigar. Nos primeiros meses é necessário irrigar sempre, mas depois não (Catadora R, durante aplicação do DRP).

Conforme relatos no DRP, os maiores cuidados com as mangabeiras são percebidos pelas catadoras mais experientes na coleta da fruta no tocante à impossibilidade de plantio em áreas que não são das catadoras. “Não plantamos no local que não é nosso, mas zelamos por ela (mangaba)” (Catadora B, durante aplicação do DRP).

Figura 23: Mudas de mangueiras, cajueiros e mangaba por germinar no povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Quanto às indagações sobre as principais mudanças no município de Barra dos Coqueiros que influenciaram na diminuição das áreas nativas de mangabeiras, foram feitas importantes considerações:

O aumento de pessoas na comunidade. Depois da ponte as pessoas começaram a procurar mais casas pra banda de cá. A partir da ponte diminuíram as mangabeiras (Catadora N, durante a aplicação do DRP).

Mas a ponte foi a melhor coisa que aconteceu, porque antes andava era de Tototó (Catadora O, durante a aplicação do DRP).

A ponte foi feita para beneficiar o turismo e o comércio (Catadora N, durante a aplicação do DRP).

Atualmente, o homem lá de Filizola do terceiro sítio vai pagar ao IBAMA para cortar as mangabeiras todinhas (Catadora O, durante a aplicação do DRP).

A ponte veio para beneficiar os condomínios. Aí veio gente de fora. A ponte veio para beneficiar gente de fora e não a comunidade em si. Foi pensando nessa expansão toda. Então até que ponto foi bom pra gente? Aí vai acabar com as mangabeiras (Catadora B, durante a aplicação do DRP).

Para alguns sujeitos consultados não existe a associação entre a ponte Construtor João Alves, o turismo, a especulação imobiliária e os condomínios como processos resultantes da diminuição das áreas de mangabeiras. Entretanto para outros, a construção da ponte foi uma intervenção pública para promover o turismo no município de Barra dos Coqueiros.

Além do turismo e comércio foi para beneficiar as construtoras, o hotel na Barra. Governador da época vivia dizendo que ia desenvolver o turismo daqui, mas como dizem que é dono de construtoras, então podia ser pelo próprio interesse (Catadora R, durante a aplicação do DRP).

Nesse sentido, a ponte Construtor Governador João Alves através do discurso para o desenvolvimento turístico refletiu em significativa forma de alterações da paisagem no município. Na época da construção da ponte houve o discurso da administração estadual no sentido de alavancar o turismo em Barra dos Coqueiros. Entretanto, isso não aconteceu e atualmente vê-se uma explosão ativa da especulação imobiliária que pode acelerar o aumento de construções e diminuição das áreas nativas para extrativismo com transtornos mais contundentes para as comunidades extrativistas.

Assim, acredita-se que os recursos financeiros investidos na Barra dos Coqueiros não foram suficientes para consolidação do turismo, mas não houve o planejamento para um turismo com o modelo de gestão compatível com as práticas desenvolvidas pelas comunidades extrativistas.

Contudo, para as entrevistadas ficou mais fácil o acesso para chegar a Barra dos Coqueiros e foram apresentadas outras intervenções governamentais oriundas de transformações em todo o município. Entre os destaques tem a construção, ampliação e iluminação da Rodovia SE 100 Norte e as alterações no Plano Diretor Municipal. “Com a mudança no Plano Diretor, aqui não é mais área rural, aqui é área urbana. Toda casa terá que pagar IPTU e os sítios vão ter que pagar IPTU também. Então ficará mais difícil” (Catadora B, durante a aplicação do DRP). Nesse contexto, o próprio município passa a considerar-se enquanto cidade urbanizada inserindo políticas de expansão e adensando as zonas rurais.

“A ampliação da pista (rodovia) só foi feita depois da construção de muitos condomínios” (Catadora D, durante a aplicação do DRP). Segundo a catadora S,

Mandamos ofício até para o Ministério Público Federal daqui de Sergipe porque acontecia muito acidente quando a pista (rodovia) não tinha acostamento. Mas nada. Só depois que muitos condomínios foram construídos. O acostamento veio para atender aos condomínios não a gente que mora a mais tempo.

Diante disso, as partícipes relatam que o mesmo aconteceu com o transporte público na comunidade:

Com o transporte foi a mesma coisa. Ficamos pedindo mais ônibus. Mas ônibus de integração só veio depois e só vai até perto do Maikai e volta. A comunidade reconhece o transporte não foram feitas para ela (comunidade)

mas se sentem felizes por ter mais acesso de transporte na comunidade mesmo que o sentido tem sido beneficiar outro público. A comunidade fez abaixo assinado, mas não foi atendida, os condomínios fizeram e conseguiram. Até a internet só tem para os condomínios (Catador J, durante aplicação do DRP).

Depois do acostamento na pista (ampliação da rodovia) ficou mais fácil vender mangaba. Os turistas passam aqui pista (rodovia) e compram nossas mangabas (Catadora G, durante a aplicação do DRP).

Verifica-se diante dessas falas as intervenções públicas relacionadas às vias de acesso, transporte, investimentos para o turismo e em outros setores, mas a participação e diálogo com a comunidade se apresentam mínimas ou inexistentes.

Quando questionadas das intervenções governamentais voltadas para o turismo as catadoras citaram importantes ações. Assim, indicaram a ponte Construtor João Alves, construção, ampliação e iluminação da Rodovia SE 100 Norte e o acesso as praias. Desses pontos assinalados nenhum correspondem a investimentos oriundos do PRODETUR, porém muitos tiveram aplicação de capital para desenvolvimento turístico complementares ao programa.

Em relação ao turismo, o olhar dos catadores é cético:

[...] aqui na Associação também já veio turista. Teve inclusive uma vez que o SESC veio aqui para ver os produtos, mas a estrada (Rua Nova) tava ruim naquela época, o carro atolou e eles (SESC) não vieram mais. Mas eles (turistas) não ficam aqui não (não existe pernoite). A não ser outros turistas (moram ou tem casa na comunidade) (Catadora S, durante aplicação do DRP).

No processo de identificação do turismo nos povoados ou no município de Barra dos Coqueiros, as catadoras relataram ao menos três tipos distintos de turistas: os turistas que passam pela Rodovia SE 100 Norte; os turistas que moram na comunidade; e os turistas que passam os finais de semana na comunidade. Estas pessoas tidas como turistas pela comunidade local não se enquadram na definição de turista estabelecida pela OMT, porém demonstram que as catadoras têm familiaridade e constataam transformações ocorridas no lugar de origem.

A partir dos investimentos para o turismo, o município Barra dos Coqueiros ficou cada vez mais valorizado. Entretanto, não se pode aferir que as inferências e reflexos na diminuição dos territórios de extrativismo das catadoras de mangaba sejam resultantes exclusivamente oriundos dos investimentos do PRODETUR ou complementares ao programa. Mas tais investimentos contribuíram para maior especulação do município.

Diante disto, os investimentos do PRODETUR e complementares ao programa podem inflacionar esse processo agravando a situação que previa impactos, mas não utilizou de atenuantes, medidas que pudessem reverterem essa situação.

É possível igualmente destacar a existência de sobreposição de territórios no município de Barra dos Coqueiros. As transformações ocorridas no município deflagram a situação do território do extrativismo da mangaba e ao mesmo tempo a competição dos territórios das construções, dos condomínios fechados, condomínios resorts, segundas residências, imobiliário turístico e dos investimentos claramente turísticos.

As catadoras apresentam certo reconhecimento relacionado aos investimentos turísticos no município de Barra dos Coqueiros, porém demonstram desconhecimento sobre o PRODETUR e suas ações para o município.

Em relação ao modelo de desenvolvimento turístico inserido no município de Barra dos Coqueiros, foi relatado somente que houve participação de algumas mulheres na construção do documento intitulado Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014, por meio de oficinas participativas promovidas pelo governo estadual. Em 2017, foi feita uma visita de representantes da Rede de Turismo de Base Comunitária do Estado de Sergipe com o objetivo de discutir sobre um tipo diferenciado de turismo. Além do contato desses representantes, as partícipes informaram que não tiveram diálogo com gestores públicos para discorrer sobre o turismo.

Diante das particularidades percebidas pelas catadoras de mangaba, vê-se a necessidade de diálogo com os gestores públicos no que se refere aos investimentos para o turismo e a possibilidade de garantias deste segmento de comunidades tradicionais na manutenção de seus territórios extrativistas.

4.3 A Reterritorialização da Mangaba

Para esta análise foram utilizadas duas ferramentas. A cartografia social com o foco na construção da oficina na qual as catadoras participantes desenharam os locais que constituem suas práticas extrativistas e assim, resgataram suas próprias territorialidades. A segunda ferramenta corresponde aos registros fotográficos que contou com a participação de duas catadoras de mangaba que estiveram presentes no momento de realização do DRP e da cartografia social. O intuito dos registros fotográficos foi de sinalizar, através da Rodovia SE 100 Norte, a localização do extrativismo da mangaba, os locais onde são feitas as coletas da mangaba associada com outras frutas, os territórios em que a mangaba pode ser coletada sobre

sistema de meia, compra ou áreas livres, como também os espaços que tiveram derrubadas de mangabeiras.

Nas figuras 24 a 29 estão apresentados o mapeamento social elaborado no DRP para construção da cartografia social.

Figura 24: Mapeamento social do povoado Olhos D'Água e parte do povoado Capão.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus, posterior a construção da cartografia social com as partícipes catadoras de mangaba.

No mapeamento com aplicação da cartografia social quinze pessoas construíram a representação do mapa com delimitação dos povoados Olhos D'Água, Capão e Jatobá. A inserção destes três povoados foi justificada pela presença de catadoras de mangaba dos povoados Olhos D'Água e Capão que praticam a coleta de murici e cambuí no povoado Jatobá.

As características dos desenhos do mapa se apresentam com a Rodovia SE 100 Norte cortando ao meio os povoados. Isto demonstra o grau de importância da rodovia para constituição de novas territorialidades favoráveis ou não às catadoras de mangaba. No desenho, a rodovia também se destaca por ser o local de investimentos para o turismo, segundo as partícipes do mapeamento, porém as mulheres não souberam identificar qual programa ou projeto de tais investimentos foi realizado.

No momento seguinte à delimitação territorial da rodovia, as mulheres definiram as áreas de manguezal, o estuário e o mar. Tais territórios, apesar das transformações geográficas

Figura 26: Mapeamento social parte do povoado Capoã sentido praia e sentido manguezal 1.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus, posterior a construção da cartografia social com as partícipes catadoras de mangaba.

O povoado Capoã se apresenta com maior delimitação territorial no mapa social devido a existência de áreas mais expressivas para o extrativismo da mangaba. Para este povoado, as construções dos condomínios fechados e de casas de segunda residência se destacam principalmente na rua Nova. É válido registrar o condomínio *resort* Maikai que se destaca pelo porte do empreendimento e pela força da reterritorialização, pois neste local praticava-se a coleta da mangaba e do murici e o plantio de roças em determinadas períodos do ano.

Figura 27: Mapeamento social parte do povoado Capoã sentido praia e sentido manguezal 2.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus, posterior a construção da cartografia social com as partícipes catadoras de mangaba.

Ainda na comunidade do Capoã há o registro de derrubadas de mangabeiras. Apesar disso ser uma constante, ainda são observadas muitas dessas plantas às margens da rodovia. Na proximidade da rua Nova, às margens da rodovia são localizados a comercialização da mangaba e de outras frutas em pequenas barracas.

Na rua Nova está localizada a Unidade Produtiva das catadoras de mangaba, território de beneficiamento da mangaba e de outras frutas encontradas na região. A comercialização dos produtos da mangaba normalmente é feita em eventos na Universidade Federal de Sergipe (UFS), no box da Economia Solidária no mercado municipal de Aracaju, e mais recentemente, os bolinhos de mangaba estão sendo entregues para merenda escolar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A rua Nova também representa o caminho de acesso até a praia e para prática de pesca, devido as construções de mais condomínios em outros terrenos que dificultaram o acesso a esses lugares.

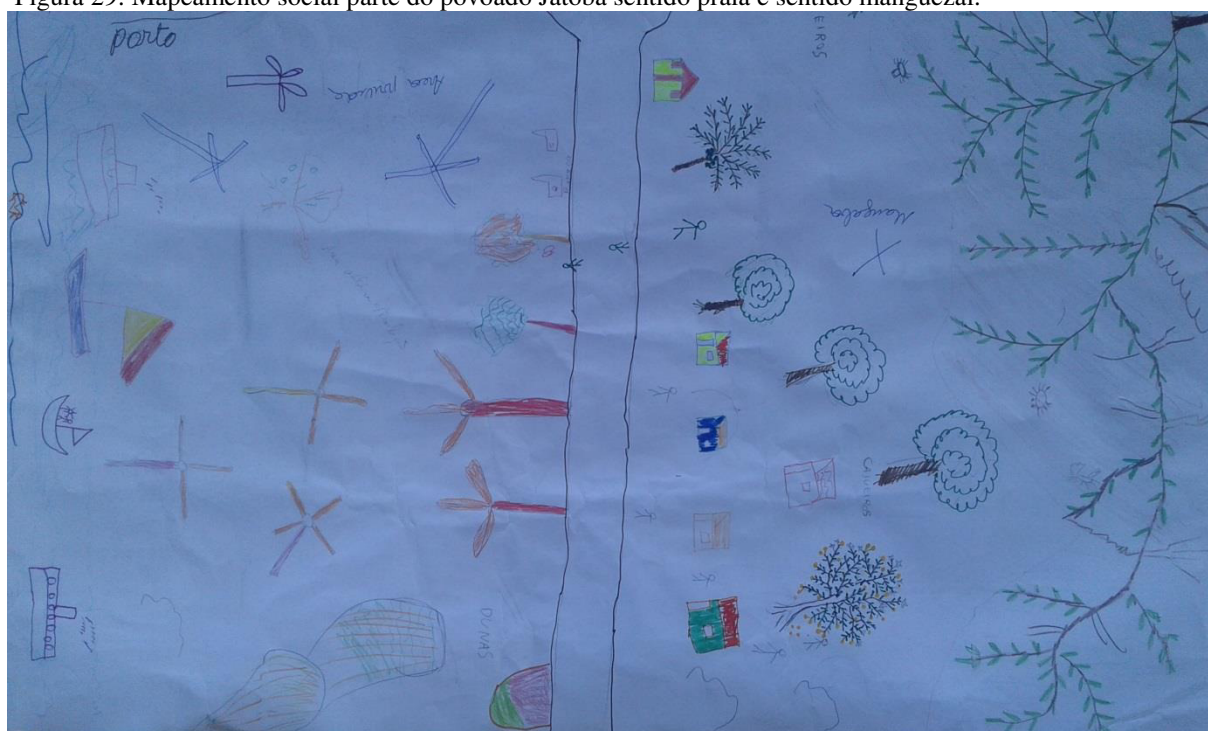
Outro condomínio de grande porte foi identificado na localidade. Também são delimitadas pequenas áreas que são próprias de catadoras de mangaba. As áreas com maior quantidade de mangabeiras são também marcadas pela compra da mangaba. Existe também em algumas áreas do povoado Capoã a coleta do murici e cambuí, mas não se paga por esta prática.

Figura 28: Mapeamento social parte do povoado Capoã e Jatobá sentido praia e sentido manguezal 1.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus, posterior a construção da cartografia social com as partícipes catadoras de mangaba.

Figura 29: Mapeamento social parte do povoado Jatobá sentido praia e sentido manguezal.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus, posterior a construção da cartografia social com as partícipes catadoras de mangaba.

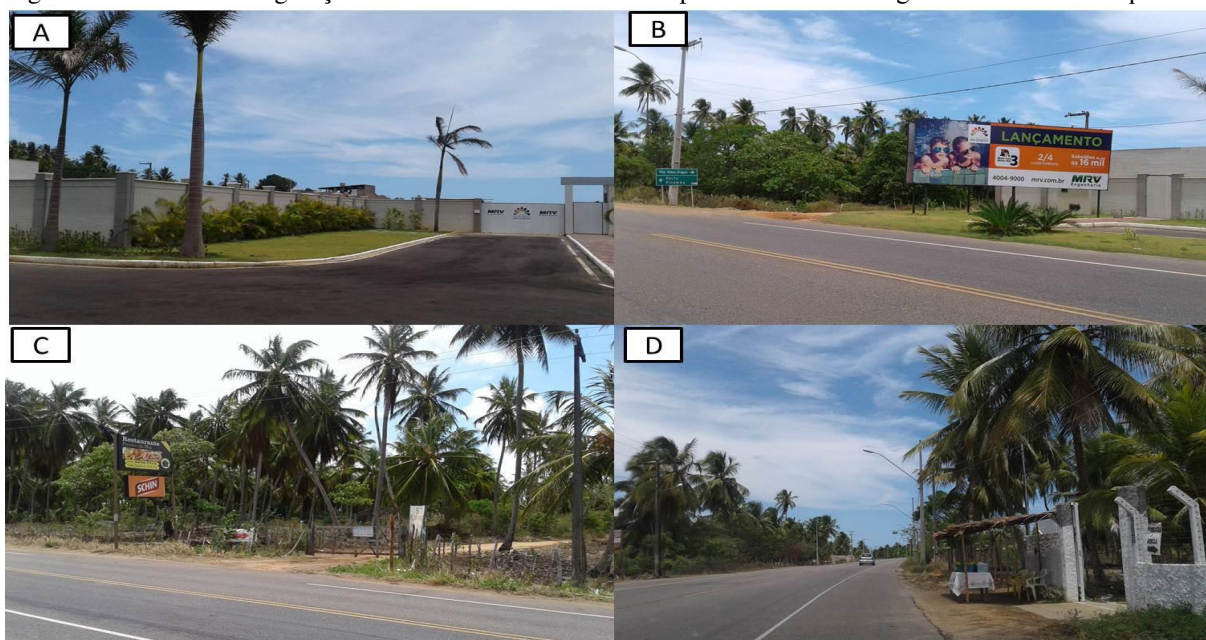
Nas proximidades do povoado Jatobá, onde se observa a presença significativa das instalações do Porto de Sergipe como área importante na geração de emprego e também se destaca na paisagem o Parque Eólico, a coleta de murici é feita por algumas catadoras da

Capoã. Neste povoado existe a Fazenda Mazombro que ainda mantém muricizeiros e cambuizeiros e sua coleta também é feita por algumas catadoras do povoado Capoã.

Nos desenhos elaborados pelos sujeitos sociais colaboradores do mapeamento social se destacam as representações do extrativismo da mangaba nos povoados Olhos D'Água, Capoã e Jatobá, mas não foram identificadas coletas em áreas livres, onde não há cobrança pela coleta da mangaba. Também não foram identificadas áreas públicas de coleta da mangaba.

No momento posterior ao mapeamento social, foram feitos os registros fotográficos ao longo da Rodovia SE 100 Norte entre os povoados Olhos D'Água, Capoã e Jatobá na perspectiva de identificar a nova realidade vivenciada pelas catadoras de mangaba nos locais de acesso das áreas remanescentes de mangabeiras. Na figura 30 se observa as reconfigurações que a Rodovia SE-100 na Barra dos Coqueiros tem passado nos últimos anos.

Figura 30 A - D: Reconfiguração da Rodovia SE 100 Norte no povoado Olhos D'Água em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

No registro acima, às margens da rodovia SE 100 Norte no povoado Olhos D'Água se ressaltam as transformações ao longo dos últimos 20 anos. Na figura 30A e B se destaca a construção do condomínio na entrada do povoado Olhos D'Água. A figura 30C é marcada pela presença de restaurante que não existia antes da valorização dos terrenos na Barra dos Coqueiros. A figura 30D registra a presença da barraca de comercialização da mangaba e de outros frutos tropicais compondo o novo cenário na localidade.

Ainda no povoado Olhos D'Água, acerca de trezentos metros da imagem 30A e B no sentido praia é possível ainda encontrar a prática da coleta da mangaba em regime do sistema meeiro. O terreno é considerado pequeno e por isso a prática é feita por cerca de duas famílias da comunidade local. Sendo um terreno pequeno e que não abriga muitas mangabeiras é necessário que a família que pratica extrativismo nesta área colete a fruta em outros terrenos. Nesse mesmo povoado foi descrito pelas catadoras a ocorrência da derrubada de mangabeiras em locais variados (Figura 31).

Figura 31 E - H: Reconfiguração da Rodovia SE 100 Norte nos povoados Olhos D'Água e Capoã em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

A imagem 31E apresenta algumas mangabeiras em área de posse de catadora. A poucos metros deste local existem construções de mais condomínios, conforme registrados na figura 31F. Logo mais a frente, já no povoado Capoã tem-se o condomínio Maikai (Figura 31G e H). Este local era marcado pela presença de mangabeiras, muricizeiros, cajueiros e devido à construção do condomínio foram desmatadas. Nesta mesma área do condomínio Maikai, também havia plantio de roças sazonais.

As figuras 32I e J se constituem em áreas à venda para construção de casas residenciais. Neste local, muitas mangabeiras e muricizeiros foram cortados, mas algumas plantas ainda permanecem no terreno. Entretanto, por mais que ainda exista a coleta de murici e mangaba neste sítio, com a venda de todos os lotes para construção das casas possivelmente as mangabeiras e muricizeiros que restam podem ser cortados. Na figura 32K se destaca o

novo perímetro urbano de Barra dos Coqueiros, no qual o Capão sofreu nova categorização a partir da expansão para o urbano. Na figura 31L vê-se a comercialização de frutas configurando também como uma nova prática.

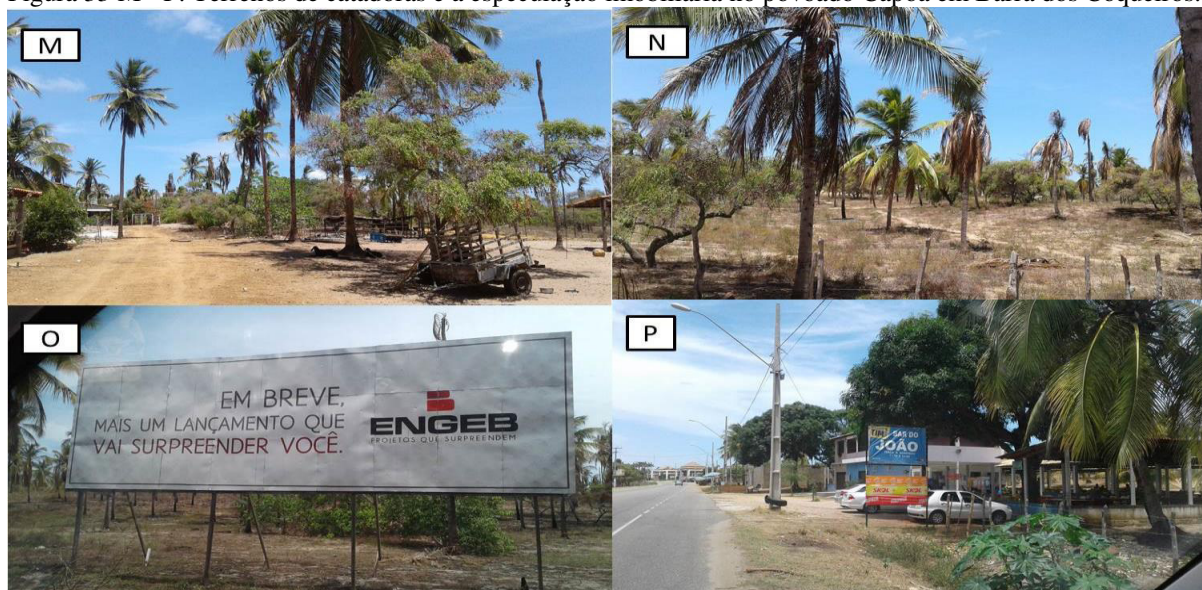
Figura 32 I - L: Valorização dos terrenos ao longo da SE-100 Norte.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Na figura 33 M se observa mangabeiras na qual a catadora é dona do pequeno terreno. Normalmente, nas áreas pertencentes às catadoras de mangaba os terrenos são pequenos com um pequeno número de plantas que não são suficientes para a complementação familiar e por isso a catadora necessita fazer a coleta também em outra área. A figura 33N também identifica uma área onde se registra o sistema de meeiro feito por apenas uma família. Já na figura 33O se observam algumas mangabeiras que podem ser cortadas em virtude da concretização de mais condomínio. Por último, na figura 33P se verifica a presença de um bar no qual antigas catadoras trabalham.

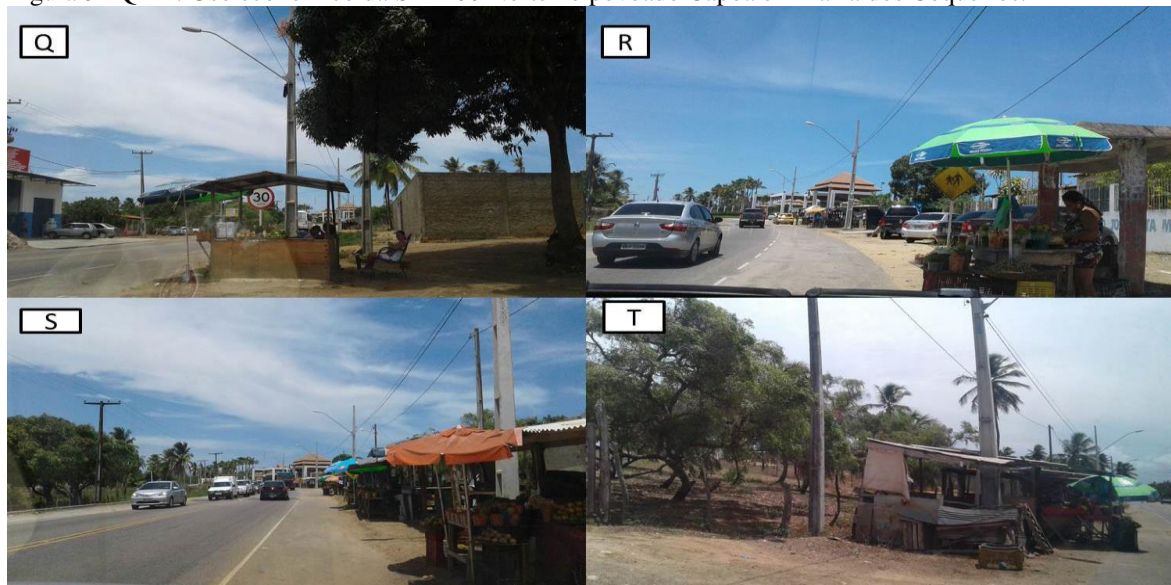
Figura 33 M - P: Terrenos de catadoras e a especulação imobiliária no povoado Capoã em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Nas figuras 34Q, R, S e T são registradas as chamadas “barraquinhas na pista” onde são comercializadas mangabas associadas com outras frutas tropicais. Esta prática atualmente é uma constante e as catadoras a utilizam para aumentar o comércio da fruta que tem como público-alvo pessoas que passam pela Rodovia SE 100 Norte no povoado Capoã.

Figura 34 Q - T: Uso econômico da SE- 100 Norte no povoado Capoã em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Na figura 35U vê-se um outro grande condomínio instalado também no povoado Capoã. Já na figura 35V ainda se encontram alguns muricizeiros. Por sua vez, na figura 35W em que a cancela se encontra aberta é comum o plantio de roças e coleta de mangaba pelos

extrativistas que são também caseiros no local. Na figura 35X percebe-se ao fundo a presença ainda de mangabeiras, mas que estão sob ameaça de corte.

Figura 35 U - X: Condomínios exclusivos e os territórios da mangaba sob ameaça no povoado Capoã em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

A figura 36Y identifica uma das catadoras de mangaba em plena comercialização da fruta em sua “barraquinha na pista”. Na figura 36Z a catadora está catando a mangaba de “cima” coletada ainda na árvore. Vale registrar que algumas catadoras locais também possuem alguns poucos pés de mangaba nas proximidades de sua residência. Como se vê, nos territórios das mangabas onde as catadoras têm a posse da terra, os terrenos apresentam quantidade relativamente pequena de mangabeiras sendo necessário a compra da fruta em outros lugares o que dificulta ainda mais a prática. As figuras 36A1 e B2 ilustram uma catadora na coleta da mangaba de caída em sua atividade de armazenamento na caixa ou no balde. As imagens dessas figuras também estão localizadas no povoado Capoã.

Figura 36 Y – B2: Catadora da mangaba em atividades no Povoado Capoã, Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

A figura 37 apresenta algumas mangabeiras em que o extrativismo também feito é por poucas famílias. Na figura 37D5 com destaque para a presença da Cancela Branca, sentido praia, existe a compra de mangaba, onde catadoras coletam a fruta e pagam pela quantidade coletada. Na figura 37E6 a área localizada na parte mais próxima ao manguezal também se apresenta com espaço de compra e de coleta mangaba e coleta de murici que não requer pagamento. Na figura 37F7, com destaque para a Cancela Azul, cinco famílias de catadoras que moram nas proximidades são responsáveis pela coleta da mangaba. Neste local ainda é possível encontrar muricizeiros para coleta. As figuras 37Ya B2 também estão localizadas no povoado Capoã.

Figura 37 C3 – F7: Áreas de coleta de frutas tropicais no Povoado Capoã em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

A figura 38G8, “Cancela Marrom” na área conhecida como de Vavá Pinheiro, apresenta uma área relativamente significativa em relação ao número de mangabeiras presentes no local. A coleta da mangaba é feita através do sistema de compra da fruta ainda a ser coletada. Nesta mesma área existe uma placa de venda que pode comprometer o extrativismo ainda existente. Na figura 38H9, nos domínios da “Cancela Rosa”, é feito o sistema de compra da mangaba. Essa área está localizada na faixa mais próxima do manguezal e também representa o mesmo dono da figura 38G8. Na figura 38I10 da “Cancela Vermelha”, área conhecida como de Filizola, localizada nas proximidades do manguezal, as mangabeiras deste sítio também apresentam sistema de compra da mangaba. Esta área, junto com outras próximas, fazia parte de um único terreno que passou por processo de desapropriação para o projeto de assentamento extrativista, porém o resultado não foi favorável para as catadoras de mangaba. Diante disto, o sítio foi desmembrado e onde antes era feita a coleta livremente, hoje se paga pela cata da fruta.

Figura 38 G8 – I10: Áreas de coleta de mangaba no povoado Capoã em Barra dos Coqueiros.

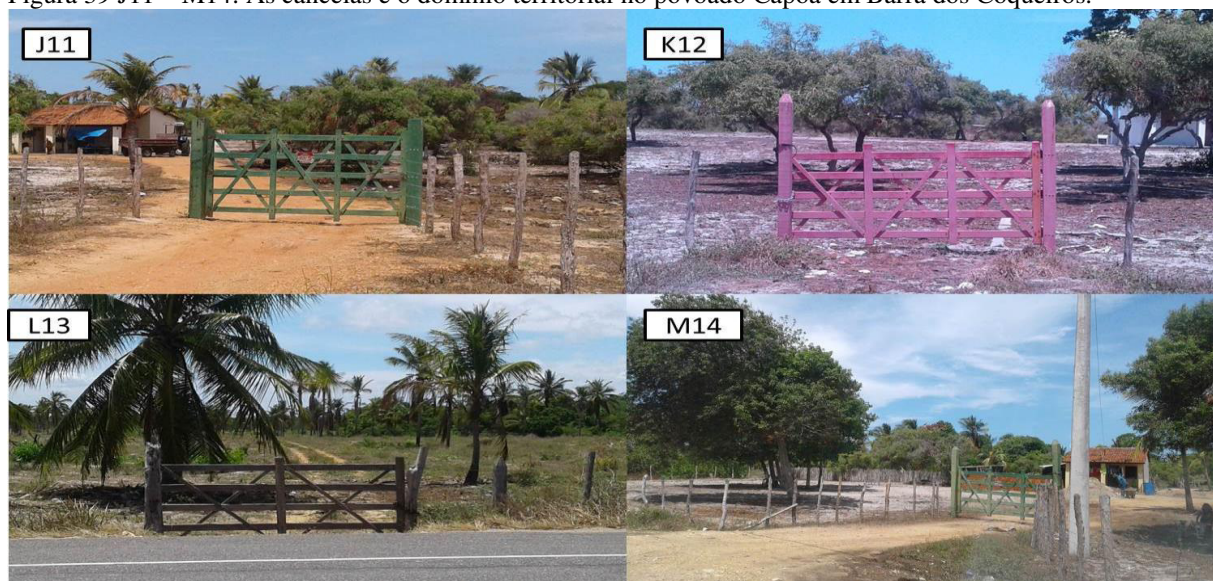


Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

A presença das cancelas representa o limite territorial entre propriedades e ao mesmo tempo expressa o domínio territorial. As cores das cancelas, além de identificar o gosto pessoal do proprietário, que pinta a paisagem a sua maneira, indicam que as terras têm dono, que os conflitos territoriais estão vivos e que as metamorfoses paisagísticas e as reterritorializações estão também vivas, dominando o cenário local, muitas vezes desfavoráveis aos catadores de mangaba.

Nas figuras 39J11, K12 e M14 representadas pelas Cancelas Verdes e Vermelha também são conhecidas com sítios de Filizola e também pela compra de mangaba. Vale registrar que nesses territórios existiam plantio de roças: quiabo branco, maxixe, feijão de corda e melancia. Também era comum a pesca no manguezal, na várzea e no mar. Estas áreas, junto com as outras denominadas de Filizola, se caracterizam pela existência de alguns milhares de mangabeiras mesmo com a existência de corte da planta nestes sítios, conforme informações das partícipes dos registros fotográficos. Na figura 39L13 na “Cancela sem tinta”, sentido manguezal, houve a ocorrência recente de derrubadas de mangabeiras.

Figura 39 J11 – M14: As cancelas e o domínio territorial no povoado Capoã em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Nas figuras 40N15 e O16, do Sítio São Francisco, ambas Cancelas sem pintura, também é feito o sistema de compra de mangaba. Na figura 40P17, Cancela Preta, e figura 40Q18, também Cancela sem pintar, ambos possuem mesmo dono e estão inseridas no sistema de compra da fruta.

Figura 40 N15 – Q18: As cancelas e a dificuldade de acesso ao território das mangabas no povoado Capoã em Barra dos Coqueiros.

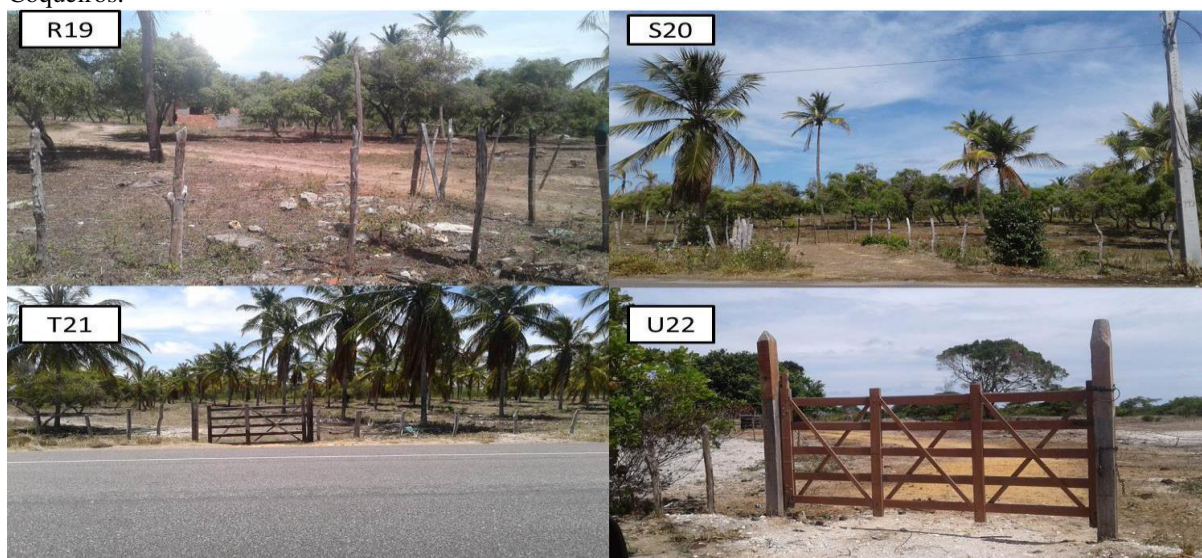


Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

As figuras 41R19 e S20 representam a área de Dona Dora. Nesta área a colheita é feita pelos filhos e filhas da dona do sítio. É considerada uma área significativa no número de mangabeiras, porém em comparação ao sítio de Filizola torna-se bem inferior. Já na figura

41T21, “Cancela sem pintar”, é do mesmo dono do Sítio São Francisco onde se registra o sistema de compra da fruta da mangaba. As figuras 41R19, S20 e T21 estão localizadas no povoado Capoã. A figura 41U22 corresponde a uma imagem da Fazenda Mazombro, localizada no Jatobá. Nesta área existe a coleta da mangaba feita apenas pela catadora de mangaba que também é caseira do local. Existe muricizeiros e cambuizeiros em que algumas catadoras do povoado Capoã fazem coleta.

Figura 41 R19 – U22: Áreas de Coleta de mangabas e outras frutas nos povoados Capoã e Jatobá em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

As figuras 42V23 e W24 ilustram áreas localizadas no Parque Eólico no Jatobá. Estas áreas são privadas e algumas catadoras da Capoã fazem coleta do murici, mesmo sendo proibida a entrada de pessoas no local.

Figura 42 V23 – W24: Áreas privadas de Coleta de Murici no povoado Jatobá em Barra dos Coqueiros.



Fonte: Registro fotográfico de Patricia Santos de Jesus.

Assim, com foco na análise dos registros fotográficos dos locais de extrativismo nas proximidades da rodovia Rodovia SE 100 Norte que coincidem com as localidades aqui estudadas, a maioria das cancelas registradas são limites territoriais de significativo número de mangabeiras e abrangem a maioria das setenta famílias quantificadas durante a aplicação do DRP dos povoados Olhos D'Água e Capoã e formam um novo sistema de compra da fruta.

Antes não tinha essas cercas todas, tinha locais que até tinha cerca podia catar. Depois colocaram placa que não se podia entrar. Hoje não se tem muitas placas não, mas todo mundo sabe lá tem que pagar para catar (Catadora B, durante os registros fotográficos dos locais de extrativismo da mangaba).

Neste sentido, por mais que houvesse a retirada das placas de “**PROPRIEDADES PARTICULARES. ENTRADA PROIBIDA!**”, atualmente os locais de acesso às mangabeiras através de pagamento pela coleta ainda são bem definidos e delimitados territorialmente, revelando sua reterritorialização.

No quadro 8 estão registradas informações sobre a reterritorialização do extrativismo da mangaba.

Quadro 8: Reterritorialização das áreas nativas de mangabeiras no município de Barra dos Coqueiros.

Figura	Cancela	Sistema de Coleta	Outras atividades	Localização
Figura A e B	Não	Meeiro	Não	Olhos D'Água
“E”	Não	pequena área de catadora	Não	Capoã
G e H	Condomínio	Não existe mais extrativismo	Não	Capoã
I e J	“Azul”		Coleta murici	Capoã
M	Não	pequena área de catadora	Não	Capoã
N	Não	Meeiro	Não	Capoã
V	Cercas de estacas	Não	Coleta murici	Capoã
W	Aberta	coleta pela catadora caseira	Plantio de roças	Capoã
X	não	Área privada	Não	Capoã
Z, A1 e B2	não	pequena área de catadora	Não	Capoã
C3	não	área privada	Não	Capoã

D5	Branca	compra	coleta murici	Capoã
E6	não	Compra mangaba	Não	Capoã
F7	Azul	Coleta pela família caseira	Coleta murici	Capoã
G8	marrom	Compra mangaba	Não	Capoã
H9	Rosa	Compra mangaba	Não	Capoã
I10	Vermelha	Compra mangaba	Não	Capoã
J11	Verde	Compra mangaba	murici	Capoã
K12	Vermelha	Compra mangaba	murici	Capoã
M14	Verde	Compra mangaba	Não	Capoã
L3	Sem pintar	Não existe mais extrativismo	Não	Capoã
N15	Sem pintar	Compra mangaba	Não	Capoã
O16	Sem pintar	Compra mangaba	Não	Capoã
P17	Preta	Compra da mangaba	Não	Capoã
Q18	Sem pintar	Compra mangaba	Não	Capoã
R19	estacas	Área privada	Não	Capoã
S20	estacas	Área privada	Não	Capoã
T21	Sem pintar	Compra mangaba	Não	Capoã
U22	Laranja	Coleta pela catadora caseira	murici e cambuí	Jatobá
V23	cercas	Proibida entrada	murici	Jatobá
W24	cercas	Proibida entrada	murici	Jatobá

Fonte: Elaborado por Patricia Santos de Jesus referente aos registros fotográficos dos territórios de extrativismo.

O quadro 8 indica que no povoado Capoã, mesmo com a ocorrência de mangabeiras, ainda registra um quantitativo maior de locais para o extrativismo. É visto também que nas áreas com significativo no número de mangabeiras existe a predominância do sistema de compra da mangaba. No registro da coleta de murici, mesmo não havendo o sistema de compra, a quantidade da fruta é insignificante quando comparado com a mangaba.

Assim, se apresenta a reterritorialização das áreas nativas de mangabeiras do município de Barra dos Coqueiros, em que antes não se verificava presença de extrativismo da mangaba, posterior a coleta era feita livremente e na atualidade paga-se pela coleta da fruta.

Nas cancelas em que atualmente determinam o limite territorial de venda para coleta da mangaba, anteriormente foram estabelecidos às tramas e tessituras de conhecimentos pelas catadoras de mangaba através das relações sociais construídas como fonte de renda, criação de práticas próprias e transmissão de saberes.

Entretanto, como se pode verificar esta maneira peculiar de labutar com a mangabeira está ameaçada não somente pela possibilidade de suspensão da coleta, mesmo em regime de compra, mas principalmente pela derrubadas constantes de mangabeiras para construção de condomínios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Barra dos Coqueiros ao longo dos últimos anos passou por intensas transformações resultantes da proposta de desenvolvimento do turismo na localidade. O somatório de ações desenvolvidas trouxe consigo mudanças inquestionáveis principalmente para as atividades rurais e de cunho extrativistas.

A antiga Ilha dos Coqueiros, embora apresente fragilidades naturais em relação a ações vinculadas para construção de infraestrutura urbana, verificou-se que nos últimos 20 anos construções na sede municipal e nos locais de extrativismo se apresentaram de forma intensa e abundante.

O intuito de promover o município vizinho à capital, a todo custo para o turismo, seja em forma de discurso ou através de construções de ponte e melhorias em estradas culminou em agravamentos dos passivos ambientais na localidade. Dentre os reflexos percebidos como consequência da ponte Construtor João Alves, a ampliação da rodovia SE-100 Norte estão a instalação de empreendimentos imobiliários como a construção de condomínios fechados, resorts, prédios e casas de veraneios que passaram a ser comum na paisagem que antes era composta por coqueiros, cajueiros, mangabeiras.

Os recursos financeiros investidos durante as etapas de efetivação do PRODETUR NE I, Nacional e ações ministeriais no município barra-coqueirense tiveram como foco central direcionado para construções e teve nas rodovias, estradas e orla a maior incidência para aplicação de capital. Nesse sentido, as consequências resultantes da inserção de desenvolvimento turístico com cerne em estruturas construídas gerou especulação, aumento massivo de construções e diminuição dos territórios utilizados para o extrativismo da mangaba.

Diante disso, os investimentos turísticos inseridos no município não foram suficientes para alavancar turisticamente a localidade. Nesse contexto, o município não conseguiu consolidar no mercado turístico, muito pelo contrário percebeu-se que alguns locais capazes de haver o desenvolvimento da atividade turística sofreram desgastes e impactos negativos. Assim, verificou-se que os locais tidos como propícios para o turismo não apresentam uma

demanda turística estruturada, mesmo que aplicações de capitais financeiros tenham sido feito.

Outro dado relevante se evidencia que posterior às intervenções do PRODETUR I, os procedimentos para fase seguinte do programa passaram por modificações significativas, pois não se deu a devida atenção nas prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para o município de Barra dos Coqueiros. Ao contrário do que havia sido pré-definido as interferências para minimizar os impactos negativos não foram identificadas entretanto houve investimentos em construções e vias de acesso foram feitos no município conhecido como Ilha. Nesse sentido, pode-se visualizar um maior quantitativo de impactos socioambientais negativos e incidência de conflitos.

O modelo de turismo inserido em Barra dos Coqueiros que supervaloriza as áreas de praias, promovem criação estruturas, especulam os valores das terras, não promovem o gerenciamento adequado e a continuidade atividade, não emprega atenuantes dos problemas oriundos dos investimentos turísticos, conduz a refletir que não basta apenas recursos financeiros serem empregados para promover o turismo, deve-se considerar as fragilidades ambientais, as populações que vivem nessas regiões e estabelecer um contínuo planejamento.

É nítido o aumento expressivo de visitantes e a visibilidade de Barra dos Coqueiros originados dos investimentos para a atividade turística e pela atividade do turismo que pode ser refletido no aumento dos condomínios fechados e casas de veraneio, conseqüentemente na diminuição do acesso aos territórios pelas populações extrativistas, inclusive pelas catadoras de mangaba. Diante desse processo, os ambientes de práticas extrativistas passaram a competir com as construções para o imobiliário turístico.

Não obstante a isso, as expressivas modificações na configuração territorial e na paisagem do município barra-coqueirense foi estabelecido também pelas alterações previstas no Plano Diretor Sustentável e Participativo (PDSP) determinando que os povoados com práticas de extrativismo da mangaba passassem a ser consideradas como perímetro urbano.

As catadoras de mangaba mostraram-se ser precursoras dos procedimentos de criação de aspectos importantes capazes de tornarem-se as principais agentes de transformação dos processos de territorialização das áreas de remanescentes de mangabeiras no município de Barra dos Coqueiros. As motivações para este aspecto estão relacionadas aos fatores de disponibilidade do recurso natural, relação cultural e o econômico.

É evidente que o fator econômico se mostra com maior relevância para o desenvolvimento do extrativismo da mangaba em Barra dos Coqueiros. A necessidade de melhorar a renda principalmente pelas mulheres resultou na transferência de saberes

tradicionais de um lugar para outro permanecendo assim a forma de sustento familiar e a perpetuação do conhecimento extrativista.

Nesse sentido, as mulheres catadoras de mangaba transformaram o espaço praticamente inutilizado, em territórios fecundos de extrativismo da mangaba construído das relações cotidianas presentes em suas diversas formas de trabalho advindas da mangaba.

Os territórios das catadoras de mangaba estão relacionados às práticas socioculturais desenvolvidas para sua sobrevivência. Nesse contexto, as ameaças à pesca, à coleta de frutos e à pequena produção da agricultura tornam-se fatores preponderantes e determinantes que influenciam diretamente a configuração do território e na dinâmica dessas comunidades.

A desterritorialização dessas áreas teve contribuições significativas diante dos incentivos de políticas governamentais para desenvolvimento turístico no município e em melhorias das estradas que resultaram em profundas transformações nas formas de acesso dos recursos naturais pelas extrativistas da mangaba. Assim, por conseguinte, a reterritorialização surge como ameaça à permanência desta comunidade tradicional e as suas formas de saberes e práticas advindas das relações íntimas com os ecossistemas presentes na localidade.

As “cancelas” atualmente determinam o limite territorial de venda para coleta mangaba, anteriormente foram estabelecidos às tramas e tessituras de conhecimentos pelas catadoras de mangaba através das relações sociais construídas como fonte de renda, criação de práticas próprias e transmissão de saberes.

Entretanto, como se pode verificar esta maneira peculiar de labutar com a mangabeira esta ameaçada não somente pela possibilidade de suspensão da coleta, mesmo em regime de compra, mas principalmente pela derrubada constante de mangabeiras para construção de condomínios.

Nesse sentido, existe a necessidade de demarcação de territórios na tentativa de permanência no acesso ao extrativismo pelas catadoras de mangaba. Isto poderá contribuir para preservação das áreas nativas de mangabeiras inseridas nas matas de restinga.

Há também de se considerar a existência da construção ou reformulação de políticas específicas para o turismo que considerem os territórios tradicionais para o extrativismo e valorizem os conhecimentos dos segmentos de comunidades tradicionais para que os programas e projetos turísticos possam contribuir para manutenção e permanência da identidade cultural.

O modelo de gestão do turismo a ser implantado nas localidades com presença de povos e comunidades tradicionais deve estar atrelado à inserção de um turismo diferenciado que considere as particularidades pautadas nos hábitos e costumes de comunidades

tradicionais ou locais com interação em ambientes naturais aliado a uma nova forma de vivenciar a atividade turística. Assim, permitirá permanência dessas populações tradicionais em seus territórios de origem e inserir novas potencialidades turísticas às práticas extrativistas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Heinrich Boll, 2004.

_____. (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

_____. (Org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

_____. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri. (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, ano 18, n. 20, p. 50-53, nov. 1999. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_27.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, maio, 2004. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/102>>. Acesso em: jul. 2016.

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção de recursos naturais. **Ambiente & Sociedade**, ano 2, n. 5, p. 79-92, jul-nov. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: jul 2016.

BNB. BANCO DO NORDESTE. **Prodetur/NE II: Objetivos 2016**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne-ii/objetivos>>. Acesso em: jul. 2016.

BNB. BANCO DO NORDESTE. **Prodetur/NE I: Objetivos 2016**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne-i/objetivos>>. Acesso em: jul. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Prodetur/NE II - Polos de Turismo**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur_polos_polosdeturismo.asp>. Acesso em: out. 2015.

BNB. BANCO DO NORDESTE. **Prodetur/NE II - Pólos de Turismo**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur_polos_polosdeturismo.asp>. Acesso em: out. 2013.

BNB. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. **Relatório Final de Projeto: Primeira Fase PRODETUR/NE I 2005.** Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/120632/937235/relatorio_final_do_PRODETUR-NE-I.pdf/8e1ac9e1-7745-4fef-878c-ab654147b7ec>. Acesso em: jul. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.

BERNAL, C. Especulação imobiliária e turismo no Ceará. In: **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**, 2008.

BEZERRA, Marina Franca Lelis. **Os conflitos que envolvem as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros: a dinâmica das catadoras de mangaba.** São Cristóvão. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, 2015.

_____. **Potencial produtivo da mangaba e sua interrelação com as comunidades extrativistas do município de Barra dos Coqueiros – SE.** Monografia. Departamento de Engenharia Agrônômica. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

BRANDÃO, C. R.; LEAL, A. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista ANPEGE**, v.8, n. 9, p. 73-91, jan./jul. 2012. Disponível em: <www.anpege.org.br>. Acesso em: jul. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. **Decreto Lei. 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.../_Ato2007.../2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: out. 2012.

_____. **Lei Federal Nº 6513 de 20 de dezembro de 1977.** Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. <Disponível em: www.mpes.gov.br> Acesso em: jun. 2012.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasília, jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: jul. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.** Brasília, jul. 2009. Disponível: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Avaliação ambiental estratégica do Prodetur Nacional do Estado de Sergipe**. Produto VI versão final. Sergipe, dez, 2014.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo. 2. ed. Brasília: o Ministério: Florianópolis: SEaD/UFSC, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Sol e Praia**: orientações básicas. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo. **Regulamento Operacional: Linha de Crédito Condicional – CCLIP: Prodetur Nacional**. Versão Final, set, 2008.

CALDAS, R. W. (Org.) **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CARVALHO, Fábria Ribeiro Carvalho de. **As catadoras de mangaba, uma abordagem para a proteção da biodiversidade, territorialidades e conhecimentos tradicionais associados**. 2014. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.153p.

CESARO, Francisco de. **Identificação e caracterização de aspectos ambientais e avaliação de seus impactos durante a implantação de uma central geradora de energia eólica no estado de Sergipe**. Monografia. CTC Centro Tecnológico do curso de graduação de Engenharia Sanitária e Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis–SC, 2012.

CINFORM. **História dos municípios**. Aracaju: CINFORM, 2002. (Edição Histórica).

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do Local ao Global**: o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998.

COSTA, Vanessa Santos. **Território em mutação**: a implantação de central geradora eólica em Sergipe. São Cristóvão, 2013. Dissertação (mestrado Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2013.

COSTA, Jailton de Jesus; MELO E SOUZA, Rosemeri. Distribuição das chuvas e dinâmica geomorfológica em Barra dos Coqueiros/SE. **CLIMEP: Climatologia e Estudos da**

Paisagem, Rio Claro (SP), v. 5, n. 2, p.120-139, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/index>>. Acesso em: jul. 2016.

CRUZ, R. de C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. de. **Fundamentos do Turismo**: conceitos, normas e definições. Campinas, SP: Alínea, 2002.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIEGUES, A. C. Sant'Ana . **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

_____. Saberes Tradicionais e Etnoconservação. In: DIEGUES, A. C. S., VIANA, V. M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativas de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 6, p. 115-137, jul. 1996. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br>>. Acesso em: jul 2016.

FONSECA, M. A. P.; FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. da. Investimentos turísticos internacionais no litoral do nordeste brasileiro: novos desafios para a gestão ambiental. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 11, 2007, Bogotá. **Anais eletrônicos**... p. 1-16. Bogotá: EGAL, 2007.

FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do Litoral de Sergipe. IN: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. (Orgs) **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

GIL, I. C.. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. **Revista Nera**, ano 7, n. 4, p. 5-19, 2004. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1476/1452>> Acesso em: jul. 2015.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C.; GRUEL, M. C.; CERVEIRA, J. L. Políticas Públicas do Turismo e Sustentabilidade: a interrelação na Esfera Nacional, Estadual e Local. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**. v. 15, n. 1 - p. 95–111, jan./abr. 2013. Disponível em: <www.univali.br/revistaturismo>. Acesso em: jul.2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-512, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 8. ed. 2010. Edições Loyola.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo. 2001.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Org.) **Territórios e Territorialidades**: teoria, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; Gomes, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Org.) **Territórios Humanas e Redes Sociais**. 2. ed. e rev. Florianópolis: Insular, 2013.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Estudos avançados**, São Paulo, ano 12, v. 26, n.74, p.167-186, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100012>. Acesso em: jul de 2016.

IBGE, **População 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2016.

IBGE, **População Estimativa 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: nov. 2016.

IBGE, **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2016.

IBGE, **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2016.

IBGE, **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2016.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2.ed. (rev. e ampl). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JESUS, P. S. de. **Catadoras de mangaba**: produtos artesanais, identidade e turismo. Monografia. Coordenadoria de Hospitalidade e Lazer. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju-SE, 2010.

JESUS, S. M. A. **Produção de saberes e práticas de trabalho das mulheres catadoras de mangabas de Sergipe**. Relatório para o CNPq. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe: Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais, 2010. Disponível: <http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/Relatorio_Final_Praticas_das_Catadoras-1.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2006.

LANZARINI, R.; BARRETTO, M. Políticas Públicas no Brasil para um Turismo Responsável. **Revista Turismo - Visão e Ação – Eletrônica**. v. 16, n. 1 – p.185-215, jan-abr. 2014. Disponível em: <www.univali.br/periodicos>. Acesso em: jul.2015.

LIFSCHITZ, J. A. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MCM. Movimento das Catadoras de Mangaba. **Carta de reivindicações e demandas das catadoras de mangaba entregue a presidente Dilma Rousseff**, em 23 de abril de 2012 na cidade de Rosário do Catete.

MCM *et al.* Movimento das Catadoras de Mangaba. **Estratégias interinstitucionais para a conservação da atividade extrativista da mangaba em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. Aracaju/SE: jul, 2008.

MENDES, G. **Territórios do petróleo em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

MERLUCI, A. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. In: AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

MOTA, *et al* (ed. téc.). **A mangabeira as catadoras e o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

MOTA, D. M.; PEREIRA, E. O. Extrativismo em Sergipe: a vulnerabilidade de um modo de vida. **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**. Campina Grande. v. 27, n. 1 – p. 71-79, jan-jun. 2008.

OLIVEIRA, M. de A. S.; ROSSETTO, A. M. Políticas Públicas para o Turismo Sustentável no Brasil- Evolução e Perspectivas de Crescimento para o Setor. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**. v. 15, n. 3 - p. 322–339, set./dez. 2013. Disponível em: <www.univali.br/revistaturismo>. Acesso em: jul.2015.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Direção e redação Amparo Sancho: traduzido por Dolores Martins Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

PEREIRA, A. de J. **Ecoturismo no povoado Capão: ilusão ou alternativa de sobrevivência de uma comunidade**. Monografia. Coordenadoria de Hospitalidade e Lazer. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju-SE, 2014.

PRODANOV, C. C.; ERNANI, C. de F. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, J. F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência hoje**, v. 25, n. 146, p. 62-65, 1999.

RIBEIRO, L. C. de S.; ANDRADE, J. R. de L.; PEREIRA, R. M. Estimação dos benefícios econômicos do Prodetur Nacional em Sergipe. **DOCUMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS. Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 44, n. 4, p.975-1000, out-dez. 2013.

RODRIGUES, R. F. de A. *et al.* **I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe: Relatório**. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental. Aracaju, SE, 2007. p. 39. Relatório.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. 1. Ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RUA, M. das G. **Para aprender políticas públicas: conceitos e temas**. Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas: IGEPP, 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>. Acesso em: jun. 2015.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Org.) **Territórios Humanas e Redes Sociais**. 2ª. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, J. V. dos. **O Papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe**. 2007. 103f. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Estudos em Agroecossistemas. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2007.

SANTOS, M.A; COSTA, J.J.; MELO SANTOS, N. C. Análise biofísica do município costeiro de Barra dos Coqueiros. Universidade Regional do Cariri – URCA. **CADERNOS DE CULTURA E CIÊNCIA**, v. 2, n. 2, maio, 2007 Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/view/104/66>>. Acesso em: jul. 2016.

SANTOS, M. N. L. **Políticas Territoriais do Turismo**: Investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão/SE, 2009.

SANTOS, M. A. N. A ponte sobre o rio Sergipe: metamorfoses paisagísticas, territoriais e sociogeográficas no município de Barra dos Coqueiros, Sergipe, Brasil. In: VI CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES. 2014, São Paulo: Estudios Territoriales. **Anais...** São Paulo, 2014. p. 105-125. Disponível em: <<http://6cieta.org>>. Acesso em: nov. 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

_____. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. N. L.; PINTO, J. E. S. de S. (2010): Políticas Territoriais do Turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueirais de Sergipe. In: VILAR, J.W.C; ARAÚJO, H. M. de. (Org.) **Território, meio ambiente e turismo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. As repercussões territoriais do imobiliário-turístico na produção de derivados da mangaba no litoral sergipano – Brasil. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano XXV, n. 2, Edição Especial, p. 107-123, Ago, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/3102/pdf>>. Acesso: jul. 2016.

_____. A segunda residência no litoral sergipano: conflitos territoriais e ambientais. IN: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Org.). **Conflitos Ambientais em Sergipe**. 1ª ed. Aracaju: IFS, 2014.

SANTOS, S. S. C. dos. **Conservação versus conflitos socioambientais (Comunidade Jatobá) no futuro Parque Estadual das Dunas**: Barra dos Coqueiros, Sergipe. São Cristóvão, 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2012.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

_____.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Territórios e Territorialidades**: teoria, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SCHMITZ, H. *et al.* Conflitos e movimento social: ameaças e reações das catadoras de mangaba. IN: MOTA, *et al.* **A mangabeira, as catadoras o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

SERGIPE. **LEI Nº 6.518, de 03 de dezembro de 2008**. Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor correspondente até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) destinado ao Programa Produtor Nacional/SE, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.segov.se.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **LEI Nº 7.368, de 29 de dezembro de 2011**. Dispõe da Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR - UCP/SE, da Secretaria do Estado do Turismo / SETUR, e dá outras providências. Diário Oficial do estado de Sergipe, Aracaju, SE, 6 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.segov.se.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **Lei 7.082, de 16 de dezembro de 2010**. Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.se.gov.br/legislacao_estadual.asp>. Acesso em: out. 2012.

_____. **Lei 7.320, de 20 de dezembro de 2011**. Torna as embarcações Tototó Patrimônio Cultural e Imemorial do Estado de Sergipe, e estabelece disposições correlatas. Disponível em: <<http://www.segov.se.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo. Empresa Sergipana de Turismo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014**. Aracaju: SEDETEC/EMSETUR, 2009.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). **Reunião de consenso firma a criação do Parque das Dunas, 2009**. Disponível em: <<http://www.semarh.se.gov.br>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. SEPLAG. Secretaria de Estado do Planejamento, orçamento e gestão. **Sergipe em Números: Síntese 2013**. Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/images/Sergipe_em_Numeros/Sergipe_em_Numeros_-_2013.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

_____. SEPLAG. Secretaria de Estado do Planejamento, orçamento e gestão. **Sergipe em Números: Síntese 2016**. Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/images/Sergipe%20em%20N%C3%BAmeros/SINTESE%20SERGIPE%20EM%20NUMEROS%202016_V7_Final_30_08.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

_____. SEPLAG. Secretaria do Estado de Planejamento. **Base Cartográfica dos Municípios Litorâneos de Sergipe, 2004**. Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/images/Geografia_e_Cartografia/Base_Cartografica_de_>

Sergipe/Base_Cartografica_dos_Municipios_Litoraneos_de_Sergipe/monografias_2000.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

SETUR. Secretaria de Estado do Turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo em Sergipe. **Plano de Aquisições para o Projeto: Prodetur/SE**, 2013.

_____. Secretaria de Estado do Turismo. **Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável: Polo Costa dos Coqueirais**. Produto 5. Versão Final. PDITS. Volume I: documento técnico: abril, 2013.

_____. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueirais**. Sergipe: set, 2001.

SILVA, J. A. **Turismo e organização do espaço no Polo Costa dos Coqueirais**. São Cristóvão. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SILVA JÚNIOR, et al. **Mulheres extrativistas e a conservação dos recursos genéticos da mangabeira**. 1000 exemplares. Aracaju: EMBRAPA, 2009. (Cartilha)

SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Org.) **Territórios Humanas e Redes Sociais**. 2. ed. e rev. Florianópolis: Insular, 2013.

SOUZA, A. F. G. de; BRANDÃO, C. R. Ser e Viver Enquanto Comunidades Tradicionais. **Mercator**, Fortaleza, v.11, n. 26, p.109-120, set./dez. 2012. Disponível em: <www.mercator.ufc.br>. Acesso em: jun. 2016.

SOUZA, M. J. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Org.) **Territórios e Territorialidades: teoria, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; Gomes, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, T. R.; LIBERATO, R. S.; JESUS, P. S. Mangaba na Rede: o papel das redes sociais para a promoção do discurso das Catadoras de Mangaba em Sergipe. In: Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, 2012, Recife. v. 2012, p. 1-18. **Anais...** Eletrônicos. Recife: NEHTE/UFPE, 2012. Disponível em: <http://www.nehte.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2012/TaniaSousa&RitaLiberato&PatriciaJesus-Mangabanarede.pdf>. Acesso: jul. 2016.

SUZART, E. M. L. **Entre a terra firme e a terra molhada: reprodução social das marisqueira/catadoras de mangaba do povoado Pontal, SE**. São Cristóvão. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. 122 f.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório de avaliação de Programa: Programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004. 96 p.

TCU. Tribunal de Contas de União. **Relatório do Primeiro Monitoramento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste: PRODETUR**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9285C64912E8>>. Acesso em: jul. 2016.

TCU. Tribunal de Contas de União. **Segundo monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão nº 1852/2003 – TCU: Programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9285C77E169B>>. Acesso em: jul. 2016.

TORRE, O. de La. **El turismo, fenómeno social**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

TULIK, O. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Revista Turismo em Análise, Brasil**, v. 4, n. 2, p. 26-36, nov. 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63088>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. rev. e adeq. Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA. Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

VIEIRA, L. V. L. **Conflitos ambientais no litoral norte de Sergipe**. São Cristóvão UFS / Faculdade de Geografia, 2010. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós Graduação em Geografia – NPGeo, São Cristóvão, SE, 2010. 261 f.;

VIEIRA, L. V. L.; ALMEIDA, M. G. de; VILAR, J. W. C. Conflitos ambientais no Litoral Norte de Sergipe. IN: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Org.). **Conflitos Ambientais em Sergipe**. 1ª ed. Aracaju: IFS, 2014.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no Litoral Sul de Sergipe. IN: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. (Org.) **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

_____. (Org.) **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no Litoral Sul de Sergipe. IN: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. (Orgs) **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Org.). **Conflitos Ambientais em Sergipe**. 1ª ed. Aracaju: IFS, 2014.

VIEIRA, D. L. M.; RODRIGUES, R. F. de A. (Org.). **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: ameaças e demandas**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. 10, n. 2, jul./dez., p. 119-135, 2007.

ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTORES PÚBLICOS PRODETUR/SE



Nº de Entrevista:

Local:

Data:

Nome do entrevistado: _____

Atividade profissional: _____

- 1) O que é o PRODETUR/SE?
- 2) Qual o foco do PRODETUR/SE?
- 3) Quais as mudanças ocorridas no PRODETUR/SE?
- 4) Quais as ações atuais do PRODETUR/SE?
- 5) Quais as ações do PRODETUR/SE para o município de Barra dos Coqueiros?
- 6) Quais as possibilidades de inserção das ações do programa para as comunidades tradicionais locais?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA LIDERANÇAS DAS CATADORAS DE MANGABA DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS



Nº da Entrevista:

Local:

Data:

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

- 1) Há quanto tempo você cata mangaba?
- 2) Você faz parte do MCM? Há quanto tempo?
- 3) Além do MCM, você faz parte de alguma outra organização?
- 4) Como surgiu o MCM?
- 5) Qual o papel do MCM?
- 6) Existe representante do MCM no município de Barra dos Coqueiros?
- 7) Quais as ações do MCM no município barra-coqueirense?
- 8) Existem reuniões ou encontros para discutir demandas do MCM? Como acontecem?
- 9) Você participa ou participou das ações do MCM na comunidade? Quais?
- 10) Quais os assuntos ou temas discutidos durante as reuniões ou encontros do MCM?
- 11) A maioria das pessoas que participam das reuniões/encontros do MCM são homens ou mulheres? Qual a faixa etária dessas pessoas?
- 12) O MCM possui parceria com outros movimentos sociais ou instituições? E qual o papel que as parcerias desenvolve?
- 13) Existem reuniões/encontros do MCM com outros movimentos sociais? Quais?
- 14) Quais as dificuldades enfrentadas pelas catadoras de mangaba no município?
- 15) Desde a criação do MCM até os dias atuais, quais as mudanças na organização das mulheres você consegue verificar?
- 16) Existem conflitos relacionados ao extrativismo da mangaba no município de Barra dos Coqueiros? () Não. () Sim. Qual(is)?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA MORADORES LOCAIS “TURISTAS”



Nº de Entrevista:

Data:

Nome do entrevistado: _____ Localidade: _____

Idade: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

- 1) Há quanto tempo mora na comunidade?
- 2) Durante o tempo em que reside na comunidade, você consegue perceber quais as mudanças relacionadas às atividades econômicas praticadas pelos moradores mais antigos?
- 3) Conhece o trabalho desenvolvido pelas catadoras de mangaba? Caso afirmativo, que tipo de atividade é desenvolvida?
- 4) Dê sua opinião sobre as atividades feita pelas catadoras de mangaba?
- 5) Você possui envolvimento no trabalho em que as catadoras de mangaba desenvolvem? Caso afirmativo, como se processa esse envolvimento?
- 6) Como você vê as atividades desenvolvidas pelas catadoras de mangaba? Dê sua opinião.
- 7) Você consegue identificar conflitos entre as atividades realizadas pelas catadoras de mangaba? Em caso de afirmação? De que forma isso acontece?

APÊNDICE D: DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO: PERFIL DOS PARTICÍPIES



Perfil Socioeconômico	
Sexo: () M () F	Cor/etnia: () Branca () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena
Idade: () até 17 anos () 18-24 anos () 25-29 anos () 30-39 anos () acima dos 39 anos	
Estado Civil: () Casado(a) () Solteiro(a) () Separado(a)	
Grau de Escolaridade: () Analfabeto () Fund. I () Fund. II () Ens. Médio () outro	
Há quanto tempo cata mangaba:	
Fontes de Renda: () mangaba () pesca () roça () produção de doces () outras	
Faz parte de alguma organização? () Não. () Sim. Qual(is)?	
Mora em qual povoado? () Olhos D'Água () Capoã () Outro. Qual?	
Há quanto mora no povoado?	

APÊNDICE E: ROTEIRO DE QUESTÕES APLICADAS ÀS CATADORAS DE MANGABA PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO



Perguntas	Antigamente (1995)	Atualmente (2016)
Como iniciou a cata da mangaba no município de Barra dos Coqueiros?		
Quantas famílias catam mangaba no povoado Olhos d'Água?		
Quantas famílias catam mangaba no povoado Capão?		
Quais as formas de sustento das catadoras de mangaba nos povoados?		
Na época da mangaba quanto em média faz de renda por mês?		
Qual é a rotina da catadora de mangaba, desde a cata até a comercialização?		
Qual a distância dos locais para catar mangaba?		
Quais meios de transportes que são usados para chegar até o local de catar mangaba?		
Vocês ensinam a catar mangaba? Em caso afirmativo, a quem é ensinado?		
Vocês usam alguma ferramenta ou equipamento para catar mangaba? Em caso de afirmativo, qual(is)?		
De que maneira é ensinado a catar mangaba?		
O que é ensinado na prática da cata da mangaba?		
Existe preferência de sexo ou idade para ensinar a catar mangaba?		
Existem maneiras diferentes de catar mangaba?		
Como se encapota a mangaba?		
Existe diferença de uma mangaba para outra a depender da época? Em caso afirmativo, quais as diferenças para cada época?		
O que é mangaba de cachorro?		
A comercialização dos frutos é feita por quem?	() Próprias catadoras. () Outras. Quem?	() Próprias catadoras. () Outras. Quem?

Quais os preços de comercialização dos frutos?		
Existe beneficiamento de frutas?	() Não. () Sim. Quais?	() Não. () Sim. Quais?
Quais os preços os produtos de beneficiamento?		
Qual o sentimento ou relação que vocês tem com a mangabeira?		
Além da cata da mangaba, a mangabeira tem outros benefícios?		
Existem dificuldades para as atividades feitas pelas catadoras?	() Não () Sim. Quais?	() Não () Sim. Quais?
O que mudou em relação à cata da mangaba no município de Barra dos Coqueiros?		
O que mudou em relação à pesca feita pelas catadoras de mangaba?		
O que mudou em relação à cata de outras frutas feita pelas catadoras de mangaba?		
Qual o sentimento que vocês têm em relação às mudanças que ocorreram em Barra dos Coqueiros em relação à cata da mangaba?		
Existem dificuldades para as atividades feitas pelas catadoras de mangaba?	() Não () Sim. Quais?	() Não () Sim. Quais?
Qual a solução para as dificuldades e problemas enfrentados pelas catadoras de mangaba?		
Existem conflitos relacionados atividade de cata da mangaba?	() Não () Sim. Quais?	() Não () Sim. Quais?
Existem conflitos entre catadoras de mangaba e donos de sítios?	() Não () Sim. Quais?	() Não () Sim. Quais?
Existem conflitos entre catadoras de mangaba? Em caso de afirmação, qual o motivo?	() Não () Sim. Quais?	() Não () Sim. Quais?

**APÊNDICE F: INVESTIMENTOS TURÍSTICOS IDENTIFICADOS PELAS
CATADORAS DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO**



Questões	Respostas	
Houve acontecimentos que influenciaram em mudanças nas comunidades relacionado à cata da mangaba?	() Sim. Especificar	() Não
Vocês conseguem identificar intervenções do governo que mudou no extrativismo da mangaba?	() Sim. Especificar	() Não
Houve intervenções do governo para o desenvolvimento do turismo na comunidade ou município?	() Sim. Especificar	() Não
Vocês conseguem identificar o turismo na comunidade?	() Sim. Como?	() Não
Vocês conseguem identificar investimentos na comunidade ou no município para o turismo?	() Sim. Especificar	() Não
Vocês conhecem algum investimento turístico no município?	() Sim. Especificar	() Não
Quais as mudanças ocorreram na comunidade depois desses investimentos turísticos?	() Sim. Especificar	() Não
Vocês conhecem o Prodetur ou já ouviu falar?	() Sim.	() Não
Vocês conhecem as ações do Prodetur no município?	() Sim. Especificar	() Não
A comunidade já foi convidada para dialogar sobre o desenvolvimento turístico no município?	() Sim. Especificar.	() Não
A comunidade já participou ou foi convidada para dialogar sobre o desenvolvimento turístico no município?	() Sim. Especificar.	() Não

APÊNDICE G: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Eu, Patricia Santos de Jesus, discente do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe, estou realizando pesquisa, com observações, aplicação de oficinas e entrevistas como instrumentos essenciais para a conclusão da presente pesquisa de Mestrado.

A respectiva pesquisa tem como objetivo geral analisar as novas territorialidades constituídas pelas catadoras de mangaba a partir da inserção do Prodetur no município de Barra dos Coqueiros – SE.

Como requisito para a conclusão dos trabalhos de dissertação, solicito por meio deste termo a participação voluntária (pessoas ou órgão entrevistado (a)), para fins socioambientais da pesquisa acadêmica.

De tal forma, necessito que Vossa Senhoria responda ao roteiro de entrevista e/ou a oficina em que os resultados serão divulgados em meio científico, com garantia da manutenção da fonte consultada. Ainda, é relevante ressaltar que o entrevistado tem o direito de abandonar a sua participação no momento que assim o desejar.

Barra dos Coqueiros/SE, ____/_____/ de 2015.

Patricia Santos de Jesus

(Pesquisadora)

Declaro que as condições acima descritas foram lidas e explicadas a mim pela pesquisadora. Sendo assim, concordo com a minha participação voluntária na pesquisa, dentro dos termos descritos. Autorizo a utilização das informações acima mencionadas na Dissertação de Mestrado de Patricia Santos de Jesus, mestranda do PRODEMA/UFS.

Barra dos Coqueiros/SE, ____/_____/ de 2016.

Assinatura do Participante

APÊNDICE H: TERMO DE ANUÊNCIA



Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “TRAMAS, TESSITURAS E TERRITORIALIDADES DAS CATADORAS DE MANGABA DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS - SE”, realizado pela discente Patricia Santos de Jesus, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe - UFS, sob a orientação da professora Gicélia Mendes e a co-orientação do professor José Wellington Carvalho Vilar.

_____, _____, _____ de 2016

Nome- Cargo/função